

# ATLANTIDA

MENSARIO ARTISTICO,  
LITERARIO E SOCIAL  
PARA  
PORTUGAL E BRAZIL



ANO II

Nº 20



# ATLANTIDA

DIRECTORES :

NO BRASIL — João do Rio  
EM PORTUGAL — João de Barros

SECRETÁRIO : Elísio de Campos — EDITOR : Pedro Bordalo Pinheiro

N.º 20

15 de Junho de 1917

## SUMÁRIO

<i>Aspectos morais da guerra europeia</i> , conferência de . . . . .	Henrique Lopes de Mendonça
<i>Malheiro Dias</i> . . . . .	Aquilino Ribeiro
<i>Marinha tropical</i> . . . . .	Celso Vieira
<i>Ideias e Imagens</i> . . . . .	Alberto de Oliveira
<i>A Confederação Lusa-Brasileira</i> — Entrevista com o Sr. Dr. Bettencourt Rodrigues	J. B.
<i>A Terra</i> . . . . .	Ivalda
<i>Contos a uma rapariga loira</i> . . . . .	Júlio Dantas
<i>O Arquivo Geral de Simancas</i> . . . . .	J. M. de Queiroz Vellozo
REVISTA DO MÊS	
<i>Mês literário</i> . . . . .	{ Joaquim Manso
	{ Júlio Brandão
<i>Mês artístico</i> . . . . .	Aquilino Ribeiro
<i>Crónica musical</i> . . . . .	Humberto de Avelar
<i>Revista da Faculdade de Direito de Lisboa</i>	
<i>A nova sede da «Atlantida» — Uma exposição de rendas de D. Maria Augusta Bordalo Pinheiro</i> . . . . .	
<i>Reprodução de</i> : Costa Motta (Sobrinho)	
<i>Desenhos de</i> : Moraes, Manoel Gustavo, Raul Lino, Santos Silva e Alberto de Sousa.	

## CONDIÇÕES DE ASSINATURA

### PORTUGAL, ILHAS E COLÓNIAS

Um ano (12 números) . . . . . 3\$50  
Seis meses . . . . . 1\$80

### PAÍSES DA UNIÃO POSTAL

Um ano (12 números) . . . . . Frs. 15

**Número avulso em Portugal \$30**

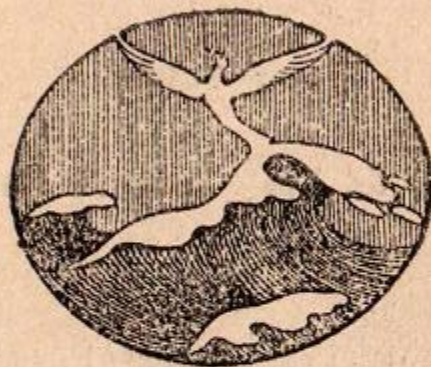
REDACÇÃO: Rua Antonio Maria Cardoso, 26 } LISBOA  
ADMINISTRAÇÃO: Largo do Conde Barão, 49 }



# ATLANTIDA

MENSARIO ARTISTICO,  
LITERARIO E SOCIAL  
PARA  
PORTUGAL E BRAZIL

SOB O ALTO PATROCINIO DE S. EX.<sup>AS</sup>  
OS MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES  
DO BRAZIL  
E DOS EXTRANGEIROS E FOMENTO  
DE PORTUGAL



VOLUME V



DIRECTORES:

João do Rio e João de Barros

---

EDITOR: Pedro Bordalo Pinheiro

REDACÇÃO: Rua António Maria Cardoso, 27

---

IMPRESA LIBANIO DA SILVA, Travessa do Fala-Só, 24 — LISBOA





## Aspectos morais da guerra europeia <sup>1</sup>

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES :

Apetecer-me-ia, em vez da conferência que me foi amavelmente pedida, fazer um sermão que tivesse por tema as conhecidas palavras rituais: *In terra pax hominibus!* Paz aos homens na terra, diz o texto, e acrescenta: *bonæ voluntatis*, aos homens de boa vontade. Quer dizer, aos de sentimentos rectos, aos amantes da justiça, aos que não sacrificam aos próprios interesses a prosperidade da pátria e o bem-estar da humanidade. Estes últimos constituem uma minoria ínfima na quantidade, mas poderosa no mundo inteiro pelas faculdades dissolventes de intriga, de tenaz egoísmo, de solidariedade malévola. Dêles me ocuparei talvez mais tarde. . . Talvez? Vamos a ver se me chega o tempo e se o auditório estará disposto a ouvir-me.

Os outros, a grande maioria dos entes escalavrados, empobrecidos, dizimados, arrastados ao luto e à miséria pela guerra mais tremenda que a História tem contemplado, êsses é que me interessam, êsses é que nos interessam a todos. É a sua voz que fala na bôca dos grandes estadistas dos países beligerantes, proclamando as ânsias de paz, mas paz honrosa, paz duradoura, paz que liberte as gerações futuras das angústias e das torturas que o Destino reservou à nossa.

<sup>1</sup> Conferência promovida pelo Núcleo de Propaganda Patriótica e realizada na Academia de Estudos Livres, em 13 de Maio último.



la já no pendor do sermão. Arripiemos caminho. Para discursos sacros falta-me, ai de mim! o essencial, que é o que também falece talvez a grande parte do auditório para os escutar: a fé! Há muito que, à míngua dela, se encontra desolado e tenebroso o coração de muitos. Lamento-os, como me lamento a mim próprio. Viver de sonho é ainda a forma mais doce, porventura a única verdadeiramente feliz, de viver na terra. E o sonho do sobrenatural é a suprema esperança, e sem esperança afoga-se em trevas a alma dos homens. Foi por isso que o Dante colocou à entrada do Inferno a legenda fatídica:

*Lasciate ogni speranza, ó voi che entrate.*

E afinal, com a eternidade do desespero, não eram precisos outros tormentos para que o inferno fôsse inferno.

Deixemo-nos, porém, de lástimas estéreis. É possível que a missão filosófica do cristianismo esteja a acabar-se no mundo. Sinceramente, não o desejo. Mas a sua missão social persiste ainda, através de revoluções e de cataclismos. Êle é a fonte de toda a moral, nas nações civilizadas da Europa e da América. E por isso todos nós, devotos, scépticos ou ateus, nos achamos ensopados da sua doutrina, e não podemos conceber, fora da selvajaria, sociedade que não lhe acate os preceitos. Os ideais de justiça, que formam a base de toda a legislação democrática, escorrem do sangue que injustamente foi vertido no Calvário. Os ideais de amor, que nos aquecem as almas, manam da bôca divinizada que disse: *Amai-vos uns aos outros*. Os ideais de igualdade e fraternidade, nunca atingidos, foram proclamados pela mesma bôca sublime. E singular é que os revolucionários, mais encarniçados em despojar Cristo dos atributos divinos, inscrevam no seu lema de regeneração social, em nome da humanidade, as mesmas palavras que afinal sintetizam a doutrina prègada em nome de Deus.

Portanto, meus senhores, a minha conclusão é esta: seja qual fôr o nosso sentimento com respeito à religião, crentes ou scépticos, místicos ou ateus, no fundo das almas todos somos cristãos. Cristãos sob o ponto de vista moral, cristãos nas nossas relações mútuas, por mínimas que sejam as nossas relações com a divindade. Vinte séculos de cristianismo acumularam na nossa consciência os sedimentos éticos que nenhuma tempestade



varrerá jãmais, sob pena de revertermos ao primitivo estado selvagem. As noções de honra, de dever, de respeito pelos direitos alheios, de caridade para com os miseráveis, de piedade para com os oprimidos, o horror à violência injusta, o ódio da tirania, a abominação da perfídia e do crime, estão inoculados em nossos corações, como cláusulas essenciais, irrefragáveis, imprescindíveis, do nosso viver social. Sem elas, afigura-se-nos que volveríamos aos antros dos trogloditas para conquistar à unhada, à facada, a tiro, o pão que nos matasse a fome.

Sem dúvida, a sementeira evangélica não debelou a maldade na terra. Mas amenizou na fera humana os instintos de rapina, que são origem mais ou menos ostensiva de todas as conflagrações sociais. A própria guerra, fatalidade orgânica das sociedades, tornou-se menos atroz desde que a palavra de Jesus ungiu as almas dos guerreiros. Nesse longo período de dez séculos, convulso e confuso, que se chamou a Idade Média, quando o barbarismo nórdico veio deter, inundando as terras de sol, a marcha da civilização greco-romana, uma luz de esperança bruxuleava nos ergástulos dos cativos, um vislumbre de piedade reverberava na espada dos invasores; e sobretudo, a lialdade, o ponto de honra, o apêgo à palavra dada, o respeito pela vida dos inocentes e dos desarmados, a defesa dos iníquamente perseguidos, todas as noções de justiça e dignidade, que o direito romano balbuciara e que os apóstolos de Cristo haviam conclamado, iam-se recopilando num código, tácitamente aceito por todos os povos civilizados, ainda mesmo aqueles, como os maometanos, que se achavam fora do grémio da Igreja. Era o código de cavalaria, que durante séculos foi salvaguarda de milhões de oprimidos, refúgio dos fracos, broquel contra as prepotências dos fortes, alívio contra as violências da ferocidade armada em guerra.

Não quero dizer com isto, seria até demência afirmar, que a força bruta não levasse de vencida, vezes sem conto, os ditames da razão e do direito, que ela não fôsse o supremo argumento das ambições insofridas. Mas é certo que ela própria prestava homenagem à justiça, cobrindo de pretextos morais, mais ou menos especiosos, as suas nefastas tropelias. Foi em nome da fé católica que os conquistadores de Espanha chacinaram os índios da América e os seus reis ensangüentaram a Flandres. Foi sob color de debelar o despotismo na Europa que Napoleão I quis à força das armas fincar na Europa o seu despotismo. E as ambi-



ções, que se degladiaram nas várias guerras de sucessão, invocavam sempre a defesa do direito divino, universalmente acatado como fonte do poder monárquico.

Quero dizer: a avidez ou a maldade revestiam-se sempre de um ideal consagrado, e nunca, pelo menos nas eras modernas, até hoje ousaram afrontar a consciência humana com a cínica ostentação dos seus propósitos.

Até hoje, disse. Até ontem, diria melhor. Foi ontem, com efeito, isto é, há cerca de três anos, em pleno meio dia de civilização, que uma nação da Europa esbofeteou o mundo culto, proclamando pela redondeza do globo a supremacia da força sobre o direito como dogma da sua cultura moral. Foi ontem que, pela bôca do chefe do seu govêrno, essa nação cuspiu na honra, na lialdade, na fé jurada, estas palavras de ignomínia: Os tratados são farrapos de papel! Foi ontem, ó vergonha da civilização! que as mais admiráveis conquistas da sciência moderna, cautelosamente aproveitadas em quarenta anos de preparação metódica, se puseram em jôgo para esmagar os fracos, para surpreender os desprevenidos, para recalcar com a mole bruta dos exércitos as mais generosas aspirações da alma humana, para estabelecer no mundo inteiro, segundo a impenitente confissão dos seus guerreiros e dos seus filósofos, o domínio férreo da Alemanha.

A história repete-se. Vai para quinze séculos, Átila, o rei dos hunos, devastava a Europa inteira e proclamava que a erva não tornaria a crescer por onde passassem as patas do seu cavalo. Assim também o orgulho germânico se jactava de que, nas terras acabrunhadas ao pêso dos seus canhões, não renasceria jâmais a liberdade dos povos. A noite espessa avançava com Átila sobre o mundo antigo... Coincidência fatídica! Foi nas margens do Marne, nos campos cataláunicos, que, desbaratadas as hostes dos hunos, se rasgaram as trevas temerosas; foi na batalha do Marne que luziu aos nossos olhos a primeira esperança da vitória. Confie-mos, senhores. Os modernos hunos hão-de baquear também.

\* \* \*

Hão-de baquear, se nós quisermos. Urge que fortaleçamos a nossa vontade, não sómente contra as vicissitudes transitórias da guerra, mas, atentem bem nisto! contra as influências persis-



tentes na paz. Sim! há quasi meio século que essas influências, lentamente infiltradas, ameaçam perverter o nosso pensamento e depravar a nossa consciência, como conseguiram fazê-lo dentro das fronteiras germânicas. Porque a presente guerra é a explosão de fôrças deletérias que, minando a Alemanha, a revertiam aos primitivos estádios de civilização moral; tentando estabelecer a hegemonia teutónica no globo, abalavam os alicerces em que assentam as sociedades humanas, tornavam a vida social um conflito feroz de egoísmos, em revolta perene contra o egoísmo preponderante.

A Alemanha de que falo, note-se bem, não é a Alemanha que se impôs à admiração dos pensadores, dos filósofos, dos artistas. Não é a Alemanha que pelas mãos de Lutero quebrou os grilhões da intolerância religiosa, que iluminou o pensamento humano com o farol brilhantíssimo de Kant, que no génio sublime de Goethe irradiou clarões renovadores sôbre a literatura universal, que com Beethoven e Wagner trouxe novos encantamentos à arte divina. Não! Essa Alemanha, prestigiosa e grande, subverteu-se desde que o mais improgressivo dos seus povos, aquele que hoje representa as energias truculentas do barbarismo, rodou sôbre ela as viaturas dos seus colossos de aço. O povo alemão é hoje vítima, embora obcecada e inconsciente, do militarismo prussiano. Auxiliados por uma tenaz inteligência maléfica, os gérmens de peçonha, desde o século XVIII propinados pela rude mão de Frederico o Grande, foram-se coando no organismo da Alemanha, e intensamente lavraram, sobretudo desde que a guerra de 1871 colocou na cabeça do rei da Prússia a corôa imperial. De então por diante, a peste transpôs as fronteiras, e todo o mundo começou a contaminar-se. Hoje, e só hoje, é que alvorece a consciência dessa infernal perversão dos espíritos, aceita até agora pelo snobismo universal como se fôra uma transformação salutar.

Sim! Um grande número de contemporâneos, e dos mais abalizados, leram com ânsia, assimilaram com delícia, a doutrina, expressa por Nietzsche, de que às organizações privilegiadas por um excesso de energia, os que êle alcunhava de super-homens, devia submeter-se a humanidade inteira. Só nêles residia o direito, porque só nêles residia a fôrça. E esta doutrina abominável, baseada numa sofismação de princípios científicos, negação de toda a moral e de toda a justiça, consagração da violência e da rapina, era acolhida sem protesto, até com simpatia, por



espíritos que no cristianismo teem as raízes do seu sentimento e no respeito da dignidade humana a mola reguladora dos seus actos sociais.

Mas se o escalracho alastrou para fóra das fronteiras germânicas, que admira que exuberasse lá dentro, onde carinhosamente lhe preparavam ambiente propício? O estado aproveitou com rara astúcia, se é que não favoreceu, os desvarios do génio para por êles moldar a mentalidade alemã. À monstruosa doutrina de Nietzsche deu-se praticamente uma interpretação colectiva. O super-homem alargou-se para a supernacionalidade. O professor e o soldado colaboraram eficazmente com o filósofo na obra de perversão moral. Insinuou-se na consciência germânica a convicção mística de que o povo alemão era o povo eleito por Deus para pastorear o rebanho humano. Insufiou-se na alma germânica o orgulho da supremacia moral e intelectual, que lhe conferia o domínio sôbre todas as raças do universo. Foi uma crise temerosa de megalomania colectiva, que a iminência de uma derrota ainda não curou, que vitórias parciais alimentam ainda. Abundam as provas, que a escassez do tempo e o carácter desta palestra me inibem de apresentar. Baste-me mencionar, como síntese recente desta louca arrogância, as palavras que no verão passado apareciam subscriptas pelo Professor von Stengel, da Universidade de Munich: — «Toda a guerra até hoje», escrevia a sua pena de ferro, «tem mostrado que a Alemanha foi eleita pela Providência para guiar todos os outros povos. Marcharemos à testa dêles, e conduzi-los-hemos a uma paz permanente. Para essa missão temos nós a fôrça, e também todos os dons do espírito, e somos nós a corôa de toda a civilização... O mundo inteiro, e especialmente as nações neutrais, tem apenas um meio de proveitosa existência. É submeter-se à nossa direcção, que é superior a todas as outras sob qualquer ponto de vista. Não existe povo que nos exceda nos mais amplos ou altos ideais e sentimentos, e sob o nosso domínio nenhum dêles precisará debater-se em defesa dos seus direitos».

Note-se bem: estas palavras foram escritas a frio, dentro de uma universidade alemã, por uma criatura cujo cérebro se atulhara de sciência, e num momento em que, após dois anos de guerra, a pressão dos aliados começava a fazer-se sentir bem cruelmente dentro da Alemanha. São bem patentes neste documento as ambições de domínio universal, as ameaças que nem



sequer poupavam as nações neutrais, a perspectiva de um futuro tenebroso para a humanidade, calcada pelas botifarras ferradas do teutão.

E não há-de a consciência universal, a consciência do mundo culto, quer a ilumine Cristo ou Maomet ou Buda ou a Deusa da Razão, revoltar-se contra esta formidável hipertrofia do egoísmo nacional? Com sinceridade o confesso: o que mais espanta no meio da conflagração tremenda, o que manifesta, correspondendo à epidemia de loucura na Alemanha, a cegueira fatal do mundo, é ter a Alemanha aliados e haver no mundo neutrais. Quando com tal desplante um povo inteiro aberrava do rudimentar senso moral, alardeando a fôrça bruta como a única sanção do seu desmedido orgulho, estamos em presença de uma alcateia de lôbos enraivados, que urge acossar com todas as fôrças policia-das, se não quisermos todos, todos, a humanidade em pêso, ser despedaçados pelos colmilhos mortíferos!

\*  
\*  
\*

Acossá-los, sim! Destruí-los, não! Nem isso é prático, nem humanitário, nem sequer benéfico. A Alemanha reconstituída, desafogada do militarismo prussiano, entregue à sua obra fecunda de paz e de ciência, livre do pesadelo horrível que só lhe concitou ódios, desanuviada dos fumos alucinantes da vanglória, olhos fitos no ideal supremo da liberdade, mãos robustas empunhando os instrumentos de trabalho honesto, cérebro potente a desentranhar-se em inventos, é uma alavanca poderosa, inestimável, para o progresso humano. Durante largos anos de prosperidade aparente, enquanto o vírus latente lhe minava o organismo, ela mostrou ao mundo a grandeza do seu engenho, a pertinácia do seu labor, a excelência da sua indústria. Ela contribuiu largamente para o confôrto material dos homens, para tornar a vida mais suave e festiva, para dar aos pobres um pouco do luxo que era apanágio dos ricos. Talvez para isso o desgraçado povo sacrificasse inconscientemente os seus velhos ideais de dignidade e queimasse nas aras do despotismo férreo os derradeiros resquícios da sua altivez democrática. Mas o preço que nos exigiu era desproporcionado aos seus serviços, por grandes que fôsem. Era a escravidão ignóbil, era a transformação dos homens livres num bando de grilhetas, empregados na faina perma-



nente de abarrotar os seus cofres. De tal aspiração, os primeiros rebates da fome deviam ter começado a fazer-lhe sentir a insensatez.

Que pena que só tão cruel expediente restasse para lhe abrir os olhos, a êsse desatinado povo, progenitor de heróis e de gênios! Mas, se tanto se conseguir, êle poderá dizer mais tarde, quando voltar à plenitude da razão, que o derrotado não foi êle, mas dentro dêle a fôrça ancestral que o avassalava, a energia atávica do barbarismo que irrompeu através dos nobres sedimentos, depostos por minguidos séculos de civilização. E extinta esta irrupção formidável, libertado finalmente pelas mãos que o guerreiam, depurar-se há de fermentos malignos a cultura de que êle se vangloria, a qual só é verdadeiramente fecunda quando lhe bate em cheio a chama do sol latino.

Há meio século que, tapado pelo manto do orgulho, o gênio germânico se quer subtrair a essa luz vivificante. O resultado é o que se está vendo. Entregue exclusivamente a si, êle vai resvalando por transições insensíveis no pendor da barbárie. Alimentados pela inegável energia intrínseca, os seus produtos são colossais, mas monstruosos, pujantes, mas aberrantes. Uma filosofia depravada, uma arte brutesca. Só na ciência aplicada, servido por um espírito admiravelmente metódico, só na parte utilitária da civilização, mercê de uma tenacidade assombrosa, o gênio alemão tem, durante êsse período, alcançado direitos indiscutíveis à gratidão dos homens.

Mas é certo que a mesma grandeza selvática das suas concepções os tem ofuscado. Já me referi de passagem à influência nefasta da filosofia germânica. Essa influência não se tem limitado ao âmbito restrito dos pensadores, os únicos que profissionalmente possuem cérebros acomodados à laboriosa digestão de iguarias metafísicas. Por lamentável que fôsse, ainda não seria de todo mau que, sequestrados num lazareto, êles houvessem evitado à sociedade o contágio funesto. Mas em redor dos pensadores há a multidão irrequieta, petulante, tagarela, insinuante, dos snobs; e são êles os transmissores e os propagadores do vírus. Filtrados através dessa camada, os princípios filosóficos alteram-se ou refinam-se, cristalizam em aforismos dogmáticos, transformam-se em emanções subtis que se espalham por todo o corpo social. Muitas vezes, até os mais benéficos atingem, pela concentração excessiva, um poder nocivo. O que



fará quando, como no caso presente, êles são dissolventes por natureza!

O terrível princípio da supremacia da fôrça sôbre o direito, erecto em corpo de doutrina moral, inspirador da filosofia nietzschiana, veio assim acordar na alma dos homens os instintos ferinos solapados. O recurso à violência, a intolerância dos dominantes, a rebeldia dos dominados, a exacerbação das paixões egoístas, a intransigência dos interesses em conflito, vieram a ser as conseqüências fatais e remotas, às quais inconscientemente nos havemos submetido. Inquinados estão ainda muitos dos espíritos que actualmente mais adversos se mostram ao germanismo. Por toda a parte, as tendências idealistas são abocanhadas, os princípios humanitários ridicularizados, o desinteresse escarnecido, a luta pela vida aclamada. Os velhos ideais românticos são enfeixados sob a etiqueta desprezativa de sentimentalismo. E êste desdêm, que na alma individual põe à sôlta as ruins paixões, reflecte-se naturalmente na vida internacional. Entre particulares e entre nações, entende-se que o interesse material deve ser móvel exclusivo de todos os actos. As fórmulas do direito passaram a ser uma revestidura irrisória das reclamações dos fracos, a qual os fortes rasgam ou amoldam a seu belprazer. E a maioria dos ânimos, imbuídos dêste ensinamento sinistro, não percebem, na sua impulsiva indignação, que a síntese dêle se encontra na velha máxima jesuítica, perfilhada pelo chanceler da Alemanha: «O fim justifica os meios.»

Singular cousa! Foi a alma germânica, dada a amplificações, como todas as raças vizinhas da infância, que em tempos exaggerou o idealismo romântico, logo nos seus inícios. Sabido é como Werther, criação juvenil do génio de Goethe, não encontra outro expediente para despejar do crânio uma paixão pecaminosa senão abri-lo com um tiro de pistola. A voga alcançada por êste romance foi tão extraordinária na Alemanha que a todos os cantos surgiram imitadores do herói. Uma epidemia de suicídios passionais lavrou intensamente. Foi o próprio Goethe quem se apressou a atalhá-la, publicando outro livro *Mania do sentimentalismo*, em que causticava o mal que provocara.

Pois agora, à distância de século e meio, a torrente materialista da Alemanha, redundando na autolatria, não subverte apenas o sentimentalismo exagerado e piegas dos ultra-românticos. Desfolha, emmurchece, destrói a flor do sentimento, a única que



dá perfume à alma humana, a única que verdadeiramente a subtrai ao influxo corrosivo das paixões egoístas, a única que pode afastá-la da selvajaria e do crime. E não há esperança que, desta vez, os causadores do cataclismo lhe busquem penitentes o remédio.

Vejam bem, senhores, que futuro de trevas se antolhava para a humanidade, se acaso não se opusessem diques a essa torrente devastadora, se, mesmo depois de contida, ainda ficassem no mundo os gérmenes arrastados pela aluvião.

Mas, segundo o velho prólogo do poeta romano, *quos Deus vult perdere, prius dementat*: Deus tira primeiro o juízo àqueles a quem quer perder. Foi assim que a Alemanha, materialmente próspera, utilitariamente engrandecida, se deixou alucinar até ao ponto de tentar um golpe decisivo e gigantesco para satisfação da sua monstruosa megalomania. Foi prematuro êsse golpe. O mundo ainda não estava corrompido pela sua acção deletéria. Era ainda uma minoria de insensatos que, pela ânsia mórbida do novo e do extravagante, pela deplorável obcecação das paixões políticas, acaso por mesquinhos interesses, acolhiam com boa sombra o advento do funesto porvir. O resto, os bem intencionados, aqueles a quem o vírus não contaminara de todo, abriram os olhos perante a ameaça, que se denunciava no esmagamento de populações inocentes, na destruição vandálica de monumentos venerandos, no terror arvorado em sistema de guerra, na rapina sem escrúpulos, na matança sem piedade, na ferocidade sem limites. Armaram-se, para combater os bárbaros, as nações tomadas de surpresa. Viram-se emergir dos mares, clamando justiça, as mãos agónicas dos assassinados do *Lusitânia*. Encheu os ares a grita dos famintos, dos deportados, dos fuzilados, da Bélgica, da França, da Sérvia. Caiu em todos os corações honestos uma gota do sangue heróico de Miss Cavell, como se fôsse uma punção de fogo que os estimulasse para o desagravo.

Mas eu escuso de recapitular a formidável tragédia que há quasi três anos ensangüenta o mundo. Como não tenho pretensões a político, é pelo seu aspecto moral que eu justifico a legitimidade, direi mais, o dever da resistência a todo o transe contra as arrogantes ambições da Alemanha, contra a fatal corrupção que dimana da sua hegemonia, contra as infâmias com que ela tem conspurcado a história.

A consciência moral revoltou-se por fim, por uma forma re-



tumbante. Não há mais eloquente condenação da política mundial, representada pelos impérios centrais, do que a célebre mensagem do Presidente Wilson ao senado americano. E cego é quem não vir nesse documento a síntese dos clamores de justiça em favor da liberdade dos povos, que um pontapé prussiano quer atirar ao abismo.

\* \* \*

Eu não ignoro, senhores, que o documento, a que venho de aludir, tem excitado controvérsias entre os próprios aliados. Mas eu, respeitando embora todas as opiniões sinceras, colhendo delas os elementos para formar a minha, tenho o séstro de pensar, bem ou mal, pelo meu cérebro, e não pelo cérebro alheio. Adoptei por lema o verso de Musset:

*Mon verre n'est pas grand, mais je bois dans mon verre.*

Por isso, vou mostrar-lhes, em breves palavras, o licor que tenho hoje no meu copo, licor que poderá ser diferente amanhã, se contraditas autorizadas mo turvarem ou melhorarem. Porque, das poucas qualidades em que julgo fazer excepção ao carácter nacional é não ser teimoso nem intransigente, prendas estas que se me afiguram demasiado germânicas para que não tentemos expurgar delas a nossa psicologia.

Não há hoje no globo inteiro ninguém de boa fé, que não esteja postado à janela, a espreitar com ansiedade a chegada da pomba branca, com o ramo simbólico no bico. Mas é preciso que os nossos olhos não se enganem. Não venham as penas pintadas de alvaiade, a disfarçar a côr de sangue, não seja o ramo de carrasqueiro, a simular oliveira. Ora precisamente, é esta burla de temer, se acaso a pombinha provier dos pombais do Kaiser. Nestes se chocam todas as perfídias e mentiras que, de há meio século a esta parte, tem revoado pelos horizontes políticos da Europa. Sabe-se hoje como a falsificação do célebre telegrama de Ems deu origem à guerra franco-prussiana de 1870. Vimos agora como a Alemanha rasgou o tratado que lhe impunha o respeito pela neutralidade da Bélgica, as convenções da Haia que restringiam ou atenuavam as calamidades da guerra, e induziu a Grécia a atraiçoar a Sérvia, sua aliada. Esperar, pois, que ela honre a sua assinatura num tratado de paz, enquanto não se lhe quebrarem nas mãos os instrumentos que podem levá-la à satis-



fação das suas desassombradas ambições, é loucura semelhante à de um homem ingénuo que confiasse a sua fortuna e a sua vida à palavra de um bandido armado. Compreende-se pois que, por maior que seja o seu desejo de paz, as nações aliadas se recusassem a tratá-la com um inimigo fementido que lha oferecia, ao mesmo tempo que se orgulhava de vitorioso, sobretudo no momento em que os recursos delas, tardiamente coligidos, lhes davam esperança de o manietar em breve. Um pacto concluído em tais condições não passaria de uma simples trégua, permitindo ao inimigo refazer-se e preparar-se para nova e mais terrível investida. Corresponderia à ânsia egoísta de protelarmos o pagamento de uma dívida, para a deixarmos, sobrecarregada de juros acumulados, acabrunhando os nossos herdeiros.

Foi por isso que à humanitária intervenção de Wilson os aliados responderam com a franca exposição das suas aspirações. Idêntica franqueza não podiam ter os impérios centrais. A franqueza arrogante e cínica só a usam êles nos momentos em que se julgam seguros da vitória. Nos transe de incerteza procuram esconder as garras. Ai de quem se fiar na pata de veludo!

O Presidente da grande República de Além do Atlântico não esmoreceu contudo. Sereno e pertinaz, esperou, para chegar a uma acção decisiva, que na consciência honrada dos americanos penetrassem fundo os ideais de justiça contidos na sua nobre mensagem. Os políticos práticos desdenhá-la-hão porventura como um documento de platónico idealismo. Eu porêem, na minha qualidade de idealista refractário, saúdo-a como o mais admirável manifesto de direito internacional, até hoje proclamado por um chefe de Estado. Saúdo-a por ser, conforme as suas próprias palavras, a voz da «massa silenciosa da humanidade, que ainda não tivera lugar ou ensejo de manifestar o que lhe vai no coração com respeito à morte e à ruína que atingem as pessoas e os lares que lhe são mais queridos.» Saúdo-a por traduzir as mais generosas aspirações que com respeito à liberdade dos povos podem caber na mente de um estadista. Saúdo-a como a condenação soleníssima do despotismo que, sob a máscara do equilíbrio político, espezinha nacionalidades inteiras.

Seria fastidioso analisar longamente êsse belo documento, que há-de ficar na história como um dos mais luzentes brasões de glória para a grande nação que o concebeu. Limito-me a apontar os seus tópicos essenciais: a paz sem vitória, que não



seja fermento de ódios persistentes ; o direito dos povos a agruparem-se sob governos que correspondam plenamente aos seus ideais ; a igualdade das nações perante a lei comum, sem distinções capciosas de grandes e pequenas potências ; a organização de uma fôrça internacional tão poderosa que se impusesse a qualquer coligação perturbadora da paz universal ; a liberdade dos mares ; o seu acesso garantido à expansão legítima de todos os povos ; a limitação dos armamentos ; a livre acção de todos os povos na orientação da sua política, desafogados de ameaças e prepotências.

Quem, de boa fé, negará o seu aplauso entusiástico a êste programa de confraternização mundial ? Poderá nêle existir muito de irrealizável, pelo menos em eras próximas. Mas, mesmo neste mundo de ambições e misérias, os gérmens que caírem não serão estéreis. Seria preciso decerto, para que êles desde já abrolhassem, que as chamadas grandes potências, de ambas as facções beligerantes, se resignassem a imediatos sacrifícios e a mútuas transigências. Todavia, um rápido volver de olhos pelo mapa da Europa nos indica que as reivindicações seriam principalmente sensíveis para os nossos inimigos. A Alsácia-Lorena, que em quarenta e tantos anos o militarismo alemão não logrou germanizar, voltaria ao seio carinhoso da França. Formar-se-ia uma Polónia livre dos troços palpitantes que reteem a Rússia, a Prússia e a Áustria. Os tcheques reclamariam a restauração do velho reino da Boémia. As populações eslavas, italianas, croatas, esclavónicas, amalgamadas no embrêchado que responde ao pomposo nome de Império Apostólico, acolher-se-iam aos respectivos apriscos. E assim se escangalharia essa pintalgada boceta de Pândora, da qual todos os séculos surdem, para desatinar a humanidade, os gases mefíticos da guerra.

Já vêem pois, meus senhores, que a mensagem do presidente Wilson, quando transformada em instrumento diplomático, seria mal-avinda, sobretudo, para essa anacrónica fúria de despotismo que estrebuxa terrivelmente na Europa Central. Nós, porém, que prezamos acima de tudo a justiça e a liberdade, não podemos deixar de a acolher como base de um futuro e almejado código, universalmente aceito pelos povos civilizados, pelo qual se regulem as relações internacionais. Saúdêmo-lo como o despontar de uma aurora fagueira, através dos nimbos pesados que sôbre nós despejam a sua fúria. Bemvindas as nossas angústias, bem pa-



rados os nossos sacrifícios, se nossos filhos e nossos netos se aquecerem ao sol esplêndido que o ténue dilúculo já promete!

\*  
\*  
\*

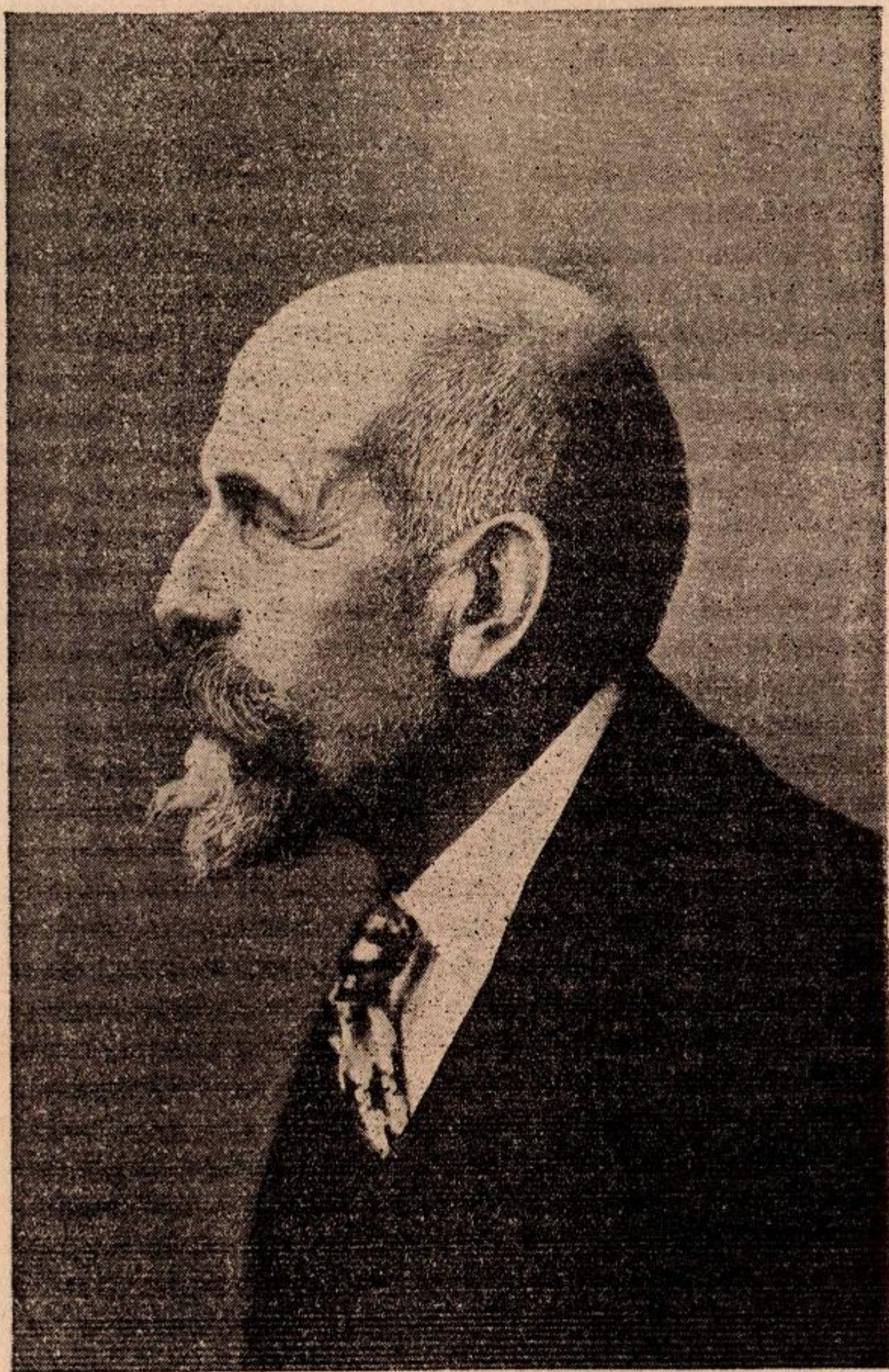
Mas para que sem relutância aceitemos êsses sacrifícios, urge que êles sejam equitativamente distribuídos. E isso me conduz ao tópico que parece ter esquecido a Wilson. Assim saldarei a promessa feita no comêço da minha palestra. Como, porêm, o assunto é melindroso e eu sou talvez o primeiro a atacá-lo, recorro a uma parábola mitológica que será entendida por quem possa ou queira entendê-la.

O Olimpo dos gregos e dos romanos é repositório inesgotável de símbolos. Daí vou sacar os que me servem.

Primeiramente, apresento-lhes Marte, o deus da guerra, divindade estúpida, cuja fôrça seria impotente se acaso lhe não acudisse Minerva, a deusa da sabedoria. Foi ela quem lhe adestrou os músculos e lhe aperfeiçoou as armas. Aqui o temos destemido e aprestado para a luta, mas tão boçal que se deixa apanhar numa rede pelo ciumento Vulcano, no momento de lhe roubar as carícias conjugais da loura e formosa Vénus. Tão bruto que não se lhe depara a causa em favor da qual há-de empregar a sua fôrça indomável. É então que lhe surde o astuto Mercúrio... conhecem? aquele cavalheiro de asas nos calcanhares e no capacete, que empunha um bordão também alado, onde se enroscam duas serpentes e que dá pelo nome de caduceu. Se não o teem visto, devem tê-lo sentido esvoaçar nos lugares dos mercados, nos balcões das lojas, nos *guichets* dos bancos, nos escritórios de comércio... Pois é êsse mesmo!

O amável Mercúrio, insinuante e solícito, segredou cousas na orelha asinina de Marte. E tais foram elas que o brutamontes se pôs imediatamente ao seu serviço. E de então para cá, Marte anda pelo mundo, ajudado por Minerva que inspira todos os inventores de cousas daninhas, desde o monge Schwartz que descobriu a pólvora até ao industrial Krupp que fabrica o canhão de 42, e atrelado a Mercúrio que lhe mexe os cordelinhos. Assim, por detrás dêsse pavoroso autómató, valendo-se dos terrores que êle inspira, agitando-lhe a seu talante os braços, movendo-lhe as pernas, franzindo-lhe o sobreceño, brandindo-lhe a espada, coando-lhe farroncas pela bocarra e lume pelos olhos, Mercúrio





HENRIQUE LOPES DE MENDONÇA

Da Academia das Ciências de Lisboa



vai regendo o mundo. É êle quem dirige a pena dos diplomatas e se instala na cabeça dos estadistas. Os governos, autocráticos, parlamentares ou democráticos, batem cabeça diante do onnipotente caduceu. Com a alavanca dos monopólios e sindicatos, o matreiro deus tem conseguido esticar a célebre lei económica da oferta e da procura, ao ponto de esganar com ela nove décimas partes do género humano. Os seus sacerdotes máximos, jogando com os ciúmes nacionalistas, entendem-se de um extremo ao outro do globo, de Hamburgo para Nova York, de Londres para Tóquio, de Paris para Melbourne, de Viena de Áustria para Pequim, atentos a manterem a paz ou a desencadearem a guerra, consoante os interêsses do culto. Se rebenta a conflagração, o sangue serve para dar maior brilho às douraduras do caduceu, as labaredas para fundirem o metal que o há-de melhorar.

Quero crer que Mercúrio, apesar de toda a sua astúcia, algumas vezes se engane e não meça bem as consequências do lance, por êle arriscado no grande taboleiro de xadrez com os trebelhos que são os potentados do mundo. Mas êle nunca perde. Tem sempre maneira de transformar as desgraças alheias em prosperidade sua. Cada estômago faminto representa mais umas pepitas de ouro que êle recolheu com avidez. Cada luto, mais uns metros de crepe que êle fornece a bom preço. Cada tiro de canhão, mais umas arrôbas de aço que êle traduziu em libras sonantes. E por esta forma tem a manha de se resarcir copiosamente, exuberantemente, superlativamente, de todos os sacrificios a que finge resignar-se, por amor de pátrias que desconhece, por dedicação a ideais que para êle não passam de rótulos vazios.

Ah! bom Mercúrio! honesto Mercúrio! scintilante Mercúrio! Visto ser fôrça que governes o mundo, quando alcançarás ao menos uma consciência que te sirva de bússola?

\*  
\*  
\*

Faltou a Wilson referir-se a êste, porventura o mais poderoso gerador das guerras. Não admira! Não seria chefe de Estado, se não tivesse de antemão prestado menagem ao divino caduceu. Mas emfim, o que parece averiguar-se, pela attitude resoluta que Wilson acaba de assumir, é que os desejos de Mercúrio se conjugam desta feita com os dos homens de boa von-



tade. A paz é a aspiração universal. Mas, entre o bem e o mal, não pode existir paz enquanto o mal não se submeta, enquanto não se destruam os fermentos nocivos. E, quaisquer que sejam os sofismas engendrados pela Alemanha e acolhidos no mundo por malévolos e cegos, é indubitável que os inimigos dela são os aliados do bem.

É por isso, senhores, que eu me dispenso de apelar para os interesses materiais ou para argumentos de política, quando justifico a intervenção armada do mundo civilizado contra o poderoso império que intenta retrotraí-lo à barbárie. É em nome de todos os princípios morais esbofeteados e espezinhados, da cultura evangélica que tem amansado a fera humana, da justiça prègada na cruz e reivindicada nas fogueiras do Santo Offício e nos cadafalsos da Revolução, da consciência afrontada pelas infâmias do militarismo despótico, do direito conspurcado pelos escarros da bôca teutónica, que eu qualifico de sagrada esta guerra. E para sancionar o movimento solidário de todos os povos contra as ambições da Alemanha, não me ocorre invocar mais adequado texto do que aquele que me fornece um grande alemão. São palavras de Schiller as que vou citar: «Que nenhum país livre seja estranho à liberdade de outro país!»

Certamente que, há mais de um século, quando Schiller punha estas nobres palavras na bôca de uma personagem do seu teatro, êle não previa que a sua pátria se arvoraria em sistemática perseguidora da liberdade dos povos. O seu generoso espírito não sonhava que o senso moral dos seus compatriotas se perverteria a ponto de prègar a fôrça como única fonte do direito, a violência contra os fracos como um dever dos fortes, a espionagem como base de educação cívica, o saque e o extermínio como meios legítimos de grangear riqueza, a grilheta imposta aos homens para benefício e debaixo do açoite dos super-homens, a vida humana como uma concessão benévola do Kaiser. A alma religiosa de Schiller não podia calcular que a velha divindade nórdica, Thor, o senhor da guerra, se encarnaria nesse arrogante potentado, proclamando aos quatro ventos a supremacia do terror e a inanidade de toda a moral cristã.

Mas hoje, como réplica a essa execranda doutrina, é o aforismo humanitário do grande dramaturgo que pode inscrever-se na bandeira comum dos aliados: «Que nenhum país livre seja estranho à liberdade de outro país!»

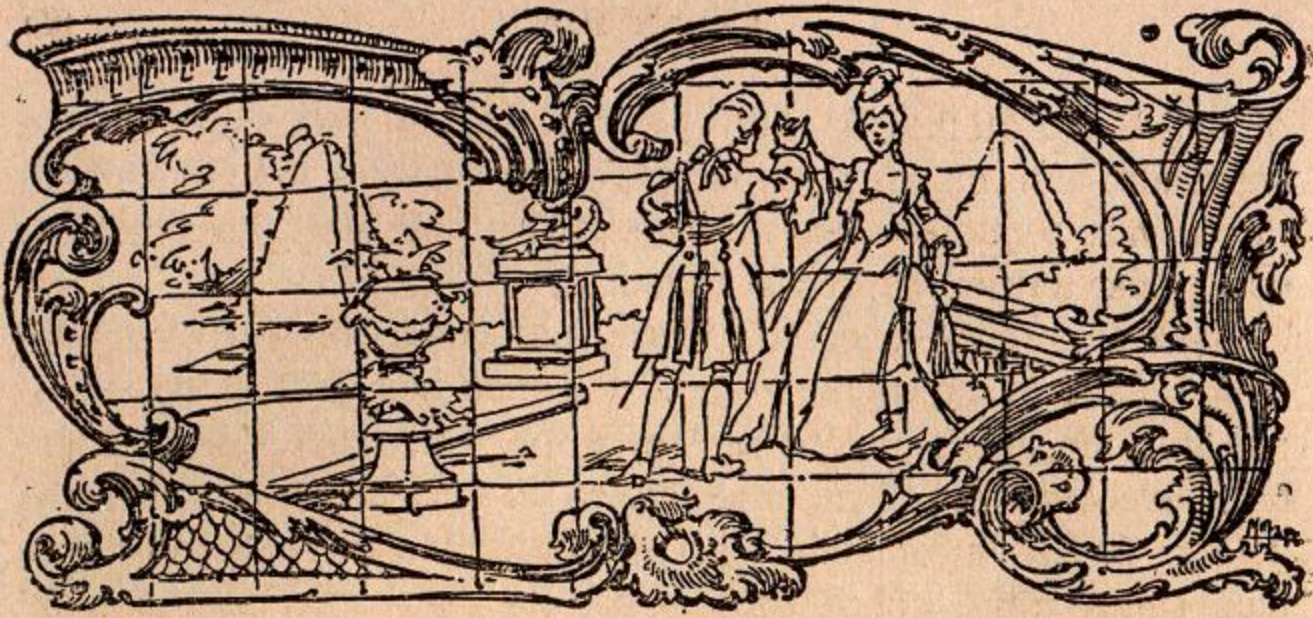


Portugal vai afirmar solenemente nos campos de batalha a sua adesão a êste preceito, saído de uma bôca germânica. Em defesa dêle, os portugueses combaterão ao lado dos ingleses, que combateram em Aljubarrota, ao lado dos franceses, que pelejaram em Montes Claros. Se fôsse mister apelar para motivo menos desinteressado do que o nobre ideal proclamado por Schiller, aí tínhamos êsse: o pagamento de uma dívida antiga, a que a nossa honradez não se exime. Vamos defender territórios daqueles que já defenderam o nosso, vamos manter a independência de nações que contribuíram para que a nossa independência não sossobrasse.

Mas o objectivo é mais alto, repito. Bem se aclarou nos últimos meses, com a revolução da Rússia, com a participação dos Estados Unidos da América, com a solidariedade mais ou menos efectiva de todas as democracias. É a luta pelo direito dos povos, pela liberdade, pela civilização, contra as fôrças obscuras do despotismo e da barbárie. Portugal atraçoaria a sua missão histórica se cruzasse os braços que descobriram mundos. Quando deu aos homens a Terra, não foi para a povoar de escravos. A esteira das naus portuguesas cinge o globo como um diadema de estrelas, não o estrangula como um grilhão de trevas.

HENRIQUE LOPES DE MENDONÇA.  
Sócio efectivo da Academia das Ciências de Lisboa.





## Malheiro Dias

Não há muito, apareceu aí um livro de que se evolava, ao folhear, um forte perfume de melancolia; era a História de Portugal sob os dois últimos reis. Pretendendo ser o relato duma época, em décadas de anos, era, de entremeio com uma morrihenta ou charivaresca sessão nas câmaras, um rosário de necrológios. A nota dos falecimentos alastrava, como grande nódoa negra, sôbre a narrativa da evolução nacional em seus modos. O grande bulício era o dos coveiros e das casacas pretas; os mortos, para uma época em que muitos de nós foram actores e todos espectadores, ocupavam aí anómalamente um lugar maior que os vivos; não era história, mas um registo funerário. E, através dêsse livro, a que faltava uma grande cruz preta nos lombos para ser um caderno obituário de cemitério, adquiria-se o sentimento de que a única função em Portugal era morrer.

Nas letras, nas artes, nas sciências, toda uma longa teoria de homens notáveis rolava para a morte, como vencidos duma pátria vencida, que concertassem a marcha do seu êxodo. Riqueza da raça, abundância de seiva podia significar esta abalada para o túmulo; desgraçadamente, as baixas não eram preenchidas, ficando os vazios enormes duma bela hoste dizimada. E, para mais, apagaram-se ou lá se vão apagando, sem persistência, sem bulha, como estrêlas mergulhando num eterno crepúsculo.

Nas letras não há muito que Fialho desapareceu com a sua filáucia de extravagante génio; ainda há pouco Ramalho; ainda



ontem Abel Botelho. A Via Ápia desta Roma pataqueira está-se enchendo com os derradeiros patrícios; os vivos limitam-se a tirar da vida o que ela tem de mais fácil e possessivo; os mortos, entre nós, entram depressa na morte.

Dessa geração cheia de fôrça, mas duma fôrça que egoístamente exauriu consigo mesmo, deixando-nos fracos, largando-nos sem um ideal, poucos restam de pé. Uns, rodeados de silêncio, parecem estar já na ante-câmara do celário; outros mal dão acôrdo de si, derramando uma nénia ou água de rosas, ou ainda uma sátira pífia, sôbre os tempos que passam; outros anilizam-se conscientemente em sua tôrre de amarguras.

Poucos sobram na luta. Carlos Malheiro Dias, se pela idade é da geração nova, pelo vigor e pela amplitude de suas faculdades pertence a essa pléiade, que se vai sumindo com uma pressa tam dolorida. A sua obra foi bafejada por aquele mesmo sôpro, de pulmões ainda sadios duma nacionalidade, que se respira em Camilo, em Eça, em Fialho. Mal dobrou os quarenta anos, e todavia é dessa época literária; nesta é um contrasenso, porque é pobre, é flutuante, é uma época altamente caloteira de casa e de fóra de casa. Além de não ter sombra de originalidade, de fôlego é mais enfermiça que os tempos da Arcádia. Malheiro Dias compôs os seus livros de arte há dezasseis anos, isto é, dos vinte e dois aos vinte e cinco anos, dando provas duma precocidade literária, excepcional na história de qualquer literatura. O *Filho das Hervas*, a *Paixão de Maria do Céu*, os *Telles d'Albergaria*, encarados como primícias de escritor, àquela idade, assombam, pelo critério absoluto; no património artístico da nossa terra, são jóias de finíssimo quilate.

Por estes três livros só, forma na fieira ao lado dos grandes nomes, de cujo eco se fazem os plumitivos de hoje. O mesmo fogo lhe caldeou a pluma e a mesma fôrça ancestral lhe entroncou o génio; nêle há o fôlego do antigo português que levava até à exaustão um tema ou um empreendimento; o poder de visionar que alargou esta terra para tam longe; a facilidade criadora e a vontade que realiza, virtudes dos nossos velhos tempos. A sua obra está limpa dêste raquitismo elegante que seduz o leitor mórbido, desta niquice do modismo francês, dêste lundum psicológico dos poetas tam em voga. Porque é robusta, castiça, profunda e extensa em compreensão, a obra de Malheiro Dias exorbita da época, e êle é um *revenant* dos tempos mortos.



\*  
\* \*

Carlos Malheiro Dias, em seus romances, encetou o plano dum vasto estudo à sociedade moderna de Portugal, partindo dos fundamentos que lhe trouxe a revolução francesa até os fenómenos mais actuais do seu desenvolvimento histórico. A *Paixão de Maria do Céu*, *S. Miguel Arcanjo*, ainda não editado, e os *Telles d'Albergaria* são, por ordem cronológica, a portada dessa construção monumental. Suspensa a continuidade nacional com o domínio francês, a *Paixão de Maria do Céu*, analisando a crise de dissolução do sentimento patriótico ou a consciência da pátria, personificada na arvéloa, frágil e garrida filha dos Sepúlvedas, é dela, logicamente, o primeiro estádio. Sucessivamente, o *S. Miguel Arcanjo* versará o choque de duas sociedades, a da tradição e a da revolução, a que põe desfecho o exílio de D. Miguel e a implantação do liberalismo; os *Telles d'Albergaria*, por fim, representam a marcha do liberalismo monárquico ao encontro da democracia republicana. A introdução à sociedade contemporânea está pois nessa trilogia, de que dois pilares avultam já nas letras pátrias com a bela grandeza dum edifício romano, truncado. O *Filho das Hervas*, com o problema da paternidade e do preconceito de família, pertence já ao corpo do edifício que se irá desdobrando através do meio social português, na desfeita monárquica, a revolução de Outubro, a República, a guerra das nações, etc.

Da sùmula dêste plano, com a envergadura dos cometimentos de Zola e de Balzac, se vê que àlêm da ideia bem precisa e clara que ressuma de cada um dos trabalhos de Malheiro Dias, uma conexão estreita os solda entre êles. Àlêm de exacta e de profunda, a sua obra de artista terá unidade, terá um fim. Na nossa literatura escasseia êste espírito de unidade e de visão filosófica; mais, um estudo fiel duma época, na sua feição enciclopédica, não existe. Camilo legou-nos apenas nesgas do seu tempo, e, ainda, mais ou menos deformadas por ampliação, e pela pecha romântica de tracejar para itinerário de seus figurantes a falsíssima linha recta. Tampouco, as especulações de Eça podem constituir uma colaboração segura, na análise da vida portuguesa. Os seus primos Basílios, conselheiros, padres Amaros, veem enlodados da ganga francesa. Um, porque considerava os sêres e as coisas por uma lente fumada, de aumento, outro, porque os divisava de



cór, de longe, de outra atmosfera, são guias suspeitos no arraial desarmado da nossa grei.

Fialho foi apenas um anotador.

Tem a pena de Malheiro Dias os requisitos indispensáveis para a grande emprêsa? Esta retenção psicológica do historiador, que não deforme, nem aformoseie, nem cobre paixões, nem destine suas figuras à orientação geométrica, no jôgo da vida? Esta técnica do romance como o concebeu Flaubert, sem um desvio, nem os velhos *trucs* a auxiliar o movimento da composição? Esta onipotência em arte, que interpreta a vida em seu fluxo próprio, abstraindo do raciocínio, do debate, do capricho do nosso *eu*? Tem, por certo. Malheiro Dias não se despersonaliza absolutamente, como Zola, quando põe em acção a sua feira; não nos dá aquela impressão estrénuia de objectivo da *Nana*, dos *Rougon*, que, parece, por desentranhamento, a pintura dum super-homem. Esse processo, excessivamente frio, não seduz hoje ninguém. Malheiro Dias não quebra suas relações com algumas das personagens; a sua ternura de meridional, a sua bondade de criador guia-as; às vezes, sem esforço, sem entorses, ampara-as de caírem. Mas bafejando-as de sua predilecção manifesta, não arremete contra a verdade, muito menos contra o bom senso. Albergaria, uma das suas amorosas criações, fica sempre verdadeiro; de resto, é o símbolo duma humanidade ansiosa de melhor. Sepúlveda, que parece ter sido coado no bronze pelas mãos de Constantin Meunier é o padrão de certos homens do seu tempo, em que latejava a antiga fibra portuguesa.

Ao seu avantajado perfil de herói à Plutarco tem a ressalvá-lo os próprios factos, a reacção da nacionalidade, a própria continuidade da nacionalidade. Elevados estes acima do nível do meio em que viveram, Maria do Céu e Margarida de Menezes, analisadas com fria demora, são de estatura corrente. Maria do Céu é a carochinha estragada duma linhagem que se extingue; no seu solar provincial, grande e profundo como a cepa fidalga de que é a última vergôntea, que ressalta dela? O fumo dum idílio, um chapim que escorregou, um lundum chorado no velho cravo; almazinha inconsistente, luar, manhã de sol, o mais quebradiçamente humano. A bela argila maleável, transplantada para Lisboa, na modorra duma praça triste, à sombra de palácios em ruínas, freme com a rua, deixa-se impregnar pelo ambiente alucinado duma pátria sem rumo. O escritor condu-la, com mão firme e



rigorosa, desde uma infância sem pegame, ao abandono, na puberdade, dos valores fundamentais duma menina de honra. E só ao cabo dêste caminhar sinuoso, quando a ideia do símbolo sobressai na nitidez das coisas consumadas, o artista se comove. Paris, a cidade monstruosa que inverte todos os sentimentos e brita em seu almofariz todas as almas, não subverterá aquela desvairada de amor. Da sua trapeira de operária não baixará à miséria da rua, logradouro, em Paris, das pobres fragilidades femininas. Toma antes o caminho da sua terra, andrajosa e dolorida, para encêguecer, pela culpa de a deixar.

Talvez o escritor, neste desenlace, quisesse estirar o seu símbolo até a raia lógica, símbolo duma sociedade cega com o banho de luz da revolução francesa. Talvez. Remetendo esta figura, duma esbelta de Fragonard, ao critério estritamente realista, nas mãos dum Balzac, dum Eça e mesmo dum Anatole France, a doce Maria do Céu — e perdôe-nos o autor e amorosos dela o sacrilégio — acabaria em *gourgandine*.

Teles Lobo, mercenário e inquieto, é, caracteristicamente, o soldado português, perseguido pelo mau fadário da sua terra, batendo-se com denôdo, mas sem a crença mística dos heróis. De Marmont é o Chamilly da pretensa freira de Beja. Os conquistadores do mundo teem todos aquele trapio; o criador, que é Malheiro Dias, condescendeu aqui com a desoriginalidade em nome da exactidão. De Marmont é, aliás, um figurante de segunda plana.

Nos *Telles d'Albergaria* avulta, traçada a buril, essa figura de mulher beata, onzeneira e aziaga Margarida de Menezes. Tipos tam flagrantes só se encontram na prosa castelhana dos Quevedo e Espinel. Neste livro, o partidário duma causa, que dia a dia vai esmorecendo, é um formidável quebrador de lápides.

A par de tantas criações, friamente desenhadas e inexoravelmente decompostas em suas taras, algumas há que teem aquele coração de oiro, aquela linha recta de conduta, dos sêres idealizados. Por estas, ainda que por uma fimbria, está Malheiro Dias enfeudado à escola romântica. O velho Dr. Mendonça, Manuel de Albergaria, vestidos com trajo muito seu, possuem, no entanto, uma alma camiliana. Dentro, porém, da prosa naturalista, tão rebarbativa em mole perfeita, esta transigência com a corrente antiga constitui, pela variedade, um amável deleite. Mas, tocadas dum leve resplendor romântico, ou desnudadas, realistamente, em



sua ossatura, todas elas são plenas de vida, duma construção sólida e elegante. As personagens rústicas, que tanta leveza e pitoresco dão aos seus romances, estão animadas daquela naturalidade que Dalou punha nos seus barros. A literatura regionalista tem nelas os seus mais primorosos retratos.

\*  
\* \*

Malheiro Dias não esposou absolutamente uma escola. Salvo êrro, parece-nos eclético, buscando tirar de todas o que elas teem de melhor. Mas é, sem dúvida, a escola naturalista a que mais o detêm, emprestando-lhe apenas as outras o contingente e acessório.

Os primeiros capítulos da *Paixão de Maria do Céu* são urdidos ao molde realista. O segundo capítulo é uma edificação típica, onde não escapa nada, nem um tregeito de turina ou um sussurro do vento. É uma mole enorme a que não falta um prego. Também a criadagem zumbe, arruaça, alambaza-se, ao processo de Zola. Estas composições complexas seriam fastidiosas e hostis sem o milagre de estilo, a faúlha colorida de Malheiro Dias. O primeiro capítulo denuncia todo um trabalho de entomologista, à lente. Malheiro Dias amplia; o solar é vasto como uma feira; os casquilhos de Villa Rial pisam, vestem e dizem como os tafuis do Marrare e do Nicola. Maria do Céu tem mestre de solfa, uma cabeleireira espanhola, vinte servas atentas ao alçar do dedo; o eirado ruída de seges, liteiras, estufins, berlindas, carrinhos de arruar; a scena parece na Bemposta. Os fidalgos montesinhos, afóra Maria do Céu, a quem o escritor fixa o tamanho natural, logo de comêço, com duas dedadas de mestre, movem-se numa teatralização de velhos palacianos. Balzac interpretava assim; Camilo turgia dêste bulfício bizantino, por vezes, os seus *Paços de Ninães*. Mas a sege dos Sepúlvedas despede caminho fóra, direito a Lisboa, e a pena do escritor troca o brilho duma transposição factícia pelos ornatos simples do descritivo. Trechos de Lisboa, adormecida nas pregas da noite, bulhenta no seu vaivêm diurno, são, consoante, sinfonias delicadas ou orquestrações bárbaras de pujante intensidade. A pena de Malheiro Dias traduz com igual primor o tumulto das multidões, a côr das coisas, o ritmo da acção passageira. Acima de tudo, como qualidade rara e prodigiosa, é o mestre do movimento. O movimento de rio,



contínuo, invisível e indivisível que arrasta tudo, perpassa em todas as circunstâncias do seu estilo, no diálogo, na narrativa, na análise castigada dum sentimento. Encarada só por esta perspectiva, a obra de Malheiro Dias seria original e imperecível. Na sua arte não há saltos, brusqueras, tudo acode à cadência musical, num acorde irrepreensível.

No estudo do meio é completo e meticuloso sem ser difuso. Alguns dos seus quadros possuem o ambiente, a transparência, a visualidade duma tela impressionista. Pintor exuberante do ar livre, não lhe mingua tacto para pincelar um interior com todos os perfumados encantos da intimidade.

Pulso dúctil em todos os lances, nos diálogos, salvo raras tendências à ênfase, um pouco no género de Alexandre Dumas, é duma espontaneidade movediça e certa. Raro os seus descritivos são tufados daquela redundância de que abusava Filho; os empastes, não obstante, são curtos; mas o que lhe acontece excepcionalmente é a sua personalidade de escritor descer à scena a filosofar por sua conta e risco, como o topadiço *deux ex machina* em que Camilo se disfarçava para orientar a comparsaria. Malheiro Dias abandona à retina visual ou psíquica das personagens os vãos em que a acção se condensa ou decorre silenciosamente. Em suma, só por grande acaso se vê a mão nervosa do artista a puxar os cordéis do ginhol.

Ao contrário de Flaubert não concentra Malheiro Dias suas especulações no movimento da vida exterior; sem violência, insensivelmente, entra-lhes na vida subjectiva e, com afoiteza, devassa-lhes os escaninhos mais recônditos. Na crise da nubilidadade, e ao mesmo tempo de amor, de Maria do Céu, não queda uma interrogação. A morgadinha da província, desce o plano inclinado com a lentidão precisa a nos deixar inteirados das fôrças que a deslocam. Vê-mo-la em sua compleição maleável, e a sua maleabilidade é bem impressiva; não há em seu pendor contorsão ou artifício; e por isso mesmo, por sua carência de resistência, se vê o braço compadecido do autor a salvá-la de Paris.

A *Paixão de Maria do Céu*, apesar de leves jaças, e entrevistas estas segundo um critério todo pessoal, é uma obra-prima. Não terá aquela técnica impecável de Eça, aquela cristalina e incisiva linguagem, mas pela exactidão portuguesa das personagens, e a arcatura do romance, é superior a qualquer dos de



Eça. Dir-me-hão que estas são condições de subalterna categoria em arte; não; desenhar bem de cór é um, e desenhar bem realidades é outro.

*Os Telles* é um livro de curso mais fluente, sem o descriptivo compacto que se nos depara, de tempos a tempos, na *Paixão de Maria do Céu*.

A natureza joga aí um papel preponderante; o ar livre, a linda terra do norte palpita em cada página. Em todo êle mais ligeireza, menos a obsessão do inédito e do scintilante, por isso mesmo de leitura mais acessível ao grande público. A loira e suave Clara apaixonou, como quando meninos corremos na peugada das Julietas. A forma aliviou-se dos preciosos e surpreendentes brocados; todo o livro está impregnado duma sobriedade delectável. Na *Paixão de Maria do Céu* o curso dos acontecimentos é refreado; aqui corremos com êles, num chouto por assim dizer ginmástico. Afóra os solilóquios do filósofo, vamos descendo, em batel de cuidada fábrica, na maré, que vai a quebrar contra paragem incerta, do liberalismo monárquico.

O tema histórico, e histórico sem móssega ao naturalismo mais severo, desenrola-se nítida e sábiamente em seus livros; com um relêvo superior na *Paixão de Maria do Céu* que nos *Telles*. Mas é de ter em conta a distância que vai duma acção no campo da vida prática a uma acção no domínio das ideias. O primeiro representa a nacionalidade esmagada por um facto; o segundo o país ludibriado por uma teoria. Quási a diferença que vai do tangível ao imponderável. O *Filho das Hervas*, composto em plena voga das doutrinas de Lombroso, suscitando de aí o problema da degenerescência, traça dum modo assinalado um aspecto da vida portuguesa — mais da vida portuguesa que d'outras sociedades. Aqui joga Malheiro Dias armas valentes contra os preconceitos de casta; aqui se revela êle já um analista perspicaz de almas, nobres umas, sórdidas outras. Há ali um tipo de mulher mexeriqueira, gananciosa, vil, que tem a firmeza das matronas de Goya. Mas o artista neste livro, tal como está, sem o corregimento das edições definitivas, aparece-nos ainda nos primeiros banzos da escada que, em *Maria do Céu*, toca a beleza.

\* \* \*

Se a técnica de Malheiro Dias é em raros lances defeituosa, o estilo é irrepreensível. Fala em seus livros uma língua de inesgo-



táveis recursos, modulada, vigorosa, capaz de traduzir o reflexo do reflexo. Malheiro Dias, após Eça, veio desmentir o provérbio de que o nosso idioma é impróprio para as meias tintas. Saibam-na dedilhar com finura e é uma harpa; sacudir com fôrça e será um carrilhão pascal. Eça recreava a narração com lugares comuns de chanfana; Fialho, atrás das sinfonias de som ou de côr, não tinha o menor pejo em afeiçoar o neologismo mais desnecessário, ou emprestar a outra língua a raiz mais corriqueira, de modo a fabricar um termo adequado. Malheiro Dias raro ultrapassa as fronteiras do nosso lexicon. A sua linguagem é castiça, colorida, vernácula, e empoada quando é mister ser empoada. O provincialismo não o desdenha, como hoje em dia ninguém o desdenha. A língua mais rica, mais ondulante forjou-a o povo, não os árcades ou as Excelências das academias; mais a aldeia que a cidade. E desta opulência verbal, esta seara feracíssima do dizer provinciano, que dão um matiz tam variado à prosa de Malheiro Dias, nasceu o receio que M. Paoli, publicista parisiense e professor, de origem corsa, manifestou ao tentar traduzir a *Paixão de Maria do Céu*. Se, com o entrar em liça ao lado dos aliados, nos pagarem as dívidas que conosco contraem, lícito é contar que, com outros escritores nacionais, Malheiro Dias granjeie aquela celebridade europeia a que tem direito, correndo em idioma francês, inglês, italiano, mas não mareado daquela improbidade que fez soltar gritos de perú a Eça, diante da tradução pobre da sua obra forte.

Prosa máscula e expressiva, observador emérito, talento de paisagista, mestre de ritmo, que escasseia para que Malheiro Dias legue à sua terra uma grande obra? Que o escritor quebre o seu longo repouso, em contra da arte pura, e volte à construção do monumento de que nos deu quási o pórtico. Que os seus recursos, neste entrementes, se avolumaram, di-lo a sua obra de cronista e autor teatral. Essa meia dúzia de livros, tracejados de mão larga, na nevrose do dia a dia, são testemunhos eloquentes duma fôrça que foi crescendo.

Palhetadas de romantismo, francamente esculpidas ao gôsto naturalista, ou ainda ampliadas à maneira balzaquiana, as figuras de Malheiro Dias pertencem a essa humanidade que conosco tropeça nos roldões da vida. Por isso serão eternas. O colorido dos seus quadros rústicos desafia a patina dos tempos. E agora que em todas as literaturas se esboça uma tendência para



o regionalismo, permitimo-nos extratar dos *Telles*, sem rebusca, esta página fragrante :

«O homem coçou ainda o peito tostado, de velho animal de trabalho; esteve calado um pedaço, ruminando as palavras difíceis. O seu pé descalço esmagava um torrão entre os dedos e o chapéu de palha baloiçava-lhe sempre nas mãos como se a sua vontade estivesse sempre empenhada em o virar e revirar sem descanso.

— Pois era isto, meu senhor : eu tenho lá em casa uma cachopita que vai na idade do senhor Luisinho . . . Talvez o fidalgo se lembre : ela esteve nas Amoreiras, a ajudar a senhora Dorotea, vai nesses três meses . . .

João de Albergaria baloiçou a cabeça, mudamente, sem compreender.

E o velho proseguiu :

— Uma mocinha russa, de olhos a modo de verdes, pestanudos . . . É a minha Leonor . . . Se o fidalgo se lembrar, nasceu quando Vossa Senhoria veio para as Amoreiras com a senhora D. Margarida. Foi um ano mau, meu senhor . . . Foi um ano mau . . . Vossa Senhoria fez-me a esmola de perdoar umas rasas de centeio que eu ainda devia de renda . . . Nunca o esqueci, meu senhor . . .

— Está bem, José, está bem — disse Albergaria com impaciência.

O velho calou-se, esteve mirando o chão, reflexivamente, durante segundos, e de novo falou, com uma voz de repente velada, de asmático :

— Depois da morte da velha, o azougue da rapariga é que me ficou a tomar conta da casa . . . Um homem ganha amor a essa canalha, meu senhor; e quando se é pobre, a gente quer deixar ao menos as filhas com a honra que Deus lhes deu . . . Não é para ofender Vossa Senhoria, mas o senhor Luisinho . . .

João de Albergaria, àquele nome, estremeceu e violentamente perguntou, sufocado :

— O que fez o meu filho, José ?

Enleado, o lavrador vergou a cabeça, olhou os pés disformes, disse numa voz arquejante :

— O senhor Luisinho vai por lá, desinquietar-me a rapariga, meu senhor . . . Hoje pela manhã fui dar com êles — com sua licença — consoante Deus os deitou ao mundo . . . Meu pai, já,

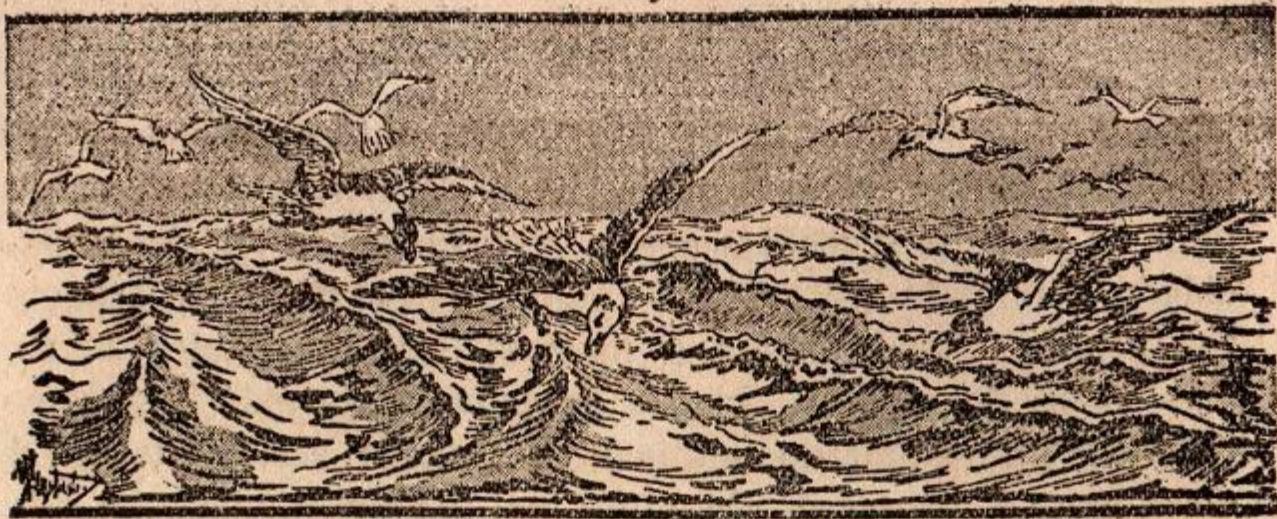


foi homem honrado. Do tempo dos avós de Vossa Senhoria foi  
mãoposteiro da Misericórdia nestas terras . . . etc.».

Malheiro Dias é dessa patulea, Alexandre Herculano, Camilo,  
Eça, Fialho, Ramalho Ortigão, a vedeta em campo.

AQUILINO RIBEIRO.





## Marinha tropical

---

No extremo sul de Guanabara, quási no mesmo plano da linha tropical, está o Pão de Açúcar, monolito arqueano e vedeta orográfica da barra, sobranceando os morros vizinhos com a sua escarpada nudez. Acostada à Urca, montanha que ascende para êle toda verdejante e umbrosa de arvoredos, tem aos pés o marulho das vagas e delimita o curso antártico ao sol que transmonta. Pôrto Alegre chamou-lhe em versos brancos e pomposos:

Baliza tropical, nota luzente,  
Trono de Capricórnio . . .

Até 1817, era tido por inacessível o trono de Capricórnio, mas naquele ano galgou-lhe a crista um marujo inglês, adestrado como nenhum outro na gymnástica dos mastaréus, e hasteou lá em cima a bandeira côr de sangue do leopardo. Um soldado brasileiro, poucos dias após, arrancou-a dessa eminência imperial. Reproduzida sem custo a façanha acrobática perdeu afinal todo o brilho de heroicidade para ser cultivada entre os *sports* habituais da Escola Militar. Hoje, pelo caminho aéreo, bandos de forasteiros e provincianos sobem eléctricamente da Praia Vermelha ao trono de Capricórnio alojados em vagone-te, e ainda repousam à meia encosta da Urca, num hotel bem provido. Fadigas da jornada . . .

Quando não se anuviam e esfumam os panos da cordilheira, ao entardecer, o maior deslumbramento da terra é o que nos dá essa perspectiva oceânica de rochas encadeadas, fazendo à baía



inigualável, miniatura do Brasil no seu contôrno triangular, um raio dilatado por vinte e cinco léguas de morros e angras, restingas e pontais. À medida que nos elevamos do pó, deixando a cidade, a floresta e o oceano confundidos lá baixo em aspectos vertiginosos — campanários e mastreações, ramalhetes de palmas, visos de montes, franjas de espuma roçando fráguas colossais —, transfigurado sentimos o próprio ser, ao bafejo de outro ar e à impressão de outra luz, nessas culminâncias atraentes para as gaiotas, que tornam do mar alto, cansadas, ao anoitecer. Defronte, a massa gigantesca e arborescente, que é o morro da Babilónia, com o seu dorso abrupto já imerso na sombra, ainda eleva o mesmo resplendor aceso pelo sol. Estão assim obscurecidas todas as vertentes, diademadas. todas as grimpas. De onde em onde, por vezes, treme um fio solar que se desata, coruscando, no labirinto dos matagais jacentes, e ainda rebrilham trechos de encosta nua como placas de aço e oiro chispantes. . . . Mas a luz só esplende agora, purpureando telas de ocaso, no refúgio de alcantis. Chegamos entre o incêndio reverberante das nuvens e a melancolia da terra, sôbre a qual se desdobram tenuíssimos véus crepusculares. Trezentos e oitenta e cinco metros acima do mar, nesse pórtico imenso da barra, formado por dois penedos atalaias, (o Pão de Açucar e o Pico de Santa Cruz), quedamos vencidos, pasmados, juntando ao assombro do Imensurável a consciência do Inexprimível.

Escancelada em boqueirões ou apontoando rigidamente os céus tropicais, a serrania emmoldura de verde-negro toda a costa, e só entre os dois cumes abre passagem, com estreiteza, aos navios de prôa aventureira que a demandam. Onduloso e espriado ao sul, para além dêsse anfiteatro em cuja imensidade caberiam pugnas de titans e deuses, rola o Atlântico infinito, banhando crescentes arenosos entre Copacabana e Arpoador, sectores de litoral mais ou menos denteados entre a ponta do Leme e a da Gávea, ilhotas esparsas e desnudas até ao farol da ilha da Rasa, em que êle se desprende com violência das terras emergentes, e é tudo mar nos horizontes. . . .

Mas a baía, ao sul, descrevendo um raio de vinte e cinco léguas marítimas, flanqueada por duas cidades, guardada pelas bôcas de fogo dos seus dragões imóveis, contém a maravilha de um arquipélago sob o painel da cordilheira: oitenta ilhas, ou



mais, disseminadas à tona destas águas. Vindo para ela com alvoroço, fluem das serras distantes, insinuam-se por barreiras e pedregulhos, saltam escarpas, transpõem matas, reluzindo e serpenteando entre o arvoredado impenetrável, dezassete rios e ribeiros. Dir-se-há que trazem com o seu murmúrio, na sua limpidez, uma população de ninfas encantadas a êste remanso azul.

Viu-as o poeta Dinis — vate arcadiano das *Metamorfoses* — à orla do Magémirim e do Andarahy, fugindo entre os caniços a desejos bramantes. E outros rios não menos poéticos, não menos ilustres, desaguam na baía como num seio florido e amado — o Guaxindiaba, um leito côm de anil sôbre que se dispersam, flamejantes, as corolas da Bignónia Belas, ou Marquesa de Belas, planta e senhora de alta linhagem; o da Estrela por onde navegavam barcos repletos de ouro extraído às lavras e destinado a El-Rei nos tempos coloniais; o Mauá, paralelo ao curso da primeira locomotiva que sibilou no Brasil, maculando o verdor às paisagens; o Carioca, rio sacro dos Tamoiros, cujas águas davam beleza, contentamento, sonoridade às vozes fatigadas ou extintas, segundo a crença dos índios, e hoje deflui canalizado, sob a arcaria maciça do aqueduto de pedra, que lhe mandou fazer no século XVIII o governador Gomes Freire.

Águas de tantos rios, misturando-se às do oceano, cercam por todos os lados o prodígio insular de Guanabara. Entre as oitenta ilhas, alguns nomes rescendem como jardins e pomares — Flores, Palmas, Coqueiros, Ananás, Cajueiro e Limão. Roja no mapa a ínsula das Cobras, legendária pelos seus tormentos e pelas suas masmorras, ínsula de cativeiro e de agruras, onde o trovador de Marília, preso, embebia um ramúsculo de laranjeira no óleo da candeia, à guisa de pena e à falta de tinta, para escrever as suas trovas. Erriçada em fraguados nus, alteia-se ao longe a dos Cardos. Por toda a baía é um formigueiro de ilhotas que se ocultam nas enseadas, se abrigam sob os morros, se aproximam de terra ou dela se distanciam, isoladas soberbamente no mar. Para o lado de Nitheroy vai essa infinidade aquática de microcosmos desde Conceição até Cayabas; para o do Rio desde Vilegaignos até Panoarahyba. Frondeja nas suas praias a ilha rial e clerical de Bom Jesus, ilha purpúrea de *murex*, onde costumava D. João VI passar algum tempo, adorando S. Francisco de Assis, entre os reverendos franciscanos. A ilha do Go-



vernador, coutada enorme de El-Rei, hoje deserta, relembra na vetustez das igrejas e no abandôno das estradas, em que rodaram outrora os coches do Paço, toda uma glória decaída. E mais para o fundo da baía é Paquetá, ilha festiva de romarias, noivados, serenatas, gema de Guanabara e concha da *Moreninha*, com as suas chácaras, os seus vergéis, a altura dos seus penhascos a sueste, a pureza bemdita dos seus ares, — ilha de Calipso, no dizer do secretário D. Guido; ilha de Vénus, conforme o poeta Gonçalves:

Ao ver o solo teu coberto de verdores  
Em ti cuido beijar a ilha dos amores.

Nos longes do céu esbraseado, superpondo às arestas e agulhas da cordilheira outro relêvo aéreo, os cúmulos amontoam florões de madre-pérola candente. Incomensuráveis zonas opacas, raias de projecção orográfica no mar, debuxam às montanhas o perfil sôbre as ondas, e outras dardejам como espelhos ardentes, refrangendo lumes astrais. No diálogo das altitudes que se defrontam e algo dizem mudamente do Cosmos, traduzido nesse lusco-fusco em aspectos majestosos, sobrelevam como vozes dominantes os picos da Gávea, da Tijuca, do Corcovado. Pela barra a dentro, na sua expansão e nos seus recessos, fumegam vapores, oscilam árvores sêcas de bordo em floresta movediça, recortam-se prôas airosas ou disformes, palpitam velas intumescidas à brisa da tarde. Um hidroplano vôa sôbre canhões, tórres giratórias, cúpulas blindadas de fortalezas e *dreadnoughts* . . .

Entre as duas capitais, Nitheroy e o Rio, vemos a primeira estender-se à beira-mar, num semicírculo revôlto de assomadas, com o seu casario alvejando por toda a planura que vai de Icaraí à Armação, e a segunda culminar, metrópole-selva em plena imensidade, no seu alcantilado panorama de flora tumultuária, escarpas abruptas, colinas suaves e repousantes, socalcos e barrancos, pedregais e ápices que irrompem tormentosamente do caos vegetal. O desmedido contôrno anfractuoso, de sul a norte, chanfra-se todo em semilúnios aljofrados de espumas, desde a Gávea ao Leme, investe agora o mar, bruscamente, no arremêso de uma península, S. João; inflecte após, ziguezagueando, para compor mais longe a enseada azul de Botafogo, poema cinzelado nas dobras da serrania, entre verdura e granito; vence o pro-



montório de Lerype ou da Viúva, ondeia na seqüência de praias do Flamengo, do Russell, da Lapa, quebra-se de chofre, esboçando o morro do Castelo, segue até à linha côncava e perfeita dos novos Cais, finda na Ponta do Cajú, erguida e talhada sôbre os mapas como a prôa de um galeão assombroso. E já invisível no seu recorte, sinuosa, irregular, hesitante, descamba para zonas fluviais e alpestres, que se alargam fóra do nosso campo visual...

Lentamente, para as bandas do ocaso, se esvaem os cúmulos vesperais, que fazem relumbrantes auréolas à cadeia dos morros sotopostos. Raias de púrpura, estratos imensos de nácar scindem o poente afogueado, em cujas gradações o espectro solar decompõe a magia das sete côres. Ondas e nuvens são formas instantâneas, que perpassam agora num clarão sanguíneo, vestindo labaredas por túnicas, desfolhando entre as chamas todos os seus lírios abrasados. Flâmeos crepitantes e véus de rosa esmaecida envolvem a tarde como para um noivado. Arde a marinha em tons de jalde solar e é oiro fluido o que aviva e recama a crosta negra dos rochedos. Certas grimpas descoram, outras amarelecem, esverdeiam-se faixas de horizonte, anilam-se trechos mergulhados na profundidade do seu cromatismo, azulam-se vagos planos ideais. Tintas violáceas empastam, de onde em onde, a face luminosa dos céus.

Na sombra que vai alastrando, submergindo os tôpos, mais densa e mais plúmbea, entrevemos alas intérminas de casario, renques de combustores, a passagem dos *tramways* e dos autos, fachadas monumentais, campanários e chaminés, o outeiro da Glória com a sua ermida azul destacando num verde séquito de palmeiras, Santa Teresa ao fundo, tão linda como se fôra um Éden suspenso, através do qual rutilasse, vibrando os seus gládios nus entre árvores, a igniscência dos raios solares. Em volta da *urbs*, nas alturas, cingindo-a com os seus milhões de braços vegetais, inebriando a com todos os perfumes da sua virgindade agreste, pompeia a selva tropical. Já os pássaros devem ter adormecido nos ramos, sob o velário que lhes tece a hora crepuscular. E ao longe, nas corcovas e nos cocurutos da serra dos Órgãos, vicejam frondes balouçadas ainda pelo sôpro do mar, gigantescas frondes em que sobrepaira às arvores mais corpulentas ou mais preciosas o orgulho de uma espécie — a cabiúna esgalhada com arrôjo e cobertura de scintilante flora parasitária; o jacarandá inexpugnável na robustez do seu tronco; a possante



arariba inflexível, resistindo às lufadas do vento; o cedro, o jequitibá, o ipé sob o oiro diluvial das suas corolas fulvas... Nesta província botânico-geográfica das Driades reinam esplêndidamente as paineiras, que entre os acúleos se toucam de maravilhosas flores coccíneas e arrancam dos naturalistas uma classificação enlevada: Paineira, *arbor pulcherrima*. As begónias trescalam, sulfúreas, violáceas, flavescentes, no labirinto impérvio dos cipós; dentre os calhaus rompem os cardos, em plena solidão inviolável e hostil; fetos e musgos, bromélias e orquídeas, cactos e crótons enlaçam o arvoredor ou se prendem ao solo, e o tumultuar de plantas rasteiras e plantas arbóreas, distribuídas por famílias e sub-famílias, é tão assoberbante que o próprio Humboldt, perplexo, via por toda a parte, no amontoamento dos angelins, das sapucaias, dos taquaris, das caiapiás, dos monjolos — florestas superpostas à massa de outras florestas.

Escurecendo a violeta difusa dos céus, começa o anoitecer palpitante de astros... Como num templo, vão desabrochar as flores nocturnas, misteriosamente, no ádito sombrio das matas. E para a noite descerra mil cálices fragantes a açucena do brejo. *Noctu suavissime olet*. Perfumando o seio da noite, acorda e rescende a *Mirabilis*, com as suas corolas purpúreas e nevadas. Ungida pela noite, desprende a Ivónia o seu aroma com suavidade. *Est grave-olens, sed noctu flores suavem odorem spirant*. A floração nocturna dos sonhos embriaga-nos a alma neste horizonte de cumiadas e precipícios.

E ante a serra do Mar, associando o infinito do Tempo ao do Espaço no mesmo sentimento religioso, dominados somos agora pela crença geológica de Branner e outros, que filiam a vetustez granítica dessas eminências à idade arqueana ou azoica. Arredondadas por esfoliação multimilenária, térmicamente repolidas através dos ciclos naturais, levantam-se aqui as rochas primeiras da terra, os primeiros afloramentos sáxeos, onde a Geologia esquadrihadora de faunas e floras inumadas pelo Tempo não logra assinalar um fóssil. Cuidamos, então, reler fragmentos veneráveis do mais antigo poema telúrico, acima das idades planetárias, nos matacões insulares de Paquetá, nos blocos da furna de Agassiz, nas *coroas de frade* aquáticas, semelhantes a crânios luzidios e desconformes, não tendo ao redor senão uma pelugem de ervas, nos granitos oblongos que se aprumam, inabaláveis, sobre o fluxo e refluxo das marés. Desde a Gávea ao



Pão de Açúcar, o gigante de pedra exhibe, deitado ao sol poente, a sua anatomia fabulosa de montanhas. O Adamastor da América repousa — diz um poeta. *Questo colosso dorme di somno eterno* — diz um navegador. E a reminiscência camoneana ilustra o penedo-gigante, um dos filhos mais velhos de Cronos, adormecido e petrificado à beira-mar no encantamento da sua longevidade.

Anoitece... Pela cidade e pela baía fora vibram aqui, àlêm, raros lumes despertos. Novas scintilações distendem agora fios lampejantes. Outras repontam. E ondeiam processionalmente as luzes por declives de morro; desatam colares faiscantes sôbre as águas; estrelejam negrumes de matas, bordas de abismos, espigões de cerros; brilham nos mastros, nas tôrres, nos faróis; deixam-se cair na treva de boqueirões, pegos, ravinas; acendem páramos ofuscantes em chapadas longínquas; perlongam as avenidas, serpeando em curvas de ouro faúlhento; conglomeram-se ao redor de praças e jardins; enviesam por travessas e quelhas; bruxuleantes vão por ladeirames e estradas; vingam precipícios, escarpas, altitudes; sobem de modo tal que adivinhamos ao longe os últimos cabeços da serrania pelo seu diadema nocturno.

Das montanhas sopra o terral, e a vastidão oceânica reergue as ondas sem fragor. Nas profundidades etéreas, quási argênteas, semeadas ígneamente de constelações, resplandece o Cruzeiro do Sul...

Rio, 1917.

CELSO VIEIRA





# Ideias e Imagens

## I

### EÇA DE QUEIROZ EM CÁDIS

Página de memórias.

Há quási vinte anos, encontrando-me de passagem em Cádis, ouvi contar esta história a um velho frequentador do hotel em que me hospedava:

— O senhor é o segundo português que aqui conheci. E do primeiro — há quantos anos! — guardo eu, e comigo creio que toda a cidade, muito fiel e alegre memória. Era também cônsul, ia para a Havana, e chamava-se Eça de Queiroz. Parou alguns dias neste mesmo hotel. Na primeira manhã, ao levantar-se, pediu um banho. Foi-lhe respondido que não havia banhos na casa, mas que ali defronte, do outro lado da praça, encontraria um estabelecimento muito bem montado, onde poderia entregar-se com fervor às delícias da hidroterapia.

O seu patrício escutou as explicações com estranheza, e logo desceu do seu quarto à porta do hotel, a informar-se melhor do caminho para a casa de banhos. Não tinha que saber. Era mesmo em frente: bastava atravessar a vastíssima praça, onde já àquela hora se movia um formigueiro de gente.

Cumprir dizer que Eça de Queiroz se encontrava, ao fazer êste inquérito, em cabelo, em chinelas, envolto numa bata de ramagens claras e segurando no braço o lençol de banho e numa das mãos a caixa de sabonete e uma imensa esponja. Foi neste traje e atitude que êle, sem hesitar, entalando no olho o provocante monóculo, se pôs em marcha... para a tina distante.



Em vão quizeram detê-lo, lembrando-lhe a conveniência de vestir-se um pouco mais normalmente para a travessia da larga praça. Respondeu :

— No hotel não há banho. O banho, todos mo asseguram, é ali defronte. E eu não posso acabar de me vestir sem me lavar primeiro. Por isso, cá vou, com o vestuário próprio, munido dos utensílios necessários para ensaboar, desensaboar e enxugar . . . E, assim dizendo, avançou destemidamente para a rua, insensível ao assombro e à chacota dos transeúntes.

No regresso do banho a multidão engrossara e abria alas para o ver passar. Do meio do povo saíam ditos, interjeições ruidosas, gargalhadas. Eça de Queiroz vinha fresco e quási róseo, com a risca do penteado rectificada a primor, o monóculo em guerra, caminhando processionalmente e erguendo nas mãos a esponja e o sabonete como relíquias sagradas. A sua seriedade não se desmanchou um instante. E ninguém ficou sabendo ao certo se o seu acto denunciava um louco ou um trocista.

Durante semanas o assunto de todas as conversas em Cádiz foi o excêntrico banho daquele cônsul português. Só muito mais tarde se veio a saber quem era Eça de Queiroz nas letras do seu país.

Ouvi a história e repliquei ao meu companheiro de hotel :

— Vejo que os gaditanos, como os emigrados franceses julgados por Talleyrand, *n'ont rien oublié*, mas também *n'ont rien appris*. Folgo de ver como ainda aqui está viçosa a lembrança do meu glorioso compatriota; mas lamento que, exactíssimamente como nos tempos já longínquos da sua educativa anedota, continue a não haver neste hotel quarto de banho !

## II

### VASO DAS ELEIÇÕES

Há muita gente ingénua que ainda supõe que o sistema electivo é o mais próprio a assegurar em cada Estado a preponderância dos melhores, dos mais honrados, laboriosos e competentes.

Outras virtudes tem o regímen electivo; mas não essa. O mérito nunca ascendeu por eleição, mas sempre por assalto e por conquista. O talento vence pelo esforço próprio e em geral até contra a vontade e apesar da hostilidade da maioria.

Pelo contrário, o homem que procurar vencer pelo sufrágio e



consenso dos seus semelhantes tem de adoptar, não a tática activa, mas a passiva. O seu fito será, mais ainda do que fazer amigos, desfazer inimigos.

A astúcia, que só exprime as verdades agradáveis, servi-lo há muito melhor que a sinceridade, tantas vezes contundente. Toda a acção, útil ou nociva, produz e provoca uma reacção. Por isso é que a inacção, hábilmente dissimulada, agrada universalmente.

Não é antipático quem quer, dirá com razão o homem de mérito. Mas também ser simpático tem longas dificuldades. Quasi sempre o homem que a todos seduz nos surpreende pela vacuidade da sua biografia. Mas foi justamente êsse vácuo, laboriosamente obtido, que lhe deu a primazia no seu meio. *Talent de rien faire*, que é também um talento ou um talante a seu modo.

Se da vida em geral passamos à vida política, verificamos logo a atracção que nela exercem irresistivelmente os homens afáveis, obsequiadores, indulgentes, medíocres, quanto possível nulos. As grandes personalidades vivem rodeadas de adversários e obrigadas a reconquistar interminavelmente o terreno ganho. A cada passo que dão, espera-as uma emboscada. Cada falta em que incorrem é-lhes exprobrada como o maior dos crimes.

Pena é que Deus não tenha mandado a êste mundo, munidos de uma auréola, os homens a quem destinava a missão de guiar e comandar os outros homens. Os reis deviam na verdade sê-lo pela graça de Deus, mas autênticamente, e de modo a que êsse privilégio fôsse neles tão visível como a luz do sol que ninguém contesta e a cuja acção vivificante ninguém ainda se lembrou de levantar obstáculos.

Na falta dêste recurso contentemo-nos com os que cada época, cada teoria, cada moda, cada hábito ou superstição nos sugere. Mas não imaginemos que uns valem muito mais que os outros. O sistema electivo é apenas — mais um sistema. Não vamos agora cândidamente supôr que a urna das eleições seja — o Vaso de Eleição!

### III

#### O TEMPO É DIPLOMATA

Era uma vez um secretário de legação, espanhol, mais amigo da ociosidade que a média dos seus colegas (ou que a média dos seus compatriotas), que se viu inesperadamente encarregado pelo



seu govêrno da gerência interina de uma embaixada importante. A honra era grande ; mas a responsabilidade pesava desconfortavelmente sôbre os ombros débeis do diplomata, cujas ambições de chegar alguma vez a *chargé d'affaires*, incluíam a condição essencial de que a aparência do título encobrisse uma realidade assim exactamente definida : *chargé . . . de rien faire . . .*

Eis, pois, o nosso secretário, que era indolente e perdulário das suas horas, mas não tolo, estudando nos melhores autores o meio de dar boa conta do recado e de se desferrar das mil curiosidades irónicas que à sua roda, e todas conhecedoras do seu fraco, se preparavam já para celebrar com estrondo o seu desastre. E o seu primeiro cuidado foi não alterar em coisa alguma o compasso lento da sua vida, não faltar em nenhum dos centros de reunião onde era costume vê-lo, continuar a deitar visivelmente o seu tempo pela janela fora, sem afectar nem fadiga nem embaraço pelos novos deveres que lhe incumbiam. Aos amigos que o interrogavam, pretendendo saber a que horas trabalhava, retrucava com fleugma invocando a palavra de Talleyrand : *Pas de zèle*. Ninguêem conseguira apurar como êle escamoteava os papéis que quotidianamente davam entrada na sua chancelaria, e como procedia para, sem quási ser visto a ler ou a escrever, dar caminho e despacho a tudo, mantendo invariavelmente a sua mesa de « trabalho » num arranjo e ordem modelares.

E os negócios do seu país não sofreram, e o prestígio do jóven *surchargé d'affaires* (como já lhe chamavam), tinha-se acrescentado de todo o mistério que rodeava agora o seu viver. Houve colegas mais sôfregos que não hesitaram em organizar no seu encaço uma espionagem feminina com a missão de esclarecer o enigma. Trabalho vão. O diplomata espanhol, sòzinho ou com testemunhas, mantinha a mesma serenidade imperturbável.

Por fim terminou a encarregatura de negócios e o novo embaixador veio tomar conta do seu pôsto.

Logo o crivaram de perguntas : « Em que estado deixara a chancelaria o seu secretário ? » « Que rumo tinha êle dado às numerosas questões pendentes ? » Mas o embaixador, aliás meticoloso e esgaravatador, nada encontrou que lhe merecesse reparo. A papelada estava nos seus lugares e o serviço não se ressentia de qualquer demora ou negligência.

. . . Só muitos mêses depois, remexendo o chefe da embaixada no fundo de um armário pejado de papéis, encontrou



um masso de correspondência alto de meio metro, atado com fitas das côres nacionais, e sôbre o qual rutilava o seguinte le- treiro :

<p>ASUNTOS QUE ARREGLARÁ . . . EL TIEMPO</p>
--

Apavorado, o embaixador desfez o pacote. Os ofícios, as no- tas, sem qualquer sinal de resposta, inundaram a sua mesa ! Mer- gulhou, ainda mais aflito, na árida leitura. E à primeira inquieta- ção foi sucedendo na sua fisionomia um sorriso de indulgência e quási de aplauso. O esperto secretário, na escolha e arrumação daqueles inúmeros papéis, revelara sem dúvida bastante indo- lência ; mas não demonstrara menor sabedoria. Nenhum dos ne- gócios assim sepultados — nenhum ! — resistira muitos meses a um tão severo regímen. Abandonados a si próprios — tinham-se resolvido sòzinhos !

#### IV

#### A PROSA DE BERGSON

A Academia francesa, ao eleger seu membro o Sr. Bergson, quis decerto consagrar nêle simultâneamente os seus méritos de filósofo e de escritor. A metafísica bergsoniana pode ser antipá- tica ou ininteligível a muita gente ; a sua expressão perfeita só encontrará admiradores.

O Sr. Bergson, fiel às tradições de simplicidade e limpidez da língua em que escreve, demonstra por exemplo à absconsa fi- losofia alemã que é possível exprimir as ideias mais subtis e as abstracções mais incoercíveis sem recorrer aos famosos *termi technici* e sem pôr de parte o vocabulário corrente. Na Alema- nha as línguas científicas são numerosas e não se entendem umas às outras. O defeito dêste sistema parece-me idêntico ao que se imputa às línguas ideográficas, como a chinesa, que nin- guém pode gabar-se de saber senão aos pedaços.

Mas a lição do Sr. Bergson é ainda mais ampla e dirige-se, para além dos sábios, aos artistas. Os especialistas ficam proibi- dos de escrever em estilo especial ; mas os literatos ficam no



igualmente de confundir a beleza com a complexidade e a abundância das palavras, com a riqueza ou a pureza da linguagem. Nas loquazes terras latinas há ainda muita gente que de boa fé julga depreciar um estilo, ou empobrecê-lo, chamando-lhe simples. E quantos escritores, cedendo ao mau gosto do público, enfeitam a sua prosa de galas e jóias supérfluas para que ninguém deixe de achá-la rica!

A educação do gosto ir-se-há fazendo. Quem já hoje hesita em rir-se do vestuário espectacular e sobrecarregado de ornamentos e em dar a preferência à sobriedade verdadeiramente elegante e tão difícil de atingir? Nas letras é visível a mesma evolução. A chamada *prose artiste*, laboriosa gíria para uso e enlêvo de letrados, fez o seu tempo. A língua escrita e a língua falada caminham uma para a outra. As exhibições de pretenciosa vernaculidade encontram cada vez menos amadores. E isto terá ainda a vantagem de reduzir o número de candidatos à literatura. Escrever é com efeito tanto mais difícil quanto mais fácil parece.

Um leitor ingénuo confessava-me um dia não perceber a minha admiração pela prosa de Anatole France — «que afinal de contas (dizia êle) escreve como toda a gente!» A êste simples, e aos seus semelhantes, recomendo que decorem a sentença do grande filósofo e grande artista da palavra escrita que é o Sr. Bergson:

«Plus les mots que nous choisirons seront ordinaires, mieux ils traduiront ce que nous pensons — *pourvu que nous ayons réellement pris la peine de penser!*»

## V

### BARBADOS E BARBEADOS

Há tempos, vendo-me ao espelho menos automaticamente que de costume, descobri pela primeira vez todo o ridículo que encerra êste universal hábito humano de deixar crescer, de arredondar ou frisar, de cultivar em suma como os canteiros de um jardim, os pêlos da cara a que damos os nomes de bigode, mósca, suíças, barba em ponta ou em colar, afora outras variedades mais exóticas.

E, com decisão meritória, fui-me ao meu bigode já provector, e ceifei-o definitivamente do meu rosto, resolvendo-me a apare-



cer de ali por diante ao meu próximo com a *cara que Deus me deu*.

E agora todas as pessoas barbudas que encontro me parecem enigmáticas. Vejo o meu próprio retrato antigo, com bigode ou barba toda, e tenho a sensação de que essa barba era postiça. A cada passo os meus olhos descobrem figuras que ainda ontem me passariam despercebidas e que de repente assumem para mim um estranho relêvo cómico. Nunca supus que andasse pelas ruas tanta gente mascarada . . .

Serão os meus olhos que deliram? Ao contrário, creio que elles deram comigo um passo a mais na direcção da verdade. A barba é com efeito, e sem ninguêem dar por isso, um disfarce e uma máscara. Em primeiro lugar ajuda-nos a ocultar alguns dos mais salientes traços da nossa fisionomia. Assim como uns óculos fumados servem às pessoas manhosas para dissimular a manha que suam os seus olhos, assim um colar ou leque de barba servirá para corrigir e enchumaçar um queixo fugidio e revelador de pouca energia e coragem.

O bigode por sua vez — não me refiro aos buços actualmente em moda e que apenas merecem o nome de terceiras sobrance-lhas — o bigode era até agora a cortina da bôca, impedindo de ver para dentro dela os dentes em ruína, tirando metade da sua verdadeira significação ao riso, roubando à fisionomia o carácter tão pessoal que lhe imprimem as pregas dos lábios. O bigode era hipócrita e falso.

E que dizer das barbas de fantasia, da *môsca* não menos artificial e mais ridícula que as *mouches* femininas, da *pêra* imperial, das *costeletas* austríacas, das *suiças* em fórmula de funil, da *barba de bode* americana, ou do *passa-piolho* dos nossos avós? Compreende-se ainda a barba fluvial dos patriarcas, crescendo à lei da Natureza. Todas as outras são enfeites e arrebiques da cara, sem masculinidade, quando não são, como acima expliquei, pior do que isso.

A barba disfarça-nos a tal ponto que, ao surpreender-nos sem ela, toda a gente nos acha desfigurados. Pois mais exacto seria dizer que só conhecemos na sua real figura aquelas pessoas que vemos barbeadas, isto é, com a cara à mostra. Quem não tem nada a encobrir, quem não tem mazelas, tenha também a coragem e a franqueza das suas feições, e apareça-nos cada dia de alma e de cara lavada e de barba feita!



## VI

## A SUÍÇA E A MONTANHA

Encontram-se ainda nacionalistas frenéticos que se recusam a compreender a unidade da Suíça, nação a juízo dêles feita de retalhos — ou de restos — das suas vizinhas, quadrilingue, particularista, produto artificial e transitório da conveniência dos homens, mas sem a cumplicidade e a consagração indispensáveis da Natureza.

É preciso estar literalmente cego para julgar assim. Com efeito, a unidade da Suíça não é uma abstracção imponderável nem um vago raciocínio. Vê-se a olho nu. A Suíça é a filha da Montanha, incapaz de casar-se e fundir-se com os filhos da Planície. O que une os seus habitantes não é a raça, nem a língua — é a altitude. Muita gente se entretém a dar relêvo exagerado às diferenças de mentalidade, de costumes, de gostos, que distinguem os suíços. Esquece-lhes apenas que não há entre eles — diferença de nível.

A Montanha é a melhor professora conhecida de independência e liberdade. O montanhês encontra-se tanto geográfica como moral e socialmente muito acima do homem mole e submisso das terras baixas.

O serrano tem a estatura, a rigidez, a sobranceria das serras onde vive e que lhe ensinaram a viver. Por isso em todos os países há pequeninas Suíças, exíguas demais para alcançarem vida política própria, mas que nem assim deixam de impôr a sua personalidade e de fazê-la respeitada e temida. Até nas serras marroquinas, por exemplo, ninguém paga o imposto ao soberano, maneira rudimentar mas já simbólica de afirmar a autonomia indestrutível da Montanha.

Ora, a nação helvética só foi nação por constituir um agregado colossal de serras, uma cordilheira imensa, uma rocha monstruosa contra a qual se desfazem impotentes as ambições rasteiras dos outros povos.

Olhe-se para um mapa em relêvo da Europa e a Suíça surgirá nêles como uma Tôrre inacessível de que Deus delineasse a arquitectura. Robustez física, bravura, tenacidade, simplicidade e austeridade de costumes, amor comum da liberdade, eis os sinais característicos, montanheses, da fisionomia suíça, eis as causas da sua persistência como nação, eis os títulos sagrados do seu



direito à vida. O ar que respiramos é um dos elementos mais activos do sangue que nos corre nas veias. Os suíços não falam todos a mesma língua, mas respiram todos o mesmo ar vivificante. E Deus, que evidentemente lhes quer bem, deu-lhes para moradia essa Tôrre sublime com janelas para todos os lados da Europa culta, banhada de vários sóis, onde entra pelo norte o sol germânico e pelo sul o sol latino, revezando-se . . .

## VII

## OUVINDO O «CYRANO»

Tendo lido, como toda a gente, dúzias de vezes, o *Cyrano de Bergerac*, nunca se me oferecera ocasião de o ver em scena. Foi pois, com algum alvoroço que há três anos assisti em Paris à representação da obra-prima famosa de Edmond Rostand.

Le Bargy ocupava com brilho o lugar deixado vago por Coquelin. Os demais intérpretes eram secundários.

Tenho de dizer com sinceridade que a audição do *Cyrano* me interessou menos que a sua leitura. Sem dúvida contribuiu para isso a circunstância de já não haver nada de inédito para a minha memória, nem de imprevisto para a minha sensibilidade, naquela colecção pitoresca de episódios e naquele fogo de artifício de versos. Pode notar-se ainda que na leitura não nos escapa uma imagem, um dito, uma intenção, ao passo que muitos dêles se perdem no alarido das vozes e no tumulto da scena.

Mas há mais alguma coisa, creio, e mais grave. A luz crua da ribalta mais depressa tira do que dá vida às figuras, se elas a não possuem intensa e própria. O *Cyrano* sempre me parecera mais brilhante que sólido e mais artificial do que vivo. Na audição êste defeito acentua-se em duro relêvo. As personagens, e menos que qualquer outra a do herói da peça, não são de carne e ôsso. Os sentimentos que elas exprimem são convencionais e literários. A sua paixão não nos comove, a sua alegria não se nos comunica e a sua dor não nos dói. Verificámos que o génio de Rostand, puramente verbal, não é criador. As proezas quási acrobáticas do seu estilo murchariam depressa, como lágrimas multicolores de um foguete de romaria, se um fio ténue de poesia e ternura, mais sensível no livro que na scena, as não reanimasse.

A imaginação de Rostand é toda cerebral e exterior e a sua



obra, tão enganadoramente rutilante, não tem muita coisa dentro. Eis o que a arte de Le Bargy, longe de esconder, mais acentua, revestindo de novos ouropéis scénicos os ouropéis literários que todos, com cruel transparência, deixam ver a pobreza íntima. Rostand está condenado a não ser senão metade de um grande poeta. Era fatal que se esgotaria depressa, apesar do seu prodigioso talento e engenho. E havia adivinhadora justiça na maldade da voz pública que cansada de esperar pelo sempre anunciado *Chantecler*, pôs ao poeta a alcunha, que parece inventada por êle próprio de — Edmond... *About!*

## VIII

### O CATOLICISMO DE WAGNER

Acusa-se o catolicismo de ter perdido a sua fôrça de atracção e descobrem-se na sua doutrina sinais de deperecimento que algumas vezes resultam apenas da mediocridade e insuficiência dos seus intérpretes. Não é fácil discutir objectivamente uma questão religiosa. Só os néscios podem no entanto perder de vista que o catolicismo é uma das obras-primas mais geniais de sensibilidade humana e que nessa obra colaboraram, através dos séculos, algumas das mais fortes cabeças e das mais puras almas que teem honrado a Humanidade.

O fulgor de tantas luzes pode velar-se de quando em quando aos nossos olhos turvos; mas não se extingue. E se quiséssemos, por exemplo, comparar o grau actual de vitalidade da fé católica com o da protestante, sua émula, chegaríamos provavelmente a concluir que o protestantismo, tendo exercido a sua acção vitoriosa e salutar sôbre a intelligência e sido um instrumento oportuno de progresso, não parece destinado a colhêr hoje novos loiros no terreno propriamente religioso. A doutrina católica encaminha os seus fiéis para o misticismo e esta é a sua fôrça, sendo ao mesmo tempo o seu perigo. Do protestantismo, que é já uma religião atenuada e frã, desliza-se facilmente para o racionalismo e para a indiferença. Por isso as conversões são todas em favor do catolicismo e os grandes apóstolos protestantes diminuem em ardor e em número. E Roma ainda não deixou de conquistar prosélitos entre aquelas almas completas, mas raras, em



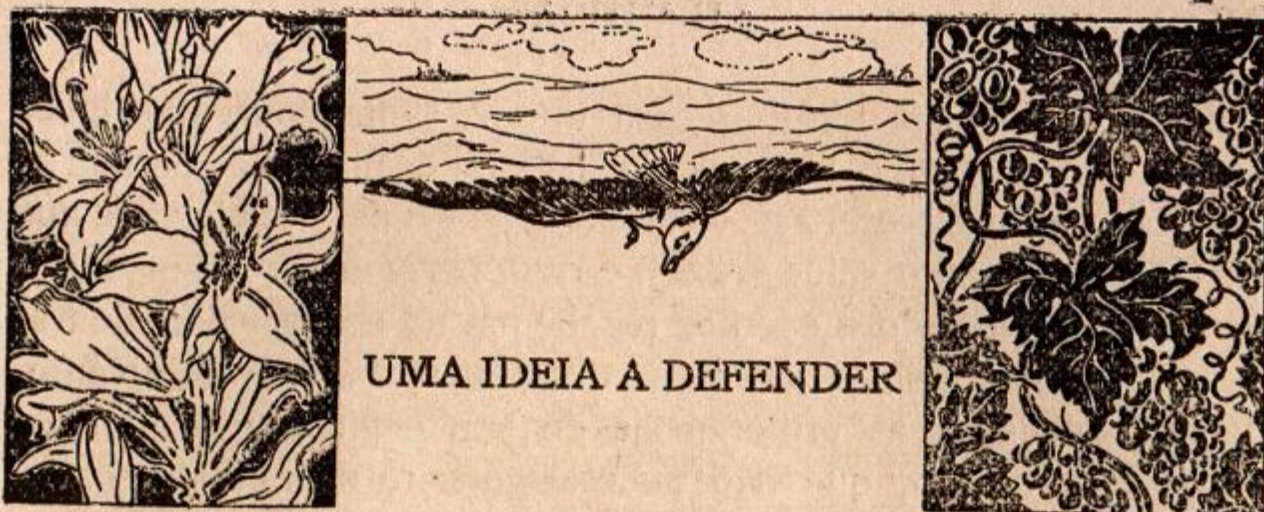
quem a cultura scientifica não matou a sêde de infinito nem cegou com orgulho.

Foi esta uma das impressões mais profundas que me deixou a audição do *Parsifal*, maravilhosa profissão de fé católica com que Wagner deu remate à sua obra genial. Como pode acusar-se de moribunda uma religião capaz ainda de inspirar êste incomparável poema a um dos maiores artistas do nosso e de todos os tempos? Bem sei que os pintores da Renascença tomavam as suas amantes para modêlo das suas Madonas; mas o *Parsifal* não é uma obra plástica e pitoresca a exemplo daquelas. É uma obra do mais exaltado misticismo, uma longa oração em música, o mais alto vôo para àlêm-vida a que jâmais se atreveu um poeta. Não se pode ouvir com o espírito distraído, ia a dizer com a alma pecadora. A arte imperiosa de Wagner convida-nos a um imediato exame de consciência. Os seus acordes nunca ouvidos, singulares e terrificantes como vozes de outro mundo, exilam-nos da realidade terrena, transportam-nos contritos e trémulos a uma espécie de juízo final. Ondas cada vez mais altas de harmonia entram-nos em torrente pelos ouvidos, varrem adiante de si todos os resíduos de escuridão e frivolidade do nosso ser, cortam-nos o fôlego e apagam-nos a vista. A sensação é de vertigem e de asfixia, para ser logo de êxtase, quando a nossa alma, impregnada de sons, parece ressoar a seu turno de uma prece infinda que não terá têrmo senão em Deus . . .

Ignoro se algum doutor romano mais arcaico achou o *Parsifal* merecedor das penas do Index. A meu ver o seu primeiro e o seu terceiro actos, que tão sublimemente comentam um dos mais essenciais Sacramentos da Igreja — o da Eucaristia — só poderiam ser cantados e «rêzados» condignamente dentro da Basílica de S. Pedro em Roma. A arte religiosa de Wagner nada tem a temer de confronto e vizinhança com a de Rafael e a de Miguel Angelo.

ALBERTO DE OLIVEIRA.





## A Confederação Luso-Brasileira

SERÁ POSSÍVEL UMA NOVA E GRANDE LUSITANIA?

Foi numa das reuniões do *Comité França-Portugal* e, portanto, numa atmosfera bem latina, que o Dr. Bettencourt Rodrigues, respondendo à minha insistência em lhe pedir algumas páginas para a *Atlantida*, me disse: — «Olhe, há uma ideia que a sua revista devia expor e defender, ideia que muito interessa o futuro do Brasil, e o nosso: — a necessidade de criar e organizar a *confederação luso-brasileira*. Se quiser ouvir-me a êsse respeito, estou às suas ordens». Aceitei logo, e com verdadeira alegria, o generoso oferecimento. O Dr. Bettencourt Rodrigues, pela cultura e erudição do seu espírito, pela vivacidade e profundidade da sua inteligência, e, ainda, pela situação excepcional que sempre ocupou em S. Paulo — metrópole da mentalidade de àlêmar — onde o seu nome era respeitado e o seu conselho sempre seguido, não podia senão dizer as coisas justas, interessantes e úteis sôbre as relações luso-brasileiras. A sua autoridade é, com efeito, indiscutível: — e não sómente no campo teórico, como também pelas suas capacidades de realização. Todos sabem, de certo, o papel primacial que o Dr. Bettencourt Rodrigues desempenhou na maior aproximação entre o Brasil e a França. Deve-se a êle, por assim dizer, a criação da cadeira de estudos brasileiros na Sorbonne, e a exposição de arte francesa em S. Paulo, assim como as visitas de estudantes e professores franceses ao Brasil — longas visitas essas de que resultou uma tão útil propaganda da nação fraterna em toda a Europa. Assim, quando, uma



semana depois, me dirigi a casa do Dr. Bettencourt Rodrigues para o ouvir, levava a certeza, que não foi desmentida, de que as palavras que êle proferisse valeriam duplamente — pela ideia que exprimissem e pelo valor *prático e realizável* dessa mesma ideia.

O ilustre médico e escritor recebe-me no seu gabinete de trabalho, onde a mobília severa e a elegância discreta do arranjo, deixam adivinhar as preferências do seu espírito reflectido de homem de estudo, que não pode esquecer, no entanto, que é também um artista. Com aquela nitidez de palavra, que o torna um conferente notabilíssimo, e uma clareza de exposição, que maravilha, começa logo por declarar-me:

— A solidarização de Portugal com o Brasil é hoje, mais do nunca, uma questão de ordem do dia. Não quero dizer que não venha de longe: — mas, vinda de longe, chegou hoje ao seu ponto culminante. Numa entrevista que dei ao *Dia* falei numa *confederação luso-brasileira*. Não será esta uma ideia inteiramente nova, visto que já Sílvio Romero a formulara. Sei também que já houve alguns altos espíritos portugueses que defenderam a aproximação luso-brasileira, realizando-se mesmo nesse sentido uma tentativa prática, pelo menos: — o acôrdo de Consiglieri Pedroso, que data de 1909, e que sobretudo se baseava nos laços de sangue, de raça, em aspirações comuns, em interesses de ordem económica, etc. Consiglieri Pedroso propunha, para efectivar o seu projecto, a realização de *congressos periódicos luso-brásileiros, alternadamente em Lisboa e no Rio, tratados de comércio e de arbitragem, linha de navegação, entrepostos nas capitais dos dois países, unificação ou, pelo menos, harmonização da legislação civil e comercial dos dois países, equivalência de diplomas científicos, etc.*

Mas vamos devagar... E, se o histórico da questão o interessa, aqui tenho estes apontamentos, que lhe entrego, e que me serviram para um artigo, que a êsse respeito acabo de enviar ao *Estado de S. Paulo*, jornal em que tenho a honra de colaborar, há já perto de 20 anos. Por êles verá que a ideia de uma tão íntima aliança que fizesse de Portugal e Brasil um verdadeiro sistema político, foi pela primeira vez aventada em Portugal, em 1908, numa sessão da Academia das Ciências de Lisboa, pelo seu actual presidente e ilustre humanista, Dr. Coelho de Carvalho.

Forneceu-lhe ensejo para abordar o assunto a oferta por êle



feita à Academia, nessa mesma sessão, da cópia de uma carta que D. Luís da Cunha, embaixador de Portugal em França, no reinado de D. João V, dirigira a Marco Antonio de Azevedo Coutinho, pedindo-lhe que aconselhasse ao rei a que mudasse a Côrte para o Brasil, e preconizando o Rio de Janeiro para capital do império português.

Sôbre êste interessantíssimo documento forneceu o meu velho amigo Coelho de Carvalho, numa recente entrevista ao *Diário Nacional*, mais alguns curiosos detalhes. Entre outros, os que nos elucidam sôbre as principais razões que levaram D. Luís da Cunha a aconselhar ao rei que para o Rio transferisse a côrte portuguesa. Eram essas razões as seguintes: — que no Brasil estava o futuro da nossa raça; que a expansão portuguesa, não se podendo já fazer para o norte de África, se faria na América do Sul em condições superiores de grandeza e de independência, e que a hegemonia comercial do mundo viria, no futuro, a pertencer à América. «Conta D. Luís da Cunha (é ainda Coelho de Carvalho quem fala) que um seu tio-avô, D. Pedro da Cunha, aconselhara o mesmo ao Prior do Crato, mostrando-lhe que, se fundasse o seu trono no Brasil, seria de facto o árbitro da América do Sul, viria a dominar as correntes de riqueza que das colónias espanholas recebia a metrópole, e assim venceria de facto Castela, levando-a à transigência até reconhecer-lhe o senhorio dessa ribeira do mar, que se chama Portugal, e que ficaria sendo o caes de embarque ou o entreposto do comércio da Europa com a América.»

— Era já, pouco mais ou menos, pelo que diz respeito à unificação de Portugal com o Brasil, o que o doutor, num futuro próximo, desejaria ver realizado?

— Não há dúvida. Mas prossigamos. Quási que à mesma data em que Coelho de Carvalho expunha, sôbre o assunto, as suas ideias à Academia, apresentava Consiglieri Pedroso à Sociedade de Geografia, de Lisboa, que o elegera seu presidente, e em sessão a que assistira o ilustre representante do Brasil, o seu projecto de um *acôrdo luso-brasileiro*, logo aprovado por aclamação e prontamente acolhido, na imprensa portuguesa e pouco depois na imprensa brasileira, com o mais caloroso entusiasmo. Ainda conservo preciosamente as cartas que êle me dirigiu para o Brasil, expondo-me, nas suas linhas gerais, êsse seu belo plano, tão reflectidamente concebido. Mas, infelizmente, com a prema



tura morte de Consiglieri Pedroso, succedeu ao projectado *acôrdo* o que não raras vezes succede, mesmo às mais promissoras iniciativas. Faltando-lhe quem, pelo seu prestígio e cultura e pela sua esforçada propaganda, mais fecundamente a encarnava, a ideia foi aos poucos esquecendo para só agora ser de novo agitada como um dos problemas que mais interessam, não só à nossa vida económica e às relações comerciais entre as duas repúblicas — Portugal e Brasil —, mas aos próprios destinos da nossa raça, no velho e novo continente.

— E como foi essa ideia, quando pela primeira vez a lançaram, acolhida no Brasil?

— Admiravelmente, e dá disso testemunho a maneira como ali foi recebida a missão especial enviada ao Brasil pela Sociedade de Geografia de Lisboa, a fim de encetar os primeiros trabalhos de aproximação intelectual. Como deve recordar-se, era essa missão constituída por Abel Botelho, Ernesto de Vasconcelos e o Dr. Lobo de Avila Lima. Realizaram várias conferências, combinaram com alguns brasileiros ilustres todo um vasto plano de acção, mas tudo ficou por aí. Regressaram a Portugal e, durante muito tempo, não mais se falou em acôrdo luso-brasileiro.

— Mas diz-me que essa mesma ideia voltou de novo a ser agitada . . .

— Como de facto voltou, mas só nestes últimos tempos. E foi mesmo o meu amigo um dos que claramente a formulou, numa recente entrevista com um eminente diplomata estrangeiro . . .

— A perguntar-lhe — não é verdade? — o que pensava de uma íntima aliança de Portugal com o Brasil?

— É certo. E, como vê, é uma ideia que anda no ar e que hoje esvoaça num ambiente que lhe é, mais do que nunca, propício. Na imprensa, no parlamento, em simples conversas, e fora de quaisquer preocupações de política interna, nos campos os mais opostos e radicais, a ideia de uma íntima aliança com o Brasil é uma ideia — posso dizê-lo — que está no espírito e no coração de todos os portugueses. Veja o que, a propósito da tão famosa *harmonia ibérica*, diz um jornal monárquico, o *Diário Nacional*:

«Como Portugal possui um império colonial que, depois da guerra, deve ficar o terceiro do mundo, como Portugal tem na América latina uma nação da sua raça e da sua língua, cujo papel é ali primacial, não vemos que se nos imponha por forma



alguma uma aliança espanhola.» E o que é isto senão a melhor justificação de uma aliança com o Brasil?

Veja agora o que no parlamento disse um republicano dos mais históricos, o Dr. João de Menezes. Numa saudação ao Brazil, acentuando que brasileiros e portugueses são dois povos irmãos, disse o ilustre senador republicano:

«E esta palavra (irmãos) a emprega porque corresponde à verdade; não é uma afirmação hipócrita, não é um artifício de linguagem diplomática, não é uma dessas convenções com que os políticos de um país, falando aos de outro país, procuram iludir os verdadeiros sentimentos dos povos. O Brasil é um povo irmão de Portugal, e brasileiros e portugueses tem de pensar, hoje mais do que nunca, em estreitar as suas relações políticas, **podendo ir muito além duma aliança.**»

Na própria Academia das Ciências, na sessão de 30 de Março de 1916, em homenagem a Olavo Bilac, Coelho de Carvalho, voltando ao assunto nos mais precisos termos, assim se exprimiu:

«Com que arraigada convicção eu julgo que, embora duas nações autónomas, Portugal e Brasil, em tão íntima aliança política deveriam existir e mostrar-se, que, *nas suas relações com todas as outras nações*, internacionalmente, não houvesse duas nações distintas, mas uma só, a gloriosa família lusitana.

«E esta aliança política das duas pátrias, seria a única profícua e perdurável, porque, antes de existir em tratados já a impõem a identidade da raça e a unidade da língua. E na paz, como na guerra, portugueses e brasileiros marchariam confiadamente unidos, sem reservas e sem receios. Alianças perpétuas entre nações que não sejam geminação duma só família, nunca são de confiança absoluta para todos os cidadãos aliados; e de aí, quantas reservas, quantos receios, e com quanta má vontade o povo marcha para o sacrifício, quando êste deve servir mais directamente aos outros do que a êle!

«E essa falta de confiança, essa aflitiva reserva, são naturais se a aliança não provêm da raça, porque o que não está no sangue não se devolve do coração.»

— Quer dizer — interrompi — uma simples aliança mais ou menos íntima, mas não ainda uma verdadeira unificação dos dois povos da mesma raça e da mesma língua?

— Não há dúvida, porque tanto no acôrdo de Consiglieri Pe-



droso, como nas afirmações de Coelho de Carvalho, incluindo as de 3 de Maio, no *Diário Nacional*, o que um e outro pretendem é um *acôrdo* ou uma *simples solidarização de família*...

— E V. Ex.<sup>a</sup>...

— Eu vou até à ideia da Confederação, por mim apresentada na entrevista de *O Dia*... *Repúblicas Unidas de Portugal e Brasil!* E veja como êste simples enunciado sôa bem aos nossos ouvidos e cala fundo nos nossos corações! De resto, já Silvio Romero, numa conferência, realizada há mais de 10 anos, sôbre o *elemento português no Brasil*, declarava: «não é uma utopia a aliança, como não é um delírio ver no futuro o império português de África unido ao império português da América, estimulado pelo espírito da pequena terra que foi berço de ambos». Sílvio Romero receava mais do que tudo a desnacionalização do Brasil, com elementos emigratórios de várias proveniências. A êsse respeito, escreveu o ilustre académico:

«Se nós os brasileiros quisermos continuar a ter essa feição, a manter na história êsse carácter; se não nos sentirmos tentados a mudar de aspecto e transformar a nossa nacionalidade em teuto-americana, anglo-brasileira, italo-brasilica, ou qualquer outra coisa que até a língua sente dificuldade em articular, qualquer outra coisa ao sabor dessas vaidosas e rapaces potências empenhadas na tarefa de ameaçar, de meter medo com avassalamentos, divisões e conquistas, claro é que não precisamos mais do que continuar, reatando-os amplamente, o caminho do bom senso, a corrente das tradições, a cadeia das nossas heranças, ao sabor dos grandes impulsos morais».

E, mais adiante, referindo-se à emigração portuguesa:

«É, para dizer tudo de uma só vez, a que mais nos convêm, por ser aquela que melhora as condições da nossa mestiçagem extensíssima, sem alterar a fisionomia histórica da nação; a que obsta a que sejamos um outro Haiti ou um outro S. Domingos, sem o perigo de transformar-nos em conquistas da Alemanha ou da Itália.»

O mesmo pensa o ilustre escritor e diplomata brasileiro, Dr. Oliveira Lima, quando, nos seus *Aspectos da literatura colonial brasileira*, em referência à acção da emigração estrangeira diluindo consideravelmente a expressão de povo para o Brasil, sustenta «que o português figura como parte principal do brasileiro, e que ao colonizador deve a antiga possessão americana a sua





SÍLVIO ROMERO — Escultura de COSTA MOTTA (Sobrinho)



civilização lenta, porém segura, os sentimentos morais que forneceram tenacidade à resistência contra os dominadores estrangeiros, e em máxima parte os que emprestaram fervor à campanha da obtenção de regalias liberais, quando soou a hora das conquistas políticas». Estes e muitos outros factos foram já invocados por Consiglieri Pedroso, como outras tantas razões a justificarem uma mais estreita aproximação de Portugal e Brasil.

— E igualmente explicam porque é que Sílvio Romero considerava como sendo, para o Brasil, a mais vantajosa de todas a imigração portuguesa . . .

— E não só vantajosa, mas necessária e indispensável, porque considerava a infiltração cada vez maior do elemento português como o único remédio eficaz para se evitar a desnacionalização do Brasil, desnacionalização — é claro — no sentido de uma perda, embora lenta, mas progressiva, das suas principais características étnicas. Teem dito alguns que isso seria impossível, visto ser Portugal um país de limitadíssima população, e, portanto, de pequeníssima emigração comparada à emigração italiana ou alemã. O carácter português acabaria por se perder, dizem . . .

— É uma objecção de certa importância, na verdade.

— A isso se responde — diz o Dr. Bettencourt Rodrigues com uma bela vibração patriótica — a isso se responde levantando um problema de ordem antropológica e étnica: — é que, a despeito de ser a nossa emigração, há uns tempos para cá, inferior sobretudo à italiana, o carácter e o tipo português, a despeito dos cruzamentos, mantem-se, salvas ligeiríssimas modificações de detalhe, com uma grande uniformidade. O português, neste caso, actuaria — permita-me a comparação — como um verdadeiro fermento ou, para melhor exemplificar, como os *œno-fermentos* seleccionados que, em pequeníssimas quantidades, nos permitem dar a quaisquer vinhos de diferentes lavras todas as acentuadas características de um determinado tipo, à nossa escolha. Ou ainda como as vacinas e sôros que, mesmo em doses mínimas, nos garantem os seus efeitos. Já vê como no sangue português pode o Brasil encontrar o melhor sôro imunizante contra quaisquer estranhos factores de desnacionalização e como tal agindo como o fixador específico de todas as qualidades essenciais da raça. Seria, em suma, applicável a um organismo social, o que é de há muito noção corrente em biologia geral.



— É uma opinião interessantíssima, respondi.

— E que não é só minha, porque há brasileiros, e dos mais ilustres, que pensam exactamente como eu penso. Entre outros o eminente sábio, Dr. Luís Pereira Barreto, quando diz (*O Brasil no século XX*):

«Ao português pertence a palma dos dotes másculos na tarefa dos cruzamentos. Ao passo que o anglo-saxão, ao fusionar-se com a raça preta, não dá senão produtos detestáveis, vemos sair da união do português com *qualquer outra raça* magníficos especimens *que se perpetuam indefinidamente.*» Um outro, Salvador de Mendonça que, além de um grande escritor, foi durante muitos anos cônsul geral do Brasil, nos Estados-Unidos, notou que, à medida que no grande caldeirão da América do Norte se iam fundindo todos os povos em maior ou menor escala, o português não só mantinha o seu tipo, como influía sobre o da colectividade em que vivia. A linguagem dá-nos, a tal respeito, exemplos curiosos. Em New Bedford, há meio século, havia 2.000 a 3.000 portugueses. Essa população dobrou. E, ao passo que ia aumentando, a língua inglêsa dos americanos em contacto com os portugueses ia-se modificando, esmaltando-se, enchendo-se de termos portugueses. É o que acontece, também, nos portos abertos do Extremo Oriente — Cantão, Macau, Hong-Kong — onde o vocábulo *broker* foi substituído pelo português: comprador. Ler a êste respeito o erudito e interessantíssimo trabalho de Monsenhor Dalgado, sobre o *Vocabulário português no Oriente*. Na Nova Inglaterra o homem que arpoa chama-se, aportunadamente, *harpooner*. A palavra *fisherman* (pescador) tornou-se em *pescaman*. Salvador de Mendonça observa, textualmente: — «*Note-se a modificação. É o traço duma raça de conquistadores. Uma raça vencida só modifica as desinências. Só os vencedores se atrevem a atacar as raízes da língua.*» Isto mostra a verdade acima exposta: — o português imprime carácter.

— Nada mais lisonjeiro para o nosso orgulho nacional, observei.

— E nada mais certo... Mas, voltando à opinião de Sílvio Romero. O que êle disse foi, pouco mais ou menos, o que disseram da Inglaterra e dos Estados-Unidos, William Stead e Westlake; e, da Espanha e das repúblicas espanholas, Castelar e Silvela, chegando mesmo êste último a falar numa confederação



ibero-americana. E nesta mesma ordem de ideias ainda há pouco, como deve lembrar-se, Romanones, ao deixar o poder, disse, numa mensagem dirigida ao rei, entre outras coisas, o seguinte:

«A Espanha é depositária do património espiritual de uma grande raça; *ela aspira a presidir à confederação de todas as nações de sangue espanhol*, e esta aspiração perder-se-há definitivamente se, numa hora tão decisiva para o futuro, como é a hora actual, a Espanha se divorciar das suas filhas da America». Mas, dada, não direi a heterogeneidade, mas as rivalidades e antagonismos das diferentes repúblicas hispano-americanas, e um não apagado ressentimento contra a antiga metrópole, a ideia de Silvela não me parece realizável — enquanto que a ideia correspondente, aplicada a Portugal e ao Brasil, tem um aspecto de fácil realização, pois não há nada que a ela se oponha e antes tudo contribui para que ela se efective. Com efeito, sejam quais forem os princípios que se adoptem como base duma nacionalidade — condicionalismo geográfico, território, língua, raça, tradições, interesses e aspirações comuns — nada nos separa do Brasil. Tudo, pelo contrário, contribui para a nossa comum unificação. Território — se os brasileiros o povoam, nós o descobrimos e desbravámos. Raça, sangue, língua — os mesmos. Tradições — comuns. Interesses de ordem económica — muito semelhantes... Para acentuar o esforço comum de portugueses e brasileiros para a constituição da nacionalidade brasileira, seu progresso e desenvolvimento — não poderei empregar melhores palavras do que aquelas de que Bilac recentemente se serviu, em S. Paulo.

Nelas celebra o grande poeta a epopeia dos nossos navegadores e conquistadores; a energia dos primeiros portugueses que aportaram ao Brasil e lançaram aos sulcos, que nessa terra fecunda eles foram os primeiros a abrir, as sementes da sua futura civilização; à indómita bravura e à inexcedível coragem desses *bandeirantes* — portugueses e brasileiros, descendentes de portugueses, — que foram no Brasil os primeiros a devassar os segredos das suas misteriosas florestas; à acção evangelizadora dos nossos primeiros missionários, e ao esforço comum de brasileiros e portugueses, na defesa da terra brasileira contra as incursões dos piratas e contra a ambição do estrangeiro. Não me furto ao prazer de lhe dar, para que as transcreva, as belas palavras de Bilac:



«São as caravelas, em que os nossos avós, de aço para a energia e de cera para a ternura, entressachando batalhas com trovas, se iam pelo mistério das águas em busca de mundos; são o rude machado e a leve canoa, e as mãos e os pés em sangue, que desbravaram brenhas, vararam rios, galgaram cordilheiras, e semearam cidades; é a cruz que, levantada por mãos generosas e mal defendendo peitos inermes, criou almas em corpos sem almas; é o arado, que gerou o trabalho e a fartura; é a espada, que assegurou a confiança e impôs o respeito; é o livro, que esclareceu os cérebros, e é a lira, que abrandou os corações; são vinte milhões de homens, que querem viver, amar, brilhar, com ventura e dignidade; e são os tempos vindouros, que serão gloriosos se soubermos prepará-los.»

— Mas permita-me que lhe pergunte: — que vantagens adviriam para os dois países duma confederação?

— Já esperava essa pergunta. Mas, vejamos: — a ideia dum simples acôrdo ou aliança tem deixado o Brasil um pouco indiferente. O Brasil e Portugal. É vemos o sucedido às várias tentativas para um tratado de comércio e às projectadas linhas de navegação. Nada se tem conseguido e nem vale a pena insistir sobre as razões dêsse insucesso. A ideia de uma confederação, essa sim, não poderá deixar de impôr-se à atenção de brasileiros e portugueses, mórmente nesta ocasião em que se jogam nos campos de batalha os destinos das nações, ou, para melhor dizermos, das diferentes raças que procuram alicerçar em novas bases os seus respectivos agrupamentos.

— Mas as vantagens? — voltei de novo a insistir.

— Essas vantagens são inegáveis! Basta olhar um mapa para que delas nos certifiquemos. De um lado e de outro do Atlântico que vemos? Numa extensíssima margem da América austral, o Brasil; quási em frente, na costa africana, a vasta colónia portuguesa de Angola; e, entre as duas, como um mar lusitano, o Atlântico-sul. Numa zona de navegação comum ao Brasil e à África ocidental — o arquipélago de Cabo Verde. E mais ao norte, como pontos de escala em rotas diferentes — os Açôres e a Madeira. E, no ponto de convergência de inúmeras linhas de navegação, como vasto entreposto comercial dos produtos de Portugal e Brasil —, o amplo e magnífico pôrto de Lisboa!

— Na verdade, é uma concepção grandiosa...

— E não é tudo porque, sobre êsses simples dados de ordem



geográfica, quantas outras considerações de ordem económica, política e social, em defesa da minha ideia? E depois, pela parte que nos toca, a nós outros portugueses, cumpre-nos hoje, mais do que nunca, velar pelo futuro da nossa raça. Perante as incertezas da hora presente, é-nos lícito perguntar o que sucederá, depois da guerra, na sua vida económica, nas suas relações internacionais e nas suas condições de existência, às pequenas nacionalidades? Não sei; mas o que vejo e o que mais se acentua, desde o último quartel do século passado, com a expansão colonial da Inglaterra e da França, com o despertar do Japão para a civilização moderna e o seu latente imperialismo, com a hegemonia que os Estados-Unidos se propõem exercer sobre o continente americano, adoptando como lema o célebre princípio de Monroë — a América para os americanos —, com o pangermanismo da Alemanha, o pan-eslavismo da Rússia e o pan-iberismo da Espanha, ainda há pouco formulado por Romanones, o que mais se acentua e recentes factos ainda mais confirmam é a tendência para os grandes agrupamentos de povos, estados e nacionalidades, sob uma só bandeira, e tendo como base, ou o território, ou a raça, ou interesses de ordem económica. Ainda não há muito, porque foi em sessão de 17 de Abril, da Câmara dos Comuns, que lord Asquith, antigo presidente do conselho, tomando a palavra para secundar sir Bonar Law, numa saudação aos Estados-Unidos, claramente anunciou, como uma consequência inevitável da guerra, uma completa remodelação do mapa político do mundo, sobre uma nova base das nacionalidades. E assim é que, acautelando o futuro, a Inglaterra desde já se esforça em dar maior unidade ao império britânico, por forma a torná-lo económica, comercial e industrialmente independente de todas as outras nações do mundo. Num discurso pronunciado por Lloyd George, ao agradecer o seu diploma de cidadão de Londres, mais de uma vez aludiu o eminente estadista inglês ao grande império britânico e ao muito que há a esperar da sua mais íntima unificação. No «Gabinete Imperial da Guerra», que há pouco funcionou em Londres, com representantes do Reino-Unido, da África do Sul, da Índia e dos diferentes Domínios, para a solução dos mais complexos problemas, que interessam ao futuro da Inglaterra e da raça inglesa, já foram lançadas as bases dessa mais completa unificação, chegando-se mesmo a discutir qual o estatuto, qual a fórmula constitucional e orgânica pela qual terá de se reger



todo êsse vastíssimo império. Leia o meu amigo o discurso pronunciado pelo general Smutts, representante da União Sul-Africana, no banquete de despedida que lhe foi oferecido pelas duas câmaras do parlamento inglês, e ali verá como até já se encaram as duas hipóteses — a federativa e a monárquica constitucional.

— O que é afinal — interrompi — o mesmo problema a resolver para a unificação de Portugal e Brasil. . .

— Não exactamente o mesmo porque é a fórmula federativa a única que nos poderia dar a solução do problema. E depois, como já há pouco assinalei, não há um só imperialismo, mas imperialismos de vária espécie — imperialismo colonial, imperialismo geográfico e imperialismo de ordem étnica, implicando cada um dêles uma solução diferente. Ora se há um imperialismo de ordem étnica, que não é bem o imperialismo inglês, como não é também o imperialismo americano, mas sim aquele a que aspiram germanos, eslavos e iberos, porque se não há-de também, e com melhores razões, levantar, em Portugal e no Brasil, o problema do lusitanismo? Que outro agrupamento étnico apresenta, como o que é constituído por portugueses e brasileiros, uma maior unidade de pensar e sentir, mais íntimas afinidades de ordem afectiva e mais ajustáveis superfícies de coesão? Ligados no passado por glórias e tradições comuns, porque não hão-de, portugueses e brasileiros, unindo os seus destinos, constituir uma nova e grande Lusitânia? Portugal seria, na Europa, o centro de irradiação, a *fons gentium* da raça lusitana, e o Brasil, onde o seu esforço e o seu génio tão intensamente se vivificam e florescem, seria, na América, o seu vasto e fecundo campo de expansão. . . E assim constituído, com solidos pontos de apoio em todos os vastos territórios onde se fala a língua portuguesa, o grande império lusitano, estendendo a sua influência e a sua acção a todos os continentes, pesaria enfim sôbre os destinos da humanidade como uma grande fôrça civilizadora.

— Mas as dificuldades de realização são muitas? — insinuei.

— É certo que para a solução do problema muitas são as dificuldades, e a maior de todas é a de encontrar a fórmula constitucional e jurídica que, sem susceptibilizar os justificados brios dos dois povos, consiga enfim resolver o problema da sua completa unificação. É um problema para estudo, e que se não pode levantar — convenho — duma maneira definitiva, sem previamente se saber como esta ideia será acolhida no Brasil, onde, aliás, já



conta um grande número de valiosos elementos, como os conta também em Portugal, em diferentes classes e *élites*. É certo também que para a definitiva solução do problema se terá de atender não só à sua viabilidade, quanto aos dois países, Portugal e Brasil, como ainda à sua aceitação pelas outras nações do mundo...

— Seria preciso, antes de mais nada, fazer um inquérito — objectei.

— Sem dúvida, responde-nos o Dr. Bettencourt Rodrigues. A esse respeito tenciono escrever a alguns homens ilustres do Brasil, a fim de verificar se, sobre estes dados primaciais do problema, se torna possível um acôrdo, que nos permita dar maior vulto e consistência ao que não é por emquanto mais do que uma simples aspiração.

— E essas respostas?

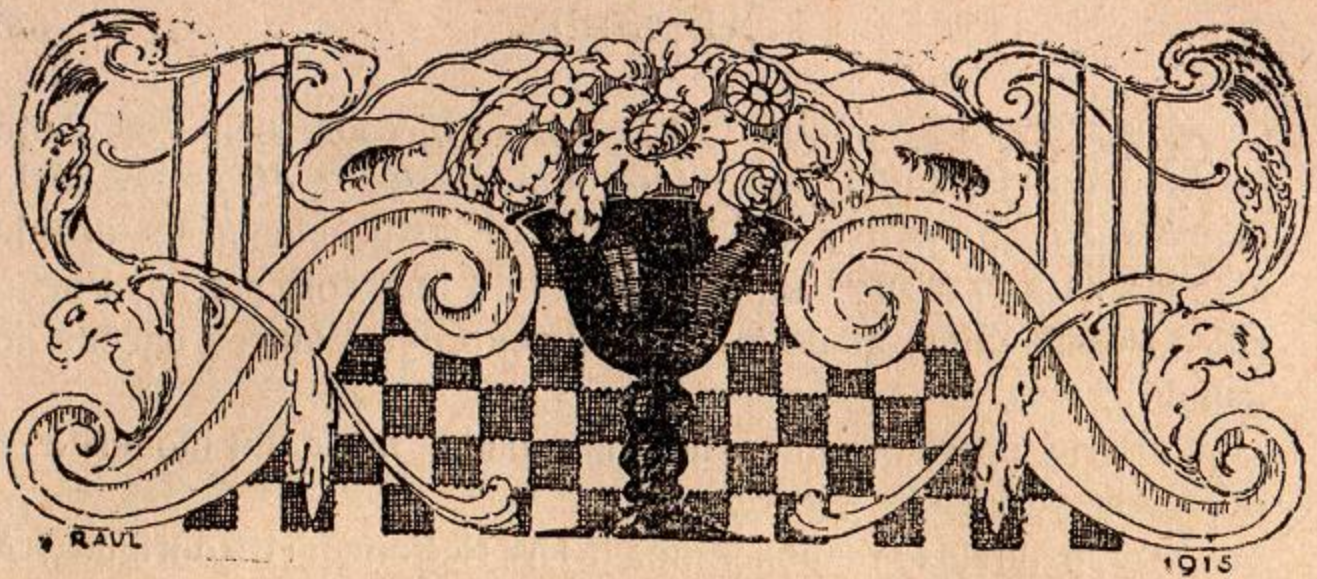
— Publicá-las-hei na *Atlântida*, que, por sua vez, poderá também consultar algumas individualidades portuguesas sôbre o assunto...

Com esta boa notícia para os leitores da *Atlântida* terminou a entrevista. Resta agora saber o acolhimento que o Brasil e Portugal farão à ideia, tão original e tão bela, do eminente scien-tista. Mas não é difícil augurar-lhe, pelo menos, aquele sucesso de fremente simpatia que cerca e anima todas as iniciativas úteis e, desde o início, destinadas a triunfar na alma complexa das colectividades...

J. DE B.







## A Terra

(FRAGMENTO)

*Entontecida, gira a pléiade dos astros  
Que ao Sol devem o ser e a quem éle seduz :  
São cativos d'amor e adoram-no de rastros,  
Sorvendo-lhe em delírio os seus beijos de luz.*

*Que às estrêlas d'outrora — hoje as cegas do espaço —  
O coração lhe encanta ainda o mesmo amor.  
O seio é sempre o mesmo e sempre, em largo abraço,  
Procuram luz e vida em seu tamanho ardor.*

*Perdida, vagabunda, em longa caminhada,  
Voa também, dispersa, a caravana errante :  
Filhos pródigos são ; e, d'alma insaciada,  
Vão, talvez, procurar desconhecida amante . . .*

*Irmãos que a sorte leva ao longe, às aventuras,  
E a sorte também traz ao esquecido lar . . .  
Arrasta-os a saüdade ? — estranhas criaturas ! —  
Que sonho os levará ? que insólito scismar ? . . .*



*Quem sabe lá! Talvez sejam uns feiticeiros  
Que vão beber além a luz dos arrebois . . .  
Ou hífens colossais, errantes, viajeiros,  
Ligando entre si o amor de vários sóis!*

.....

*Também o Pensamento é como um astro errante  
Seguindo a trajectória em busca de mais luz ;  
Mas, sôlto no infinito e já muito distante,  
Vai, segundo a tangente, atrás do que o seduz . . .*

*— A tudo quanto é grande o homem sempre admira  
E aspira conhecer com minudência extrema ;  
Quási chega a esquecer e nada até lhe inspira  
O mistério subtil da pequenez suprema!*

\* \* \*

*Num átomo eu pressinto um coração minúsculo,  
Um mundo pequenino a palpitar d'amor . . .  
Quem sabe lá, quem vê se mesmo um só corpúsculo  
Não tem sonhos de luz, não sente frio ou dor?*

*E, se um átomo tem tanta energia e vida  
E se d'amor palpita em tamanha ansiedade  
Até se unir um dia em clara afinidade,  
É porque aspira e sonha, é porque anseia e lida!*

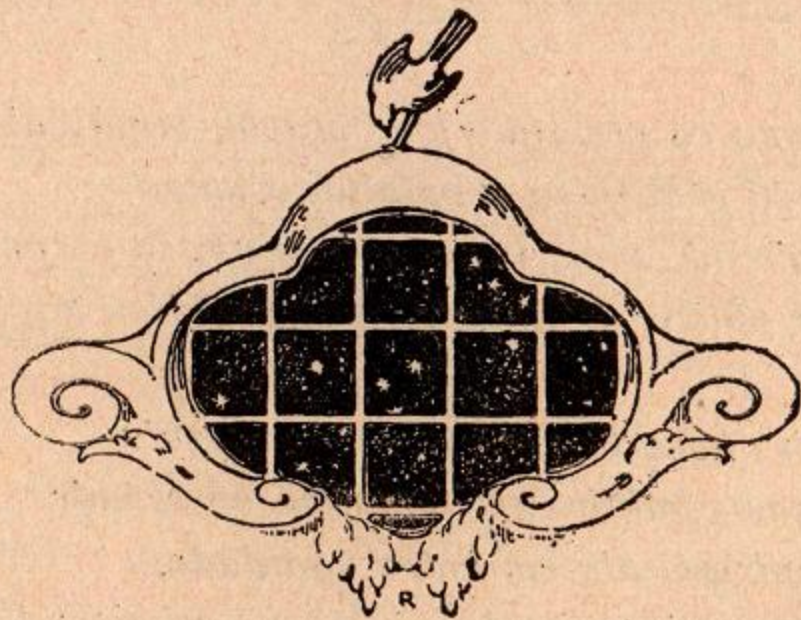
*Se do universo imenso  
O grandioso quadro tem beleza  
Que nos fascina e atrai,  
— Embora isto pareça um contrasenso —  
Na extrema pequenez há mais grandeza  
Onde a Razão se esvai!*



*Analisai um átomo subtil  
Dum corpo na suprema fluidez :  
Vê-lo-heis dividir-se em muitos mil  
Nos quais perturba a exígua pequenez.*

*E no coração dêsse átomo habita,  
          Positivo e constante,  
O misterioso amor em que palpita,  
          Subtil, febricitante.*

IVALDA.







# Contos a uma rapariga loira



## IV

### O MARIDO DELAS

«Smoking-room». Estilo inglês. Lacas verdes. Um reposteiro de veludo verde. Cadeiras Brougham. Intimidade, silêncio, meia luz. Na parede, a nódoa doirada dum quadro que toda a gente julga um Poussin. Ao pé duma mesa de fumar, um cadeirão Maple. Um numero do «Times», aberto. Num Delft, pontas de cigarro. Duas horas da tarde.

MARIA LUIZA, 30 anos, beleza enérgica, nariz aquilino, olhos pretos admiráveis, flexuosidade, serenidade, desdem, raça. — UM CREADO, clássico, perfilado, «gilet de service».

O CREADO. — Mando entrar?

MARIA LUIZA. — Mande entrar.

Entra MARIA DE LOURDES. Trotteur cinzento, grandes botões de prata. Tem 25 anos, é loira, fina, olhos cândidos, beleza sem importância. Olham-se as duas. Um silêncio de constrangimento. O CREADO sáe.

MARIA DE LOURDES. — Como estás?

MARIA LUIZA. — Bem, obrigada.

MARIA DE LOURDES. — Não esperava que tu me recebesses.

MARIA LUIZA. — Nem eu que tu me procurasses.

MARIA DE LOURDES. — Parece-te que fiz mal?

MARIA LUIZA. — A tua consciência que te responda.

MARIA DE LOURDES. — Estou tranquila.

MARIA LUIZA. — Ainda bem. (Friamente, depois dum novo silêncio) Não queres sentar-te?

MARIA DE LOURDES, pálida, deixando-se cair sobre uma cadeira, — Obrigada,



MARIA LUIZA. — A que devo a tua visita?

MARIA DE LOURDES. — Fomos amigas.

MARIA LUIZA. — Infelizmente.

MARIA DE LOURDES. — É preciso que entre nós haja uma explicação.

MARIA LUIZA. — Julgo inutil pedir-t'a.

MARIA DE LOURDES. — Mas eu julgo necessário dar-t'a.

MARIA LUIZA. — Como quizeres.

MARIA DE LOURDES. — Juro-te, Maria Luiza, que antes de tu te divorciares do Jorge, nada absolutamente houve entre mim e teu marido.

MARIA LUIZA. — E a prova é que, um ano depois, casavas com êle.

MARIA DE LOURDES. — Como qualquer outra podia ter casado.

MARIA LUIZA. — Mas nunca uma amiga de infância!

MARIA DE LOURDES. — Já não era a tua felicidade e podia ser a minha.

MARIA LUIZA. — Estás certa de que és feliz?

MARIA DE LOURDES. — Tenho pelo menos a ilusão de que o sou.

MARIA LUIZA. — E de que fizeste feliz alguém?

MARIA DE LOURDES. — É uma questão que só a mim interessa.

MARIA LUIZA. — Enganas-te.

MARIA DE LOURDES. — Tenho o direito de supôr que te sou indiferente.

MARIA LUIZA. — Não me é indiferente a felicidade de meu marido.

MARIA DE LOURDES. — De teu marido?

MARIA LUIZA. — Do Jorge.

MARIA DE LOURDES. — Queres dizer do meu.

MARIA LUIZA. — Sim, do nosso.

MARIA DE LOURDES. — Se eu não o faço feliz, tambem tu o não fizeste.

MARIA LUIZA. — Era isso que me vinhas dizer?

MARIA DE LOURDES. — Não. Venho pedir-te um favor.

MARIA LUIZA. — A mim?

MARIA DE LOURDES. — A ti.

MARIA LUIZA. — Não me obrigo a prestar-t'o.

MARIA DE LOURDES. — Embora.

MARIA LUIZA. — Dirás.



MARIA DE LOURDES. — Sabes que amo meu marido.

MARIA LUIZA. — É uma fatalidade que nos sucede ás vezes.

MARIA DE LOURDES. — E, porque o amo, estou disposta a defender, palmo a palmo, a minha felicidade.

MARIA LUIZA. — Tem cuidado com as tuas amigas intimas.

MARIA DE LOURDES. — Sobre tudo com as que o foram. Aceito o teu conselho.

MARIA LUIZA. — E vens pôl-o em prática?

MARIA DE LOURDES. — Venho defender-me.

MARIA LUIZA. — De quem?

MARIA DE LOURDES. — De ti.

MARIA LUIZA. — Dispenso-me de te acusar.

MARIA DE LOURDES. — Cartas na mesa?

MARIA LUIZA. — Cartas na mesa.

MARIA DE LOURDES. — Tu ainda pensas no Jorge.

MARIA LUIZA. — É natural. Foi meu marido.

MARIA DE LOURDES. — Ainda gostas dele.

MARIA LUIZA. — Não ha mulher nenhuma que esqueça o primeiro homem que a possuiu.

MARIA DE LOURDES. — E procuras reconquistal-o.

MARIA LUIZA. — Não ha homem nenhum que esqueça a primeira mulher que amou.

MARIA DE LOURDES. — Nesse caso, para que te divorciaste?

MARIA LUIZA. — Para te ceder o meu logar.

MARIA DE LOURDES. — És generosa.

MARIA LUIZA. — Costumo dar aos pobres os vestidos que já não uso.

MARIA DE LOURDES. — Mas ficas com vontade de os tornar a vestir.

MARIA LUIZA. — Vens então pedir-me que não reconquiste meu marido?

MARIA DE LOURDES. — Venho pedir-te que não tornes a escrever-lhe.

MARIA LUIZA. — Êle mostra-te as minhas cartas?

MARIA DE LOURDES. — Não. Leio-as eu.

MARIA LUIZA. — Pois eu tinha a generosidade de não ler as tuas.

MARIA DE LOURDES. — Que tens tu que dizer a meu marido?

MARIA LUIZA. — Coisas que me esqueci de dizer-lhe quando era mulher dele.



MARIA DE LOURDES. — Já o não és.

MARIA LUIZA. — Mas lembro-me ás vezes de que o fui. — Não se vive impunemente dez anos em comum.

MARIA DE LOURDES. — Nove anos.

MARIA LUIZA. — E meio. De mais a mais com um marido encantador. — Não é verdade que o Jorge é um marido encantador?

MARIA DE LOURDES. — Não julgo indispensável dizer-te as minhas impressões.

MARIA LUIZA. — É pena. Devem ser interessantes. (*Depois dum silêncio*). Já reparaste que nada mudou na minha casa depois que me divorciei?

MARIA DE LOURDES. — É-me indiferente.

MARIA LUIZA. — Talvez não. — Lembras-te desta Maple?

MARIA DE LOURDES. — Lembro.

MARIA LUIZA. — Era onde êle se sentava todas as tardes a ler os jornais de Londres.

MARIA DE LOURDES. — O passado não me interessa.

MARIA LUIZA. — Foi ali, naquele espelho, que pela primeira vez te surpreendi a namorar meu marido.

MARIA DE LOURDES. — Ilusão de óptica.

MARIA LUIZA. — Que há-de repetir-se um dia nos espelhos da tua casa.

MARIA DE LOURDES. — Não tenciono receber-te.

MARIA LUIZA. — Nem eu procurar-te.

MARIA DE LOURDES, *olhando o Delft*. — São ainda as pontas dos cigarros que êle fumou há dois anos?

MARIA LUIZA, *comprimindo o botão da campainha*. — Chamo o criado, e tu perguntas-lhe.

MARIA DE LOURDES, *levantando-se*. — Não te incomodes.

MARIA LUIZA. — Não tens mais nada que me dizer?

MARIA DE LOURDES. — Peço-te, pela última vez, que esqueças meu marido.

MARIA LUIZA. — É inútil.

MARIA DE LOURDES. — Porquê?

MARIA LUIZA. — Porque não conseguirás que êle me esqueça a mim.

MARIA DE LOURDES. — É um desafio?

MARIA LUIZA. — Experimentemos.

MARIA DE LOURDES. — Aceito-o.



MARIA LUIZA, *ao criado, que aparece.* — Acompanhe a senhora Viscondessa.

MARIA DE LOURDES. — Bôa tarde.

O CRIADO *curva-se.* MARIA DE LOURDES *sai.*

---

*Um momento. O reposteiro de veludo verde afasta-se. Numa mão robusta scintila um anel. Espreita uma cabeça de homem, loira, sólida, rosada, fresca, um pouco grisalha nas fontes.*

JORGE. — Já se foi?

MARIA LUIZA. — Já.

JORGE. — Parecia a voz da minha mulher.

MARIA LUIZA. — Que idéa!

JORGE. — Quem era?

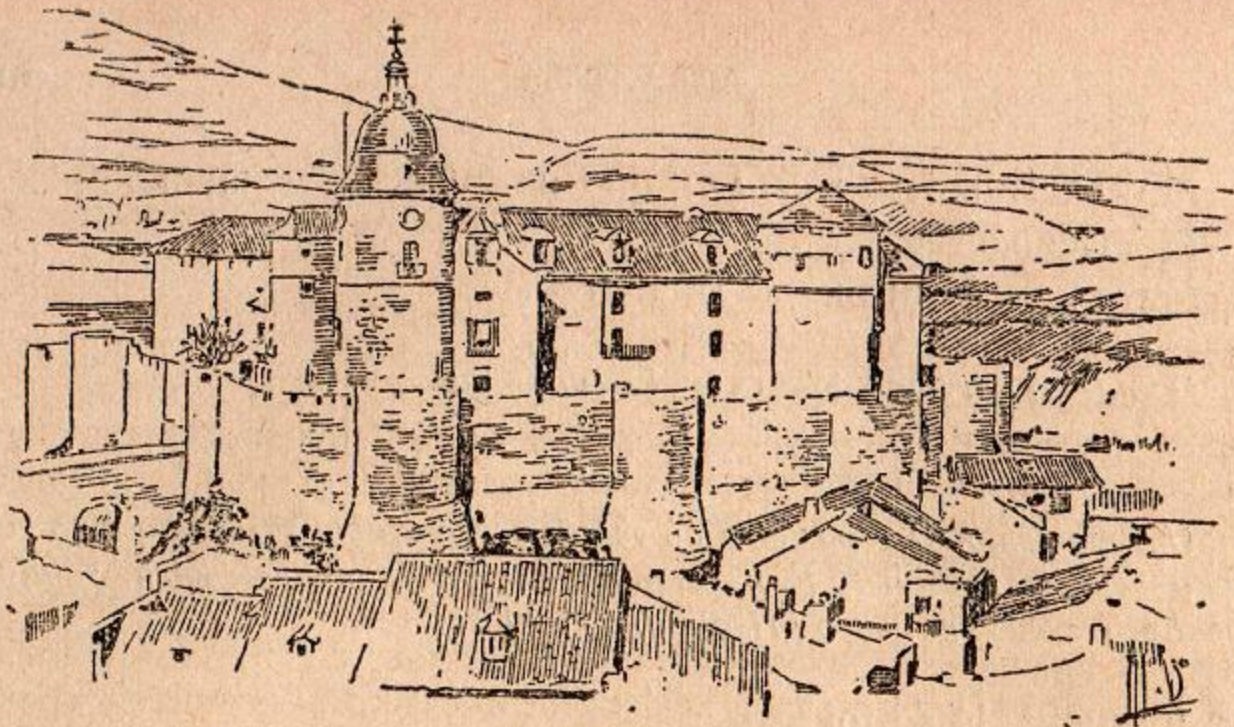
MARIA LUIZA. — A modista.

JORGE, *afundando-se na Maple, acendendo um cigarro, continuando a ler o «Times».* — Uff!

JÚLIO DANTAS.







## O Arquivo Geral de Simancas<sup>(1)</sup>

Simancas, que teve na Idade Média e ainda mantêm a categoria oficial de *villa*, não conta hoje sequer trezentos fogos, com menos de mil e duzentos habitantes. A dez quilómetros de Valladolid, na margem direita do Pisuerga, que vai mais abaixo confundir-se com as águas do Douro, Simancas está situada na saliência dum outeiro, pequeno montão de casas côm de barro, apinhadas entre o rio e o castelo, que inteiramente as domina e protege. Por fóra só destaca a igreja. Mas, por dentro, ainda é mais insignificante, mais triste, com os seus muros de adôbe, as suas ruelas pulverulentas e um ou outro casarão decrépito, em que por vezes destaca o florido brasão dos seus primitivos possuidores. Há, porém, um diminuto largo, a cavaleiro do rio, sôbre um pano da velha cêrca amuralhada, onde a tradição coloca o demolido palácio de D. João II de Castela, que é uma verdadeira janela rasgada para um vasto panorama animado e risonho. A antiga ponte de dezassete arcos, ligando o *camino viejo* de Valladolid a Tordesillas, que rodeava parte da vila e do castelo; a linha sinuosa dos açudes, arrendados de espuma nevada; à esquerda, uma densa mata de pinheiros mansos, num tom de perene verdura; à direita, campos abundantes, veigas feracíssimas, até à confluência do Pisuerga e do Douro: todo êste variado e gracioso conjunto forma um violento contraste com as áridas colinas do Páramo, despidas de árvores, manchadas de nódoas alvacentas, êrmas, desoladas, monótonas, ardentes no verão, batidas no inverno dos ventos glaciais da planura castelhana.

(1) Introdução ao *Catálogo dos manuscritos portugueses existentes no Arquivo Geral de Simancas*.



Simancas tem uma larga história. No segundo quartel do século x, já o seu nome se encontra ligado a uma das mais sangrentas batalhas da Reconquista, entre Abderrahaman III e Ramiro II de Leão. Desta vila, em 1427, saíu desterrado para quinze léguas da côrte o célebre válido de D. João II, o condestável D. Álvaro de Luna. Aqui se realizou, nos fins de 1465, uma grotesca cerimónia, inofensiva paródia de outro espectáculo mais trágico, sendo julgado e queimado, em effigie, o turbulento arcebispo de Toledo, D. Afonso Carrillo, um dos magnates de Castela, que meses antes, num tablado erguido às portas de Ávila, tivera parte principal na afrontosa solenidade em que o impotente Henrique IV fôra, também em estátua, despojado de todos os atributos e insígnias da rialeza, e declarado deposto do reino, em favor de seu irmão, o jóven príncipe D. Afonso. Entre os seus muros viveu algum tempo, entregue aos cuidados de Pedro Núñez de Guzman, clavário da Ordem de Calatrava, o infante D. Fernando, neto dos Reis Católicos e sucessor de Carlos V no império da Alemanha. Durante a guerra civil das *Comunidades*, à sua favorável situação entre Valladolid e Zamora, qual um espinho cravado no flanco dos insurrectos, deveu Simancas o importante papel que desempenhou na vitória das tropas imperiais; e na sua praça foi até decapitado um dos principais caudilhos da insurreição, D. Pedro Maldonado Pimentel, como tantos outros dêsses bravos campeões das liberdades de Castela, mártir do implacável rigor dum príncipe môço e estrangeiro, ansioso por concentrar nas suas mãos o poder absoluto dos Césares antigos. Pois os panegiristas ergueram depois até às núvens a clemência de Carlos V, no generoso castigo dos *comuneros* vencidos!

Também com a nossa história se enlaça o nome de Simancas. Quando D. Denis foi envolvido nas lutas civis de Castela, abertas pelo falecimento de Sancho o Bravo, e que tão agitada e angustiosa tornaram a menoridade de Fernando IV, as tropas portuguezas transpuseram a fronteira, em fins de Setembro de 1296, avançando por Ciudad Rodrigo e Salamanca sôbre Valladolid, onde então se encontravam a rainha viúva, D. Maria de Molina, e seu filho, criança de dez anos. Mas a entrada do inverno; a desistência de alguns ricos-homens castelhanos, seus aliados, que recusaram pôr cêrco a Valladolid; e, porventura, a esperança de obter de Castela um vantajoso tratado — como depois foi o de Alcañices — moveram D. Denis a levantar os arraiais, que assentara em Simancas, e a retroceder em direcção ao seu país, por Medina del Campo, aproveitando, porêem, a retirada para conquistar as vilas da comarca de Riba de Coa, que em parte já tinham sido dependência da corôa de Portugal. Em 1381, ao romper das hostilidades entre D. Fernando e D. João I de Castela, em Simancas se concentraram as fôrças destinadas a sitiar Almeida, sob o comando do próprio rei; e no ano seguinte, da mesma povoação partiu também o grosso do exército castelhano,



que devia opor-se à invasão da Estremadura pelas tropas aliadas de D. Fernando e do conde de Cambridge, investida definitivamente suspensa pelo tratado de paz que o monarca português, mais fatigado das depredações e violências dos homens de armas e archeiros ingleses, do que das perdas da guerra, secretamente negociara com D. João I.

É êste glorioso passado, que ainda mais apouca a Simancas de hoje. Só o castelo mantêm a sua nobreza histórica. Antiga propriedade dos almirantes de Castela, os Reis Católicos compraram-no, em 1480, por doze *cuentos de maravedís de juro*, incorporando-o nos bens da corôa. A mudança de dono fê-lo também variar de destino, passando de domínio senhorial dos Enríquez a prisão de Estado. Sandoval, na sua *História de Carlos Quinto*, conta que Fernando o Católico ali mandou encerrar o vice-chanceler do Aragão, D. Antonio Agustín, porque ousadamente *requirió de amores à la reyna Germana de Foix*, sua segunda espôsa. Mas foi no tempo do Imperador e de Filipe II, que a história desta fortaleza se nubla de episódios trágicos.

O fogo e arrebatado bispo de Zamora, D. Antonio de Acuña, que tão valorosamente figurara na insurreição das *Comunidades*, aqui esteve prêso alguns anos. Um dia, na ânsia de evadir-se, mata o velho alcaide do castelo, Mendo de Noguero, seu carcereiro. Então, Carlos V, em processo sumário, sem defensor nem audiência pública, manda-o julgar e enforcar, na ameia correspondente ao torreão em que estivera fechado, e que ainda conserva o nome de *cubo del Obispo*. Assim terminou a vida do famoso agitador, na tarde de 23 de março de 1526, sendo êle próprio, quem durante o fúnebre cortejo, com voz firme e segura, por si mesmo entoou as orações rituais dos defuntos!

Em 1566, como representantes da nobreza flamenga, chegaram a Madrid o marquês de Berghes e Floris de Montmorency, barão de Montigny e governador de Tournay, na Flandres. Era seu encargo pedir a Filipe II providências contra as perseguições e atropelos que estavam sofrendo. O rei foi adiando a resposta; mas no próprio dia em que recebeu do duque de Alba a notícia da prisão dos condes de Egmont e de Hornes, mandou encarcerar Montigny no alcáçar de Segóvia. Transferido depois para Simancas, na noite dum sábado, 14 de outubro de 1570, quatro embuçados cavaleiros, que já tinham saído a ocultas da cidade vizinha, silenciosamente se apearam à porta do castelo. Era o alcaide da rial chancelaria de Valladolid, com esta comitiva lúgubre: um escrivão, um padre e o carrasco. A Montigny, que de nada suspeitava, é então notificada a sentença a que fôra condenado no processo que o duque de Alba mandara instaurar, em Bruxelas, contra êle e contra a memória do marquês de Berghes — que falecera poucos meses depois da sua chegada a Madrid — como réus de lesa-majestade, por cumplicidade na conjura



do príncipe de Orange. O domingo foi consagrado a práticas religiosas. E por volta da uma para as duas horas da madrugada do dia 16 — para que houvesse tempo de recolher o alcaide, ainda de noite, a Valladolid — era Montigny executado, *en tal manera — recomienda odiosamente a provisão régia — que, quanto sea posible, los que le hobieren de amortajar después de muerto... no conozcan haber sido la muerte violenta*. Era assim que Filipe II mandava cumprir a sentença, e depois fazia públicamente correr que o pobre Montigny fôra vítima de febres malignas!

Tem o castelo de Simancas uma dupla cinta de fossos e muralhas, com duas pontes de silharia, construídas no penúltimo quartel do século XVI, quando a velha fortaleza já começara a ser adaptada a arquivo geral dos *papeles* da monarquia espanhola. A cada ponte corresponde, no pano do muro, uma porta, ambas abertas no vão de dois cubêlos, a do norte, vulgarmente chamada *del Rey*, sobranceira à moderna estrada rial de Valladolid a Salamanca, e a do poente, que é a principal, à entrada da vila, única que dá agora serventia. Tem o castelo a fórma dum quadrilátero irregular, apoiado em quatro grandes torreões diferentes. Mas a sólida fortaleza mediéva, fronteira do reino de Leão, já sofreu modificações no primitivo plano, para se ajustar ao seu destino actual. Interiormente, porêm, as obras de adaptação foram completas: a escadaria de honra, o espaçoso pátio central, a construção de novas salas, a divisão das antigas, raros vestígios deixaram da primordial moradia dos almirantes de Castela.

Nas cincoenta e quatro salas dêste imenso edificio e em estantes de madeira, algumas delas preciosas, ou em armários cavados na espessura das paredes, com as prateleiras e divisórias em gêsso, estão arquivados milhões de documentos que, em outubro de 1915, formavam 74.767 maços. E ainda no ano antecedente, por ter o govêrno resolvido reunir no Arquivo Histórico de Madrid, anexo à Biblioteca Nacional, todos os papéis relativos ao Tribunal da Inquisição, para ali tinham sido transferidos 4.511 maços, com êsses documentos.

Há quem atribua ao cardial Jiménez de Cisneros, quando regente de Castela, a ideia de aproveitar a fortaleza de Simancas para depósito dos *papeles del Estado*. A Carlos V se deve, porêm, a criação do Arquivo, ordenando por *cédula* de 19 de fevereiro de 1543, endereçada ao presidente e ouvidores da chancelaria de Valladolid, que trasladassem do castelo de la Mota, em Medina del Campo, para o de Simancas as escrituras concernentes ao património rial, que ali tinham corrido perigo de incêndio, e as guardassem numa arca com duas chaves, que ninguém poderia abrir sem provisão sua. Depois novas disposições foram tomadas para a recolhida de outros documentos, quer na posse de particulares, quer pertencentes aos Conselhos e Tribunais da nação; e em 5 de maio de 1545, era o licenciado António Catalan nomeado *tenedor del archivo de Simancas*, com o



vencimento anual de cinco mil maravedís. Já então ocupavam onze arcas os papéis depositados no tomo nacional.

A segurança da fortaleza, experimentada em vários acometimentos e assédios; a vizinhança de Valladolid, onde o soberano fazia então, de preferência, a sua estância oficial: justificam plenamente a escolha do Imperador. Mas só no reinado de Filipe II, apesar de haver estabelecido a côrte em Madrid, distante quarenta léguas de Simancas, é que o plano esboçado por seu pai recebeu execução completa, ordenando em 1567 a Jerónimo de Zurita, cronista-mór do reino de Aragão e um dos homens mais eruditos do seu tempo, que por todos os meios se apoderasse e fizesse recolher àquele Arquivo *las instrucciones, memoriales, cartas misivas, escrituras, i otros papeles concernientes al Estado i negocios publicos*, que tivessem pertencido a *embaxadores, secretarios, ministros, i otros oficiales*, desde o tempo dos Reis Católicos, quer se encontrassem em poder dos seus herdeiros, quer de *otras qualesquiera personas, i en qualesquiera partes i lugares*. Mais providências tomou ainda Filipe II, exigindo dos Conselhos Riais, contadorias, tribunais, mosteiros e cabidos a entrega de todos os documentos pertencentes à corôa.

Importantes obras de acomodação mandou também êste monarca realizar no castelo. Mas de tantos favores que o arquivo lhe mereceu, nenhum talvez mais relevante do que a nomeação de Diego de Ayala, em 1561, para o cargo de arquivista, pelo cuidadoso interêsse que sempre demonstrou, não só na coordenação e classificação dos papéis ali guardados, como na averiguação e esquadramento de muitos outros, que ainda se conservavam ocultos. Foram até êsses serviços que tornaram o cargo de arquivista, por assim dizer, hereditário na sua família, uma espécie de património, de morgado, tácitamente instituído em favor dos seus descendentes. O último, falecido em 1844, chamava-se Hilarión de Ayala.

Constantemente acrescentado com as espécies mais variadas, durante os reinados de Filipe III, Filipe IV e Carlos II, a história do Arquivo de Simancas oferece-nos agora um episódio, que se prende com a intervenção de Portugal na guerra da sucessão de Espanha. Quando os monarcas da Europa souberam, com assombro, que o último representante da Casa de Austria, fraco, tímido, enfermiço, pusera termo às suas irresoluções, designando em testamento, como seu herdeiro, o duque Filipe de Anjou, filho segundo do Delfim de França, só o imperador da Alemanha, que julgara certa a herança para um de seus filhos, o arquiduque Carlos, se absteve de reconhecer oficialmente o jóven neto de Luís XIV. As hostilidades não tardaram, porém, a romper, tomando a Inglaterra, a Holanda e Portugal também o partido do pretendente austriaco. A notícia do tratado de 16 de maio de 1703, assinado em Lisboa pelos representantes das quatro potên-



cias aliadas, causou um verdadeiro terror na côrte de Filipe V; e logo que D. Pedro II declarou guerra à Espanha, depois da chegada do arquiduque em março do ano seguinte, o govêrno espanhol, receoso de que as fôrças coligadas invadissem a fronteira e avançassem sôbre Valladolid, mandou imediatamente retirar do Arquivo de Simancas e guardar com a maior segurança, em Burgos, os documentos concernentes às regalias da corôa. Só em setembro de 1706, quando o exército comandado pelo valoroso e hábil marquês das Minas, que tão brilhantemente conseguira fazer a sua entrada em Madrid, já retirava para Valência, diante de fôrças superiores, é que êsses importantes papéis recolheram ao Arquivo.

Enriquecido com novas espécies, nos reinados de Fernando VI e de seu irmão Carlos III, quando êste soberano, depois de haver fundado na Corunha o Arquivo da Galiza, resolveu também criar na capital da Andaluzia o Arquivo das Índias Espanholas, todos os papéis relativos ao descobrimento, conquista e administração do Novo Mundo foram, em 1785, mandados transferir de Simancas para Sevilha. Mas, a despeito dessa perda, o Arquivo Geral de Espanha podia sem exagêro considerar-se, em princípios do século passado, como um dos mais ricos e notáveis da Europa.

Da sua própria opulência resultou a extorsão de que foi vítima, durante as guerras napoleónicas. No empenho de fazer da capital da França a cabeça intelectual do mundo, deliberara Napoleão concentrar em Paris, não só os arquivos de todos os Estados sucessivamente incorporados no Império, mas até os daqueles países que, definitiva ou transitóriamente, viessem a cair em seu poder. A grande cidade tornar-se-ia o colossal depósito dos principais monumentos da história política e administrativa da Europa, como já era o centro de todos os monumentos de arte e de literatura, sistematicamente arrancados às terras invadidas.

A primeira revelação de tão gigantesco plano foi um decreto, firmado dias antes do tratado de paz de Schoenbrunn, mandando que os arquivos do Santo Império Romano-Germânico, existentes em Viena, fôsem imediatamente transferidos para Paris; e 3.139 caixas, cheias de documentos escolhidos por uma comissão especial, chegaram a dar entrada na capital do Império. Por êsse tempo, foram os arquivos do Vaticano sujeitos à mesma selecção, sendo apartados 102.435 maços, com alguns milhões de documentos, que Napoleão mandou remover também para França. E idêntica sorte sofreram pouco depois os arquivos do Piemonte.

Quando Napoleão, após a desastrosa capitulação de Bailén, se viu forçado a assumir a direcção da guerra em Espanha, ao passar por Valladolid, nos primeiros dias de 1809, não se esqueceu de pedir informações sôbre o Arquivo de Simancas; e, em agosto do ano seguinte, ordenou a Kellermann, cujo quartel general estava



instalado naquela cidade, que fizesse transportar todos os seus papéis para Baiona. A primeira remessa, composta de 60 caixas, foi expedida em 13 de novembro de 1810, chegando à povoação fronteiriça em 29. Mas como Kellermann ponderasse ao ministro do Império, príncipe de Neuchâtel, que para a remessa total dos documentos seriam precisas mais de doze mil caixas, Napoleão determinou que só se retirasse do Arquivo o que tivesse interesse histórico; e a escolha foi confiada a Guiter, que já dera provas especiais da sua competência, como presidente da comissão incumbida de transferir os papéis do Santo Império Germânico de Viena para Paris.

Pelas dificuldades de transporte e pouca segurança dos caminhos, Guiter só chegou a Valladolid em 4 de março de 1811; mas logo iniciou os seus trabalhos, coadjuvado pelo cónego D. Manuel Mogrovejo, o mesmo que, por encargo do general Kellermann, fizera a joeira dos primeiros manuscritos remetidos para França.

Segundo o relatório dirigido a Daunou, *Garde général des Archives de l'Empire*, havia então, no castelo de Simancas, vinte e nove salas cheias de papeis. A antiga fortaleza, desde 1809, que servia também de caserna a fôrças de infantaria, cavalaria ou artilharia francesas, que por vezes a transformaram num verdadeiro quartel. Pois não obstante as providências do intruso govêrno de José Bonaparte, recomendando o maior cuidado na conservação do Arquivo; apesar da carta do general Kellermann ao príncipe de Neuchâtel, noticiando-lhe *que cet important dépôt est intact et a été soigneusement conservé dans le même ordre où je l'ai trouvé établi* — como informa Gachard na introdução da sua obra, *Correspondance de Philippe II sur les affaires des Pays Bas* — o que se não pôde pôr em dúvida é que os soldados da guarnição de Simancas deterioraram um grande número de maços do *Registro general del sello*, das *Contadurías generales* e dos *Diversos de Italia*, espalhando e confundindo muitos documentos, assim como arrancaram e queimaram quasi todas as portas das estantes em que os primeiros maços se guardavam.

Propôs Guiter que fôsem mandados para França os papeis relativos às seguintes divisões do Arquivo: *Secretaría de Estado*, *Secretaría de la Cámara de Castilla*, *Consejo de guerra de tierra y de mar*, *Visitas en Nápoles, Sicilia y Milan* e *Cataluña, Aragón, Valencia y Cerdaña*, além de vários documentos escolhidos nas salas do *Registro general del sello*, *Escrivanía mayor de rentas* e *Pleitos fenecidos en el Consejo de Castilla* — talvez cêrca da quarta parte dos papeis existentes em Simancas. Depois, aguardando instruções, retirou-se Guiter para Valladolid; e nenhuma recebera ainda, quando chegou àquela cidade a assustadora notícia de que o exército francês, que ocupava Portugal, batia em plena retirada diante das tropas anglo-lusas. Para



não perder inteiramente o fruto duma viagem tão longa e tão incômoda, Guiter deliberou agir por sua conta, mandando construir a toda a pressa 152 caixas e remetendo-as para França, com preciosos manuscritos, entre maio e junho de 1811. Constituíam 7.861 maços os documentos assim arrancados ao Arquivo de Simancas, entre êles vários instrumentos originaes, da mais alta importância histórica, como os testamentos de Carlos V e da imperatriz Isabel, de seu filho Filipe II e do último soberano da dinastia austríaca em favor de Filipe de Anjou.

Assim que os Aliados restabeleceram o trono dos Bourbons, logo os países, cujos museus, bibliotecas e arquivos tinham sido postos a sacco, se apressaram a pedir a restituição de todos os objectos de arte, livros raros ou manuscritos de que estavam despojados. Em setembro de 1814, o embaixador espanhol reclamou do govêrno de Luís XVIII que os papeis de Simancas fôsem restituídos. Dada esta ordem ao *Garde général des Archives du Royaume*, que era o mesmo Daunou, observou êle ao ministro do interior do recém-nado reino, que entre os manuscritos provenientes dêsse Arquivo, alguns eram respeitantes a províncias, de há muito francesas, como a Borgonha e a Lorena; que também lá havia antigos títulos da casa real de França; e muito convinha, portanto, que tais documentos, formando 283 maços, permanecessem nos arquivos franceses.

Autorizado secretamente a conservar êsses papeis, Daunou expediu os restantes para Baiona, em 146 caixas. Mas não tinham chegado ainda a Bordeus, quando Napoleão desembarcava da ilha de Elba, no gôlfo Juan. O transporte ficou então suspenso; e só em março de 1816 é que o govêrno espanhol pôde rehavelos, enviando-os imediatamente para Simancas. Os empregados do Arquivo logo notaram as lacúnas, sendo remetida à côrte das Tuherias a lista dos manuscritos que faltavam, e solicitada com instância a sua restituição. O govêrno francês aduziu as razões alegadas por Daunou. A Espanha insistiu; mas as reclamações não tiveram êxito, continuando os referidos documentos nos arquivos de Paris, onde constituem, ainda hoje, uma das mais importantes e consultadas colecções. Além dos tratados, capitulações e poderes entre a Espanha e a França, desde o século XIV até o século XVII, lá se encontra também a copiosa e interessantíssima correspondência diplomática dos embaixadores espanhoes em Roma, Viena, Paris, Nápoles, Veneza e Milão, durante o mesmo período. Alguns dêsses papeis, como vários documentos referentes a D. Leonor de Áustria, esposa de D. Manuel e de Francisco I de França, ao tratado de paz entre Portugal e a Espanha, em 1668, interessam directamente à nossa história.

Para remediar a desordem do Arquivo, foi o ilustrado cônego de Plasência, D. Tomás González, incumbido então, na qualidade de comissário régio, de reunir e catalogar todos os documentos dispersos, trabalho que êle completou, organizando também in-



ventários de diferentes *Negociaciones*. Depois, entre 1820 e 1851, tornaram-se tão abundantes as remessas de papeis, enviados por diversos Ministérios, que nem um só aposento do castelo ficou devoluto, até as próprias dependências destinadas a moradia do arquivista, tendo o govêrno mandado construir para êste fim uma casa, fóra da muralha, junto da antiga e transformada fortaleza. Várias obras foi ainda necessário executar dentro do edificio, para o adaptar inteiramente a Arquivo Nacional.

\*  
\*  
\*

Franqueado ao público, como os outros Arquivos espanhoes, pela *real orden* de 20 de abril de 1844, numerosos investigadores, por ventura de todas as nações cultas, tem visitado até hoje Simancas, em busca de preciosos elementos para os seus trabalhos históricos. Os estrangeiros, geralmente subsidiados pelos governos respectivos, podem contar-se por dezenas; e não são poucos também os nacionais, que ali tem encontrado os mais variados subsídios para o documentado estudo de todos os aspectos da civilização espanhola. De Portugal é que os registos do Arquivo apenas apontam estes nomes: o falecido general Cláudio de Chaby, nos últimos meses de 1861, *sôbre a intervenção das tropas portuguezas nas guerras do Russilhão e da Península*, e cujos valiosos *Excerptos Históricos* são a manifesta prova dos abundantes documentos, que então colecionara; Albino Costa, no dia 15 de setembro de 1902, *sôbre o pleito de Alonso de Ojeda*; o ilustre escritor Antero de Figueiredo, no dia 8 de maio de 1914, *sôbre D. Fernando I de Portugal e sua mulher D. Leonor Teles*; e Antonio Ferrão, no dia 4 de agosto do mesmo ano, *sôbre assuntos de Portugal*. Do Brasil, depois do eminente polígrafo Francisco Adolfo Varnhagen, que ali esteve, em 1846, consultando diversos documentos relativos à *história e geografia do seu país*, também rarissimos visitantes figuram nos registos de Simancas.

A *villa* não oferece ao forasteiro as mais rudimentares comodidades; nem é possível, dadas as horas de trabalho no Arquivo — das oito da manhã às duas da tarde — pernoitar em Valladolid e vir diariamente a Simancas. Mas estas contrariedades nada influem nos verdadeiros investigadores, muitos dos quais ali se tem demorado dois e três anos consecutivos. É que a cerrada floresta de papeis, que enchem as cincoenta e quatro salas do castelo, como que domina e empolga e subjuga o estudioso, no insaciável empenho de examinar tudo, de ainda descobrir mais algum documento desconhecido.

Tem Simancas uma única hospedaria, o *Parador del Archivo*, cujo proprietário era, em outubro de 1915, o *alcalde* da *villa*. Bordando a estrada, que leva a Tordesillas, a antiga pousada exhibe o tradicional aspecto das estalagens castelhanas. Aos lados



da ampla porta, fronteira a uma das pontes do castelo, dois poiais de pedra se oferecem para descanso dos viandantes. Sobre o pátio, calçado de ladrilhos, abre a cosinha, que é ao mesmo tempo a sala de visitas da casa. Em volta da lareira, duas táboas embebidas na parede servem de bancos, com espaldeira de esparto. Aqui decorrem as horas, antes e depois da *cena*, ouvindo contar ao *posadero* ou à mulher as interessantes lendas de Simancas; mas não são menos curiosas as recordações dos simpáticos velhos, revivendo o passado, evocando mais uma vês alguns daqueles sábios estrangeiros que, nos últimos trinta anos, ali foram hospedar-se, e cujos bilhetes de visita, amarelecidos do tempo, se guardam carinhosamente num largo sobrescrito, que é o braço nobiliário da pousada.

Ao contrário do que sucedia antes da guerra, poucos estrangeiros tem agora visitado o Arquivo. Durante os trinta e tantos dias que lá estive, de setembro a outubro de 1915, só ali encontrei, e deixei ainda trabalhando, uma ilustrada senhora norte-americana, *Miss Alice Gould*, que há mais de três anos vinha dividindo os seus estudos entre êste Arquivo Geral e o de Sevilha, no propósito de consultar todos os documentos que interessassem a *Cristóvão Colombo* ou a algum dos seus companheiros das primeiras viagens.

Ao chegar a Simancas, era intenção minha procurar, entre os manuscritos da Companhia de Jesus, quaisquer notícias concernentes ao P.<sup>e</sup> Provincial *Miguel de Torres*, a quem o bispo de Targa, como procurador do cardial *D. Henrique*, em 1 de novembro de 1559 solenemente dera posse da Universidade de Evora, nêsse mesmo dia inaugurada; e ainda a outros jesuitas espanhoes, que ali foram professores. Mas quando soube que no Arquivo era grande a cópia de *papeles*, muitos dêles preciosíssimos para o exacto conhecimento da vida política e económica de Portugal, a partir do reinado de *D. Fernando*, entendi melhor proceder a outro trabalho, senão mais agradável, por ventura de maior utilidade para os investigadores portugueses ou estrangeiros, que pretendam estudar a nossa história, tão falha ainda, em certos pontos, dos elementos necessários para assentar doutrina indiscutível. E assim consegui organizar um Catálogo de todos os maços (*legajos*), exclusivamente relativos a Portugal, com o inventário dos principais assuntos a que se referem os documentos nêles contidos.

Estão êsses manuscritos divididos por três secções do Arquivo: *Patronato Real*, *Secretaría de Estado* e *Secretarías Provinciales*. Há muitos outros maços, pertencentes às secções denominadas *Secretaría de Hacienda* e *Secretaría de Guerra*, mais ou menos relacionados com a história portuguesa; mas a sua especialização — operações militares, abastecimento de víveres e munições, despesas de guerra, principalmente na campanha de 1762 — excluia-os logo de figurar nêste Catálogo.



No *Patronato Real*, que constitue a Série I dos *Papeles del Estado*, há 10 maços, subordinados ao título de *Capitulaciones y tratados con Portugal*. Dos documentos ali arquivados, destacam várias convenções e acôrdos, como o tratado de paz de 1373, celebrado entre D. Fernando e D. Henrique II de Castela; diversas tréguas ajustadas entre os dois países, em 1389 e 1393; e as pazes perpétuas de 1431-1432, firmadas entre D. João I de Portugal e o monarca castelhano, D. João II. Há também muitos contratos de casamento, como os da infanta D. Beatriz, em 1376, com D. Fradique, filho bastardo de D. Henrique II, e em 1383 com D. João II de Castela; de D. Afonso V com a infanta D. Isabel, a futura Rainha Católica; de D. Manuel com as infantas de Espanha, D. Maria e D. Leonor; e de sua filha, a princesa D. Isabel, com o imperador Carlos V. Os três últimos maços tratam especialmente da sucessão da corôa portuguesa, por falecimento do cardial-rei D. Henrique; nêles se encontram curiosas alegações de alguns dos pretendentes, éditos e sentenças contra o Prior do Crato e as actas originaes das Côrtes de Tomar, com o juramento dos príncipes D. Diogo e D. Filipe, pelos três Estados do reino.

A *Secretaría de Estado* compreende as Séries II, III, IV e V dos referidos *Papeles*. Nesta copiosíssima secção, os maços referentes á *Negociacion de Portugal* são 536, assim divididos: 72 na Série II, 22 na IV e 442 na V. A Série II é a mais importante, pois trata da *Correspondência* entre as duas côrtes, de 1478 a 1580. São bastantes as cartas autógrafas de monarcas portugueses: D. Afonso V; D. João III e sua esposa, a rainha D. Catarina; D. Sebastião; e D. Henrique. Mas abundam as cartas officiais e particulares dos embaixadores espanhoes, de alto valor histórico algumas, como as de D. Juan de Zuñiga, D. Luís Sarmiento de Mendoza, D. Juan de Borja, D. Juan de Silva, Cristóvão de Moura e duque de Osuna. São também interessantíssimas as instruções secretas, confiadas a diversos enviados extraordinários, como ao duque de Feria, para concertar as desavenças domésticas entre D. Sebastião, sua avó e seu tio, e a Fr. Hernando del Castillo para dissuadir o rei D. Henrique dos seus projectos de casamento, que muito indignaram a Filipe II; e, em geral, todas as informações relativas à sucessão de Portugal, à campanha do duque de Alba e ás pretensões do Prior do Crato. Nesta Série figuram também muitas notícias do Oriente, Africa e América; cópias de bulas pontificias; minutas referentes ao govêrno de Portugal, depois da sua incorporação na monarquia espanhola, desde 1580 a 1620; e até cartas de artistas célebres, qual uma de Francisco de Holanda a Filipe II, em 1572, lembrando-lhe os retratos que de Carlos V e da imperatriz Isabel fizera seu pai, Antonio de Holanda, em Toledo, e oferecendo-lhe dois quadros, um da Paixão e outro da Ressurreição de Cristo.

Os manuscritos da Série IV da *Secretaría de Estado*, sôbre



assuntos de Portugal, podem considerar-se uma verdadeira continuação dos pertencentes à Série II, pois vão de 1620 a 1678; mas a distribuição é defeituosa, porque na Série V se encontram também documentos do mesmo período. Entre êles há muitas consultas do Conselho de Estado, especialmente posteriores à Restauração de 1640; copiosa e variada correspondência diplomática; notas confidenciais sôbre as relações políticas de Portugal, Espanha, França, Inglaterra e Holanda; e diversas referências a factos particulares, como a descrição de uns tumultos que, em 1675, houve na Universidade de Salamanca, e cuja culpa se attribuía aos estudantes portugueses.

Na Série V, os 442 maços da *Negociacion de Portugal* repartem-se em dois grupos. O primeiro, composto de 30 maços, contêm alguns documentos que já deviam figurar na Série IV e que são evidentemente os mais interessantes. Referem-se uns ao govêrno da duquesa de Mântua, de 1636 a 1639; e outros a um lance ocorrido em Madrid, no ano de 1673, com o marquês de Gouveia, embaixador de Portugal, cujos criados desobedeceram à justiça, tendo-lhe depois a populaça apedrejado a casa. Os restantes papeis constam principalmente de informações diplomáticas ou minutas de despachos, até 1699.

O segundo grupo da Série V comprehende 412 maços, subdivididos em três partes. Às duas primeiras, *Negociado de Portugal* e *Legajos particulares*, pertencem 333 maços, contendo não só diversas cartas de soberanos portugueses, como toda a correspondência official dos embaixadores espanhoes em Lisboa, de 1668 a 1788. Nêste grupo dá-se o mesmo anacronismo que no anterior, pois também nêle figuram documentos relativos a anos abrangidos por outras Séries, anacronismo que resulta de não terem sido enviados na mesma época, para Simancas, todos os *papeles del Estado*. A terceira parte diz respeito a outros assuntos: *Negociado de límites en la América Meridional*; *Colonia del Sacramento*; *Cedencia de las islas de Annobon y Fernando del Pó por Portugal á España*. Os 79 maços desta collecção não entram no Catálogo. A falta de tempo — apesar do chefe do Arquivo, o sr. D. Juan Montero Conde, ter levado a sua amabilidade até a mandar abrir a sala de leitura, fóra das horas regulamentares — não me permitiu relacionar tais documentos, aliás importantes, principalmente os referentes à demarcação do Brasil.

A secção das *Secretarías Provinciales* corresponde aos antigos Conselhos instituidos em Madrid, junto da pessoa do rei, para a administração dos negócios públicos de Nápoles, Sicília, Milão, Flandres e Portugal. Os papeis concernentes ao nosso país comprehendem 34 maços e 129 livros encadernados em pergaminho. E' uma collecção preciosa a da *Secretaría Provincial de Portugal*, versando os assuntos mais variados, como as providências adoptadas para a perseguição do foragido Prior do Crato; processos de habilitação para as Ordens militares de Cristo,



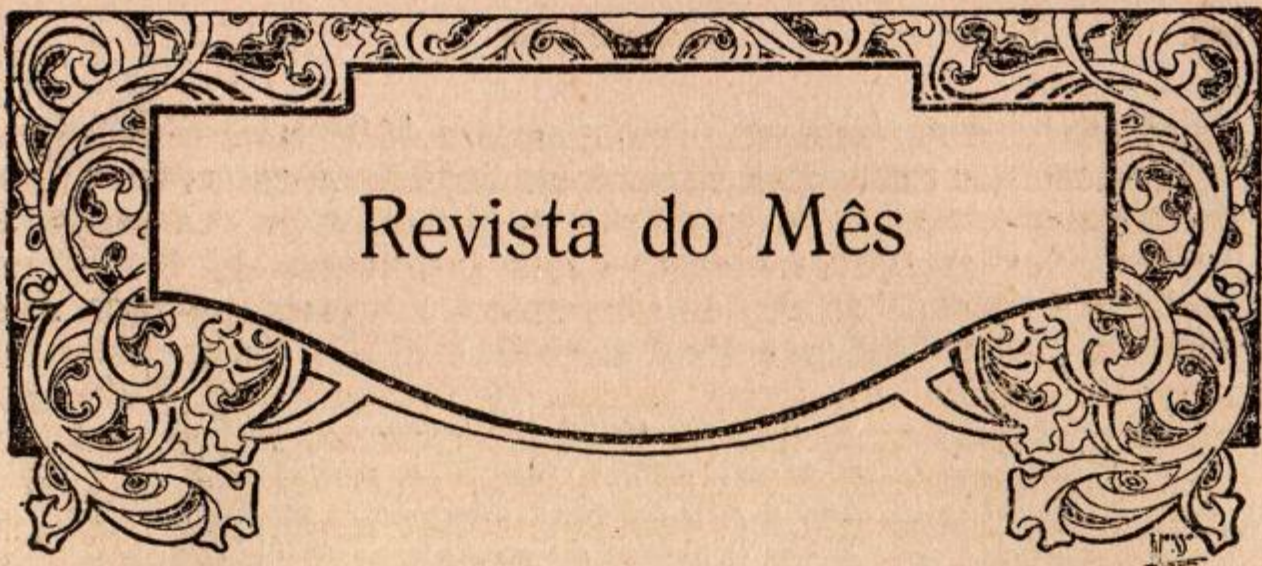
Santiago e Avís, que se prolongam até 1668, quer dizer, até à celebração das pazes com a Espanha; registo de cartas e mercês; os regulamentos da Misericórdia de Braga e da Alfândega de Lisboa; despesas e rendimentos das Capitanias do Brasil, em 1605; e as ordens do dia do almirante D. Alvaro de Bazan, marquês de Santa Cruz, de 1580 a 1587. Se bem que o maior numero de documentos d'esta *Secretaria Provincial* diga respeito, como o próprio titulo da secção está indicando, ao período posterior à conquista de Portugal — pois só então foi êste reino uma *provincia* da Espanha — outros há muitos anteriores, como um breve do Papa Paulo III, em 1539, por causa da tranferência da Universidade para Coimbra. Aqui se notam também os defeitos da primitiva arrumação do Arquivo; mas é uma falta, na realidade, sem remédio, por mais que se procure melhorar a numeração e a catalogação dos maços em assuntos e matérias, já que não pôde alterar-se a ordem antiga, dadas as inúmeras citações dêstes documentos, em tantas e tão importantes obras publicadas, espanholas e estrangeiras.

Este brevíssimo resumo basta para dar uma ideia aproximada da riqueza dos manuscritos existentes no Arquivo Geral de Simancas, sôbre assuntos de Portugal. A todos abrange o Catálogo, que será ainda acompanhado das anotações indispensáveis para o esclarecer e completar.

Durante os trinta e tantos dias que demorei em Simancas, tive sobejo tempo de observar a disciplina, a regularidade, a intelligente direcção de todos os serviços do Arquivo. Isso me é grato consignar aqui, não só como reconhecimento dos favores que me prestou o seu erudito chefe, mas também como saudação ao ilustrado *Cuerpo Facultativo de Archiveros, Bibliotecarios y Archeólogos*, donde modernamente tem saído alguns dos mais notáveis escritores da Espanha.

J. M. DE QUEIROZ VELLOSO.





## Revista do Mês

### O MÊS LITERÁRIO

*ILHAS DE BRUMA*, por Afonso Lopes Vieira, edição da Livraria França Amado, Coimbra.

O poeta ilustre que assina êste livro tem a religião da sua pátria, o fervor de uma fé que se multiplica em gestos culturais. O romanceiro, a lenda, a história, a tradição e a anedota ingénua fornecem-lhe uma adorável matéria prima que a sua musa trata com o carinho dos seus milagrosos dedos de fada. Uma vez ou outra, porém, Lopes Vieira prende-se de mais com a música da palavra. Mas isto nem chega a ser um defeito . . . É, antes, um excesso da sua técnica riquíssima. Também os milionários, às vezes, para se sentirem bem senhores da sua riqueza, espalham pródigamente o seu ouro, só para o verem brilhar ao sol.

*FANTOCHES E MANEQUINS*, por Augusto de Castro, edição da Livraria Santos e Vieira

Êste livro lê-se com tal agrado que a gente, quando lhe chega ao fim, gostaria que êle nunca acabasse.

É terno, irónico, sentimental, maligno e esperto — mas todos estes epítetos lhe conveem, como se foram um único. Augusto de Castro, à fôrça de comentar as cousas leves e breves da nossa idade, conseguiu tornar-se tão impreciso e subtil que a sua prosa é quasi imponderável. Não busca os tons fortes e por isso nós o iríamos lendo eternamente, como, nos violentos meios-dias de verão, quiséramos escutar o murmúrio fresco de uma fonte, em quanto os nossos sonhos voam por largo, pastoreando quimeras.

J. MANSO.

*EMQUANTO A VIDA PASSA*—por Joaquim Costa. *Ed. artistica.*

À maneira duma asa branca, voando a um cair da tarde, pondo nas águas dum rio uma sombra leve — em todo êste livro perpassa uma saúde . . . O poeta já ilustre de «*Rosal em Flor*» fixou nos versos de «*Emquanto a Vida passa*» o seu modo definitivo de sentir e de exprimir a Beleza. Os versos são duma transparência límpida. Nem crispações, nem atitudes, nem clamores.



Meias-tintas. Flocos elegíacos de luar. Canteiros de flores ingénuas (o bem-me-quer serve ao poeta de *ex-libris*). A sua divisa é — *por bem querer*. Com efeito, por bem querer é que o autor escreve as suas estrofes — e ama, e sonha, e sofre. É, de resto, o destino dos verdadeiros poetas.

Como dizíamos, a saúdade anda-lhe sempre a perfumar os carmes. Joaquim Costa no-lo afirma em lindas desgarradas :

*«Saúdades, tenho saúdades,  
Elas são minha riqueza,  
São o pão de cada dia  
Sobre a toalha da mesa.»*

Recordações de figuras amadas e perdidas passam-lhe nas páginas, à semelhança de lírios místicos, nas longas avenidas da Morte . . .

Os versos convertem-se-lhe então em preces. Põe-se a enterrar quimeras . . . É a vida dos poetas !

Quando a quando, pressente-se o bruxulear de alguma luz mal doirada, de estrelinha nascente, que lhe prende os olhos e lhe põe na alma triste ruflos de asas claras, um desfolhar de pétalas divinas . . . É a luz dos contos de fadas, que os poetas andam sempre a lóbrigar ao longe, nas serranias da vida. E a luz bemfazeja vai enchendo os negrumes do horizonte . . . Chamará-lhe Ideal. Musset chama-lhe Amor :

. . . *«C'est le besoin d'aimer; hors de là tout est vain!»*

Nos versos de *«Emquanto a Vida passa»* não há cinzeladuras parnasia-nas, exotismos, revérberos de esmaltes; não há simbolismos artificiais, extravagâncias. Nem Heredia nem Saint-Pol-Roux. A forma é esbelta e sóbria, clássica, nem outros vestidos se adaptariam àquela inspiração melancólica, tocada de amorosa religiosidade. Cada poeta, cada artista, tem de vestir as emoções com o trajo que lhes quadra. A forma é bela, quando é a que melhor se ajusta à ideia ou sentimento inspirador; nem se pode separar do tema que emmoldura. São elementos que se fundem, de tal maneira unidos, que não há separá-los. A forma, sob um ponto de vista objectivo e retórico, delícia de bons desembargadores arcádicos, é coisa fútil, artificiosa, empalhada. São as araras mortas dos museus. Imaginem-se os mais puros sonetos de Antero vasados nos mais ressoantes moldes bocagianos — *de zabumba e caixa*, como dizia Camilo.

Os sonetos, que constituem a maior parte de *«Emquanto a Vida passa»*, descendem de Camões, de Fr. Agostinho da Cruz, de Antero; continuam a maneira essencialmente portuguesa; afirmam certamente, com viva originalidade, um admirável temperamento lírico. Não há um único alexandrino no volume; não seduzem o autor as combinações do verso livre. O poeta é um violinista de melodias deliciosas, autênticamente português.

*«Emquanto a Vida passa»* ficará na vida do autor como o padrão que assinala as suas afinidades estéticas com os nossos poetas de raça, que não precisaram de artifícios para criarem uma arte que jãmais envelheceu através dos figurinos mais fantasiosos, e cujos cristais radiosos nem o tempo pôde ainda embaciar. O modo de ser pessoal do poeta está ali nítido e vivo — na



redondilha das canções, no rimance das «Armadas», nos decassílabos que encerram, em redomas de vidro claro, a flor divina da emoção. A expressão atingiu, com a maior simplicidade, a maneira mais idónea, e, portanto, perfeita. É um livro de alguém.

*MIREN USTEDES* — por Leal da Câmara. Ed. ilustrada da Livraria Chardron.

«De Espanha nem bom vento, nem bom casamento» — diz o povo. O aforismo parece-nos desmarcadamente injusto, quer o restrinjamos, quer o generalizemos. Além de casamentos, que, para os noivos, devem ter sido deliciosos, os ventos de Espanha trouxeram-nos agora um livro excelente, escrito por Leal da Câmara.

*Miren Ustedes* compõe-se duma série de entrevistas, que o nosso ilustre compatriota realizou com diversas figuras representativas do país vizinho, entrevistas em parte dadas a lume no jornal *A Noite*, do Rio de Janeiro. E é-nos grato afirmar desde já que o artista de larga nomeada que é Leal da Câmara se nos revela um escritor e um jornalista moderno e primoroso — outra face igualmente scintilante do seu talento múltiplo.

O livro é, como diz o autor, *Portugal visto de Espanha*. Para isso lhe foi preciso escutar opiniões que marcassem, ainda as mais contraditórias. Na hora grave da História em que Leal da Câmara transpôs a fronteira, já nós estávamos em guerra com a Alemanha. *Miren Ustedes* tem, como se vê, uma actualidade flagrantíssima.

O livro teria êxito em qualquer ocasião pela arte fácil e viva das suas páginas, pela ironia fúlgida, pela sagacidade dos juízos; agora avulta, porém, singularmente o seu interêsse. O problema peninsular era para muita gente uma esfinge: esfinge de bronze, para uns; de chocolate, para outros. Leal da Câmara quis ouvir-lhe as palavras proféticas.

Foi assim que conversou com o Sr. conde de Romanones, cujo retrato nos traça literariamente a primor, dando-nos ainda um incisivo *portrait-charge*; ouviu o general Burguete, o célebre escritor militar *nuestro hermano*; palestrou, entre muitos, com o grande Galdós, aliadófilo, e com os germanófilos Benavente e Pio Baraja; ouviu a palavra ilustre de D. José Costillejas — e abriu-nos o volume, entrevistando logo no combóio a mais representativa das figuras de Espanha, o exímio toureiro *Joselito* — *que es por la neutralidad*. . . Com efeito, num país em que se levantaram quatro centas e quinze praças de toiros, e onde o povo se esportula anualmente com trezentos milhões de psetas para ver tourear, as palavras de *Gallito* valem a pêso de oiro. . .

O autor conta-nos ainda o que pensa D. Afonso XIII, segundo um íntimo do paço, amigo particular do soberano. E entre outros, os capítulos *A organização alemã em Espanha*, *Conspirações contra a República Portuguesa*, *Um plano que falhou*, contado por D. Ramon del Valle Inclan, em que se distribuíam reis pela península, e havia abdições de pretendentes — trazem-nos muitas revelações *à frisson*, e passagens um pouco de cavalaria andante, mas em que se deve meditar.

Leal da Câmara, depois de exarar com exactidão, como competia ao cronista, tudo o que foi ouvindo, é de opinião que Portugal e Espanha se desconhecem. Também assim pensa o Sr. conde de Romanones. Leal da Câmara



afirma que é preciso desenvolver o conhecimento mútuo dos dois povos; que se tem de estabelecer uma comunhão estreita entre os representantes da intelectualidade e da arte peninsulares. Aqui deixamos o alvitre, que nos parece ponderoso. Na realidade os dois povos ignoram-se. É já pecha antiga. De lado a lado, mesmo entre a gente culta, há exageros ou se fazem *blagues*. Até Fradique, o arguto e admirável Fradique, já afirmava, mesquinamente, que «*Os Romanceros, o D. Quixote, alguns dos Picarescos, vinte páginas de Quevedo, duas comédias de Lopo de Vega, um ou outro romance de Galdós, era tudo quanto bastava ler na literatura de Espanha...*»

O livro de Leal da Câmara deve ter uma grande voga. E se conseguir que os dois povos venham a saber apreciar-se com justiça, depois de se conhecerem *de verdad*, terá realizado uma obra difícil e excepcionalmente meritória.

## O MÊS ARTÍSTICO

### EXPOSIÇÃO NACIONAL DE BELAS ARTES

Escudos saraivados de ocre em mastros vermelhos, cartazes com figuras exóticas do baile das Quat'z'arts, bambolinas de pano crú no sôbre-céu das ruas, anunciavam o ano passado a exposição de Belas Artes. Era o *Salon*, menos as charangas, as filas de automóveis, e *os camelots* de voz alcoólica pregoando catálogos e crítics de críticos célebres. Êste ano, a Exposição abriu em silêncio e fechou em silêncio. Parece que houve pudôr em assoalhar o certâmen, ou que, o meio enfartando-se de arte por êsse inverno fóra, ocioso fôsse soar o carilhão. Talvez uma coisa e outra, somadas à carestia de tintas, de papel, de originalidade, mercadorias estas que vinham dos países em guerra. Quem a esta Exposição fôsse procurar o progresso da arte portuguesa sofreria uma decepção; já não dizemos o progresso duma escola, porque após as teorias de Picasso e Matiss, queda discutível se, dos desenhos na pedra, do homem das cavernas, às pinturas de Zuloaga, há uma distância apreciável, mas o progresso individual, singular, neste ou naquele. Afóra raras excepções, o estagnamento, a incerteza, a queda eram as características que mais avultavam ao exame.

Na secção de escultura, Francisco dos Santos e D.<sup>a</sup> Maria Ribeiro levantam um sôpro de grande arte; Francisco dos Santos, com créditos já feitos, D.<sup>a</sup> Maria Ribeiro, em via de consagração, tendo com a *Pandora* ajuntado um estádio mais àquele *l'Echo*, de tam eloquente mau gôsto como revelador já de visão exacta e mão hábil. *Pandora* é um nu, concebido segundo o jôgo de curvas da *Vénus acocorada*. A identidade com o título é irrisória, mas possui lances impecáveis de fórma, sentimento, delicadeza sem maneirismos, e uma sinceridade simples de factura, que podem conduzir longe. Não é feliz em suas rubricas, mas que importa? Rodin tem exposto sem nomes.

A *Esfinge* de Francisco Santos é mimosa, duma impressão soberana. Aquela maneira de dar o contraste, em estatuária, da luz e das sombras, vimos-la exercida por Diogo de Macedo na exposição da Liga Naval, com aquela constância que imprime carácter. Não é uma descoberta de técnica, mas é uma modalidade na fórma. Espontâneamente, por impressão involuntária de retina,



ignoramos se com continuidade já, incorreu Francisco dos Santos num processo por outrem levado até a possessão. Em isto mais acidente que circunstância essencial, *Esfinge* é um pedaço de mármore onde passa uma pura e alta emoção de arte. Tendo a finura de *La Pensée* de Rodin, é a mostra perfeita de mão nervosa e maleável. Os dois outros trabalhos — subalternos, no entanto, superiores àquele *Nuno Alvares* tam vincadamente éfebo.

Diogo de Macedo, na obsessão de *L'age d'airain*, apresentou um *Despertar da raça*, vago de ideia, anatomicamente bem cuidado, dum movimento sóbrio, sem teatralidade. Falho de sentimento e sem aquela procura de original que êste artista rebusca em suas produções. A par de isto, trabalho voluntarioso e de fôlego.

Maximiano Alves fugiu da metafísica dos símbolos para a realidade dos retratos. Observando com acuidade, modela bem e com rigor. João da Silva inegavelmente hábil; no *Triunfo* transparece a meticulosidade dum medalhista, nanja o *brio* dum estatuário.

Costa Mota, tio, expõe, uma *Pastorinha*, tam preciosa como a preciosa *Maria da Fonte*. Artista delicado, maneirinho, amoroso das belas ordenanças, os seus mármorees parecem talhados para os *Triunfos* mortos, que não para esta lobêda do tempo do carvão e do aço. Os assuntos à Gessner quadram-lhe à maravilha; mas fuja o ilustre estatuário de interpretar Marias da Fonte que a revolucionária do Minho, no dizer de Camilo, era uma labrêga de pata cavalariça, manápula dura, os seios a pojar do colete de atacadores, moles de mil mãos de soldados. Além disso bêbeda, desnalgada, faceira. Um escolho para Gerôme, e Costa Mota tem muito dêste famoso esculptor.

Timidamente, com respeito imoderado, estacamos ante os *Meninos dormindo*, de Teixeira Lopes. Compreendemos que o grupo suscitasse monografias (em prosa e em verso; o próprio Herodes enternecer-se-ia. Aqueles meninos, em primária vegetabilidade, fariam honra no átrio dum lactário. Gordos, rechonchudinhos, mingua-lhes aquele lirismo abscôndito dos elfos e dos silfos que voltejam na chama pura dos sonos infantís, mas sobra-lhe aquela esparrame de animalidade que desata a vida dumas ilhargas fecundas. O impassível observador da *Caridade* e da velhice deixou ali a geórgica da enxúndia. Para o nome alevantado de Teixeira Lopes é pouco. Com perdão dos realistas, as dedadas de D.<sup>a</sup> Amélia teem uma signa fatal.

Costa Mota, sobrinho, Moreira Rato, etc., não destôam da personalidade que até hoje alcançaram.

Na pintura ressalta no mar morto de tanta tinta, esbanjada a monte, um envio de Alves Cardoso. É o *retrato de M.<sup>lle</sup> Camara Rodrigues*. Tela com mais pujança, maior simplicidade de técnica, ainda se nos não deparou nas exposições portuguesas. Longe os seus retratos de estilo gasto, o seu impressionismo incerto entre Sorolla — parece-nos bem — e a escola da Jugend — também nos quer parecer. Aquele retrato é digno da *Femme en rose* e *Nana* de Manet, que se não podiam encarar sem funda emoção. Iberismo, leveza, vigor, carácter, harmonia, não há pecha que ensombre a beleza superior daquele quadro. Tudo o que está em tórno entra na penumbra, rechaçado pelo seu brilho singular. E até este azar atinge Dordio Gomes, pintor muito pessoal, duma sentida ternura e processos notáveis no *Retrato de minha mãe e Duas irmãs*. Tranluz nêle aquela sobriedade que Wistler imprimia aos retratos. *O Rancho*



*da Azeitona*, do ano transacto, inculcava, por outro lado, um artista de grandes recursos, curioso de novidade.

Bonvalot perdeu aquela fogosa audácia que na *Lição d'anatomia* o levava a ousar um assunto que Rembrandt marcara *do non plus ultra*. Enfeudando o seu pincel a Boldini, deixou-nos, todavia, a impressão de estilizar bem e de mão hábil. *O retrato do actor Amarante* não lhe alonga o crédito, nem tampouco os outros trabalhos expostos. A despeito da frieza, e sequidão do arranjo, a sua *Lição* despertara um sussurante interêsse. Para comêço de carreira, Bonvalot quebra, apesar de tudo, armas muito honrosas.

Migueis, que nas aguarelas tocara a dolente suavidade de Puvis de Chavannes e trouxera à exposição geral telas de grande sentimento, não obteve a expressão requerida naquela figura de concentrada melancolia. O pincel, no esbatido do olhar, falseou-o. A arte de Migueis, toda cheia de ternura, denota um temperamento muito igual e seguro.

Salgado e Malhõa escusam a menção da pena passageira. No ar livre, ainda que sujeito aos velhos moldes, é Salgado mestre da transparência e da harmonia, pôsto que convencional. Onde é que os verdes, na vegetação portuguesa, teem aquela luminosidade que lhes dá? Ferrete, negros de seiva, é que êles se antolham.

João Vaz, o sempre-mesmo até o infinito. Carácter por certo; monotonia e repetição, quem duvida? Mas é aquela, em arte, uma difícil e rara qualidade; Vaz tem-na.

Rui Vaz concorreu com cinco telas que teem o subido mérito de revelar um artista que se não dispersa. Todas elas pertencem a um mesmo e sentido pincel. Serenidade, perfume, retina musical, dão-lhe individualidade. É êste um dos artistas que na exposição rompe a modorra quási geral.

Com uma noção estreita de arte, mas senhor dum pincel engenhoso e dúctil, aparece-nos Constantino Fernandes. *O retrato*, ainda que vasado pelo padrão *pompier* na minúcia e no alinhamento, assinala-se pelo equilíbrio e êste e aquele rasgo de factura. *O interior* porêem, é indigno da autoria do Sr. Constantino Fernandes - com muita vénia à sua reputação, o dizemos. Aquilo é tudo, desenho impecável, documento fiel, virtuosismo, mas arte é que não é. *O Salon des Artistes Français*, tam comesinho na escolha, rejeitava-lho.

Almeida e Silva, numa natureza morta, aliviou-se daquele academismo glacial que hostiliza em seus quadros. A sua técnica forte é digna do caminho que, parece, entreviu. Oscilante, sem rumo, José Campas, ouvindo as avé-marias no Fundão, verteu para o céu e trajar português o *Angelus* de Millet. Êste artista, não obstante, sabe pintar.

Saúde, Trigoso, Navarro da Costa, não desmerecem do conceito já granjeado; Martinho da Fonseca, Armando de Lucena, Romero, Simão da Veiga, Vieira Guimarães, Guedes de Sousa foram admirados.

As belas artes vão encontrando obsequiosas cultoras no mundo feminino. Distantes os tempos em que Josefa de Óbidos era um escândalo. D.<sup>a</sup> Fanny Munró, M.<sup>lha</sup> Mily Possoz, Condessa de Alto Mearim, D.<sup>a</sup> Zoé Batalha Reis, D.<sup>a</sup> Maria Amélia de Magalhães Carneiro, Hermegilda Gilman de Carvalho, D.<sup>a</sup> Irene da Costa, D.<sup>a</sup> Margarida da Costa, D.<sup>a</sup> Berta Nery Durão, D.<sup>a</sup> Filomena de Freitas, D.<sup>a</sup> Maria Alice de Sousa Leitão, D.<sup>a</sup> Alda Machado, D.<sup>a</sup> Maria Margiochi, D.<sup>a</sup> Maria Mauhin, D.<sup>a</sup> Maria Medeiros e Almeida, Viscon-



dessa de Sistello, D.<sup>a</sup> Maria Amelia Freitas Ribeiro Pereira, D.<sup>a</sup> Eulália Santos, D.<sup>a</sup> Aurélia de Sousa, D.<sup>a</sup> Sofia Martins de Sousa, nomes nomes são, que vão criando um ciclo artístico, amável e digno de aplauso.

A impressão sintética, com perdão do deleitável concurso de tanta senhora, é que a arte portuguesa, salvo um ou outro nome, está parada. O movimento frenético, que arrastava as artes antes da guerra, mal se repercutiu entre nós. A escola portuguesa, ao serviço duma terra rica em louçanias, dum céu tão variado de tons, do homem tão particular em sua feição regional, está por criar.

AQUILINO RIBEIRO.

### CRÓNICA MUSICAL

O mais notável acontecimento musical desta época foi a vinda a Lisboa da orquestra de arco da Associação de Música de Câmara de Barcelona, dirigida por D. José Rabentós. Foram dois os concertos dados por êste magnífico grupo de trinta e dois executantes, todos moços, nos dias 23 e 24 do Março no Teatro Politeama.

Da juventude dos executantes resulta em grande parte o fogo, o ardor, a emoção das execuções, e de modo algum menos perícia técnica que é, pelo contrário, perfeitíssima em todos. Vários senões se apontaram à orquestra, entre os quais o de a *ária da suite em ré*, de Bach, não ser tocada no tom original, mas numa transposição que permite ao violinista executá-la na quarta corda; se é certo que isto é assim, não o é menos que esta alteração não foi abusivamente feita por esta orquestra, antes é já antiga e tem, por assim dizer, foros de cidade, estando mesmo já gravada e editada; claro está que seria preferível a execução do original, mas, neste caso, não me parece grave atentado a alteração. Houve também quem achasse a interpretação dos clássicos demasiadamente apaixonada; esta questão é das mais interessantes e importantes que na execução musical se levantam, e por isso, pôsto que muito debatida, nunca é de mais insistir nela. Todos recomendam a sobriedade na execução dos clássicos, mas nem todos se explicam claramente quanto ao sentido que ligam à palavra. A sobriedade é, no sentido lato, a moderação, e, se por isto se entende que o executante deve ser moderado na liberdade de interpretação, é evidente que essa sobriedade é necessária para todo e qualquer trecho de qualquer escola. Mas a sobriedade que se recomenda só para os clássicos tem um sentido mais restrito, e consiste em não procurar efeitos que os autores não pretenderam, já por os instrumentos do seu tempo os não comportarem, já por êsses efeitos serem consequência de sentimentos inexistentes ao tempo em que os autores escreveram: é êste um método de interpretação a que pode chamar-se histórico. E' fácil ver que a aplicação rigorosa dêste método não é possível: basta que se execute em pianoforte um trecho escrito para cravo para que a impressão não seja a mesma; por outro lado, por muito que o intérprete abstraia da sua maneira de ser moderna, não o conseguirá totalmente. Na maior parte dos casos, o executante resolve a dificuldade tocando com uma insensibilidade mecânica; julga-se assim ao abrigo do êrro de falta de sobriedade, não se lembrando que cai num êrro muito maior, que é o de falta de arte, isto é, exactamente daquilo que o justifica. Esta maneira de interpretar, ou antes, de não interpretar, por ser a mais comum, criou nos ouvintes um hábito, que é o de condenar a mais ligeira expressão sentimental que se imprima a um trecho clássico, e especialmente a J. S. Bach. Ocorre perguntar o que significa a obra, se não é a tradução dum sentimento, e por que razão foi ela escrita. . . Se entre nós pudessem executar-se as *Cantatas e Oratórios* de Bach, a surpresa dêsses seria grande, e certamente mudariam de opinião. Não se deduza, porém, destas palavras, que eu defendo uma interpretação impulsiva, o abuso do sentimento, a mudança contínua de ritmo e de sonoridade; de modo nenhum; a ideia do autor tem de



ser respeitada, e é por isso mesmo que não pode admitir-se a frieza absoluta do intérprete: ambos os extremos são maus, mas este ainda pior do que aquele. No primeiro caso, não se respeita a ideia do autor, mas comove-se o auditório; no segundo, nem uma nem outra coisa.

Não pecaram as execuções da excelente orquestra por nenhuma destas causas; os programas é que pecaram por uma excessivamente larga representação de românticos, reduzidos os clássicos à já citada *ária* de Bach, ao *Concerto* de Vivaldi, *Serenata* e *andante* da *Cassation* de Mozart.

\*\*\*

A 2 de Abril realizou-se no mesmo teatro o concêrto da pianista Marie-Antoinette Aussenac.

Tinha ouvido esta artista em dois concertos por ela dados o ano passado no Teatro Nacional de que me ficaram saúdaes. Num recital de piano, — como em geral em todas as manifestações artísticas, mas tanto mais quanto mais íntimas —, o ambiente da sala é elemento capital da emoção; nos concertos do Nacional criara-se essa atmosfera de distinção e intimidade que estabelece a comunhão do artista com os ouvintes, e daí a agradável recordação que elles deixaram; outro tanto não aconteceu com o concêrto do Politeama, devido a várias causas que não vale a pena analisar. Não quere isto dizer que não fôsse sumo prazer ouvir a distintíssima pianista, cuja técnica, de maravilhosa leveza, assombra e encanta.

As extraordinárias qualidades da esplêndida artista revelam-se brilhantemente na música francesa contemporânea; assim, foi admirável a execução dos trechos de Debussy, Fauré e Ravel. O mesmo se não dá na música elevada, isto é, naquella que é mais que um simples prazer de momento, uma cócega no ouvido; aí, peca a interpretação por nela empregar a pianista o mesmo processo que usa para aquella, de modo que, por exemplo, o *Prelúdio, coral e fuga* de Franck, que fazia parte do programa, perde o seu carácter de severo sentimento religioso; em Chopin, para cuja execução a técnica da pianista admiravelmente se presta, uma excessiva liberdade, que vai à licença, altera absolutamente o texto.

De resto, a própria pianista é a primeira a reconhecer e confessar êsses defeitos, dizendo que só toca bem a música má. Pena é que assim seja, pois isso revela um fundo de frivolidade, que é exactamente o contrário da essência da Arte.

Acompanhada da orquestra do teatro, tocou M<sup>lle</sup>. Aussenac a *Balada*, de Fauré, que resultou incompreensível, e o conhecido *Concerto em sol menor* de Saint-Saëns, em que foi perfeitíssima, embora ao final já se ressentisse do cansaço produzido pela execução do longo programa.

\*\*\*

A 15 de Abril fez Rui Coelho executar por uma grande orquestra, no Teatro de S. Carlos, a sua *II Sinfonia Camoneana*, aproveitando o ensejo para também fazer ouvir alguns trechos duma pantomima intitulada *Lenda de Inês*.

Pelo que se pode avaliar dos excertos executados, trata-se duma obra de música portuguesa, no alto e bom sentido da expressão; sem ir buscar os temas ao *folk-lore*, dá o autor uma impressão funda do sentimento nacional, por não sei que pressentimento que êle decerto não saberá explicar, nem tampouco o ouvinte; o certo é que não há portuguezes que não sinta, ao ouvir alguns dos trechos, despertar dentro de si a alma ancestral da raça. Talvez seja a impressão saúdosa, que parece ser o elemento mais saliente da sentimentalidade portuguesa, a causa dêsse despertar: sendo assim, Rui Coelho continuaria a tradição dos antigos compositores portugueses, que já procuravam a tradução musical dêsse sentimento, como se deduz desta passagem de João de Barros:

«Em a theoria da Música, que trata de numero comparado, passey tres



consonancias simples : Diapassam, que entra em proporçam dupla : Diapente em sesquialtera : Diatessaram em sesquitercia com todas suas vozes e intervalos, tons e semitons, mayores e menores, com que faço obras e composturas mais excellentes que as de Regnem e Josquim : porque elles compoem sómente ao modo francez, e eu Francez, Italiano e Espanhol, que he mais saudoso.»

Mas não importa agora investigar das causas ; basta constatar o efeito, e ter a satisfação de aplaudir uma obra que, sendo bela, é eminentemente nacional.

Não era, porém, a audição destes pequenos trechos líricos o fim do concerto, mas sim a da *Sinfonia*. Infelizmente, não podem aplicar-se a esta as palavras de elogio e incitamento que aqueles merecem ; pelo contrário, só lhe competem censura e reprovação.

Efectivamente, é quasi impossível conceber coisa mais absurda, mais desequilibrada, mais monstruosa, que esta obra, que é, não «compostura» como se dizia na antiga linguagem, mas «descompostura». Aquilo a que o autor chamou sinfonia escapa a toda a análise : só pode analisar-se o que tem lógica, e ali não há lógica, nem equilíbrio, nem proporção ; é uma série de sons — e que sons ! — sem forma, sem ideia, sem significação.

Entre a primeira e a última parte, há um *intermezzo* delicioso de lirismo, que seria interessantíssimo como trecho solto, ou como número da *Lenda de Inês* ; aqui, apenas tem por efeito tornar mais sensível a horripilante fealdade do todo.

Seria interessante procurar as razões que tornam possível que a mesma pessoa que revela tam boas qualidades líricas, não compreenda o horror duma obra, que, pretendendo ser musical, é charivárica, pretendendo ser épica, é caricatural, e pretendendo comover, apenas consegue ser ridícula e revoltante.

Mas, além de não ser fácil, não cabe tal investigação nos moldes desta crónica.

HUMBERTO DE AVELAR.

### REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DE LISBOA

A Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa resolveu encetar a publicação de uma grande *Revista*.

É um facto que merece ser destacado em qualquer meio científico e que entre nós vai causar verdadeira sensação.

Pela primeira vez em Portugal se tenta um empreendimento semelhante. A *Revista da Faculdade de Direito*, que será publicada trimestralmente, divide-se desde já em três secções : *sciencias económicas*, *sciencias políticas* e *sciencias jurídicas* — e em qualquer destas secções tende a formar um repositório onde se actualizem as mais interessantes afirmações destes três grandes grupos de sciencias sociais e a documentar, por uma larga colaboração de professores e alunos, a utilidade dos seus processos de ensino.

O primeiro número da nova *Revista* tem mais de 350 páginas.

A importância desta publicação ressaltará, porém, mais nítida se dermos ideia da composição desse número. É o que vamos fazer.

A secção de *sciencias económicas* contém artigos do Sr. Dr. Anselmo de Andrade, convidado pela Faculdade, e dos professores Albino Vieira da Rocha e Fernando Emídio da Silva, intitulados, respectivamente, «Economizar moeda», «Dos seguros» e «O imposto sobre os lucros de guerra». O estudo sobre os seguros ocupa mais de 90 páginas. Os estudantes Armindo Monteiro e Francisco Machado publicam a seguir dois trabalhos sobre «Emigração e Urbanismo» e «A Cultura do arroz em Portugal», respectivamente. O presente número contém ainda uma bibliografia económica, desta vez, restrita a trabalhos de professores e alunos da Faculdade. De futuro esta secção, bem como as crónicas económicas e parlamentares terão grande desenvolvimento.

A secção de *sciencias políticas* abre com dois artigos doutrinários dos



professores Ludgero Neves e Martinho Nobre de Melo, intitulados «Idoneidade, incapacidade, incompatibilidade e inelegibilidade» e «O bloqueio alemão». Seguem uma crónica parlamentar, e duas secções críticas de bibliografia e jurisprudência administrativa em que os alunos largamente colaboraram com os professores.

A *secção de sciencias jurídicas* abre com um artigo do professor Abel de Andrade, sôbre «Instrução Contraditória», seguindo-se uma secção de jurisprudência comercial do professor Barbosa de Magalhães, uma secção de jurisprudência civil e presencial, em que largamente colaboram alunos, e uma crónica parlamentar.

A fechar a *Revista*, são abertas ainda neste número duas secções especiais.

A primeira interessa à vida da Faculdade: movimento de professores e alunos, biblioteca, curso livre de notariado, etc. A segunda é destinada a produzir a maior sensação. Consiste na divulgação dos inéditos em poder da Faculdade e de alguns professores.

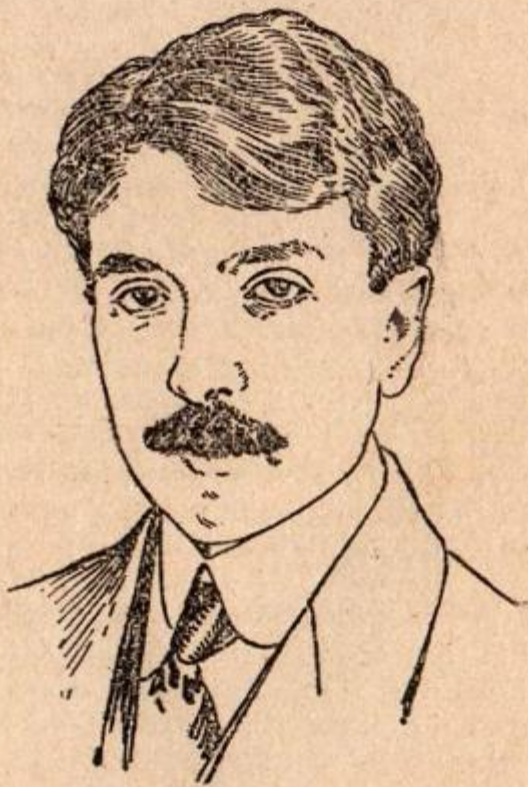
O primeiro numero da *Revista* publica precisamente, com as respectivas reproduções fotográficas, documentos inéditos que se encontram em poder do professor Abel de Andrade e projectam luzes novas sôbre a figura de D. João IV e as suas relações com o trono espanhol antes de 1640.

Os documentos publicados são de tal ordem importantes que não pode haver nenhum historiador dêsse período a quem seja permitido não falar nêles.

### A NOVA SÉDE DA «ATLANTIDA». — UMA EXPOSIÇÃO DE RENDAS DE D. MARIA AUGUSTA BORDALO PINHEIRO

Inaugura a *Atlantida*, por toda este mês, a nova séde da sua redacção, na Rua António Maria Cardoso, n.º 26. Fica ali instalada com a *Agencia Telegráfica Americana*, dirigida pelo nosso amigo e ilustre colaborador Moreira Teles, cuja propaganda tem sido tão útil e tão fecunda à maior aproximação luso-brasileira. A decoração e arranjo da sala de redacção deve-se ao grande architecto Raul Lino, que mais uma vez nela evidencia o seu gosto raro, a sua cultura, e a indiscutível e portuguesíssima originalidade do seu forte talento.

A nova casa da *Atlantida* possui tradições, que procuraremos honrar. Durante muito tempo, Manuel Gustavo Bordalo Pinheiro teve ali o seu atelier, por onde passaram quasi todas as figuras eminentes das nossas letras, das nossas artes e do nosso jornalismo. Para que êsse ambiente se não perca, e possa acompanhar sempre a *Atlantida* na sua vida espiritual, foi-nos concedido pelos herdeiros de D. Maria Augusta Bordalo Pinheiro comemorar a inauguração das nossas instalações com a exposição de trabalhos, quasi todos inéditos, daquela nobre artista. Procurámos assim juntar, na mesma hora, a alegria duma festa — pois que será de festa êsse dia da inauguração, pelo menos para todos os colaboradores da *Atlantida* — com uma homenagem de respeito e de admiração a uma senhora ilustre, que foi, em Portugal, uma das mais puras, lídimas e fulgurantes personificações da grande Arte.





# Indice do Volume V

## Número 17

	Pags.
<i>Portugal na grande guerra</i> , A obra do Dr. Augusto Soares, Ministro dos Negócios Estrangeiros, J. B. . . . .	323
<i>Columbano</i> , Manoel de Sousa Pinto . . . . .	330
<i>Saúdades trágico-marítimas</i> , Afonso Lopes Vieira . . . . .	337
<i>A sorte do «Cambaia»</i> , Henrique Lopes de Mendonça . . . . .	340
<i>O meu Natal em Mansourah</i> , Manuel Monteiro . . . . .	356
<i>A educação cívica, a liberdade e o patriotismo antigos e modernos a propósito de Rousseau e de Camões</i> (Conclusão), António Sérgio . . . . .	362
<i>Carta ao meu amor</i> , Eugénio Soares Branco . . . . .	371
<i>A função social da guerra europeia na Historia da Humanidade</i> , José de Matos Braamcamp . . . . .	374
<i>O meu entérro</i> , A. M. Rita Martins . . . . .	387
<i>Inauguração do Museu e do Jardim-Escola João de Deus</i> , Redacção . . . . .	392
<i>Prefácio de um livro de versos</i> , André Brun . . . . .	394
<i>Contos a uma rapariga loira</i> , Júlio Dantas . . . . .	397
<i>A obra de Teófilo Braga e as tradições portuguesas</i> , Marques Braga . . . . .	401
<i>O mês artístico</i> , Aquilino Ribeiro . . . . .	407
<i>Crónica musical</i> , Humberto de Avelar . . . . .	410
<i>Os Teatros</i> , Avelino de Almeida . . . . .	412
<i>Notícias &amp; Comentarios</i> , Redacção . . . . .	416

## Número 18

<i>História de uma arca de pedra e de uma madeixa de cabelos loiros</i> , Teixeira de Carvalho . . . . .	419
<i>A insubsistência dos valores germânicos</i> , Leonardo Coimbra . . . . .	434
<i>Amor crioulo</i> (Vida Argentina), Abel Botelho . . . . .	440



## ATLANTIDA

<i>Poemas</i> , António Patricio . . . . .	448
<i>A intensificação das culturas cerealíferas em Portugal</i> , Fernando de Vasconcelos . . . . .	455
<i>O meu entêrro</i> (Conclusão), A M. Rita Martins . . . . .	468
<i>Contos a uma rapariga loira</i> , Júlio Dantas . . . . .	478
<i>As relações luso-brasileiras</i> (Questões de ensino), Lúcio dos Santos . . . . .	484
<i>A ruptura de relações diplomáticas — A mensagem de Wilson — Os alemães no Brasil — Brasil e Portugal — Entrevista com o Sr. Dr. Gastão da Cunha, Embaixador do Brasil</i> , J. B. . . . .	493
<i>Portugal na grande guerra</i> , Redacção . . . . .	498
<i>Da frente francesa</i> , Augusto Casimiro . . . . .	499
<i>Mês literario</i> , Joaquim Manso e Julio Brandão . . . . .	502 e 504
<i>Revista das Revistas</i> , Redacção . . . . .	507
<i>Crónica musical</i> , Humberto de Avelar . . . . .	508
<i>Uma instituição académica digna de elogio</i> , Myron A. Clark . . . . .	509
<i>A Indústria e a Arte</i> , L. C. . . . .	511

## Número 19

<i>Guerra Junqueiro</i> , Redacção . . . . .	516
<i>O verbo cantar</i> , Guerra Junqueiro . . . . .	517
<i>Guerra Junqueiro</i> , João Grave . . . . .	521
<i>Londres</i> , Teixeira de Pascoais . . . . .	529
<i>Para a história do Brasil</i> (Conde dos Arcos), Sousa Costa . . . . .	536
<i>As relações luso-brasileiras — Questões de ensino — (Conclusão)</i> , Lúcio dos Santos . . . . .	541
<i>Na hora da partida</i> , José Augusto de Castro . . . . .	552
<i>A intensificação das culturas cerealíferas em Portugal</i> (Conclusão), Fernando de Vasconcelos . . . . .	557
<i>Contos a uma rapariga loira</i> , Júlio Dantas . . . . .	570
<i>Azulejos de Arraiolos</i> , Vergílio Correia . . . . .	574
<i>Ouvindo Guerra Junqueiro</i> , Lopes de Oliveira . . . . .	581
<i>Nilo Pessanha</i> , Redacção . . . . .	597
<i>Portugal na grande guerra</i> , Redacção . . . . .	597
<i>Embaixada espiritual</i> (Entrevista com Carlos Malheiro Dias), Joaquim Leitão . . . . .	599
<i>Homenagem à memória de Rio Branco executada por João da Silva, promovida pela comissão da colónia brasileira e dos amigos do Brasil</i> , Augusto Gil . . . . .	607

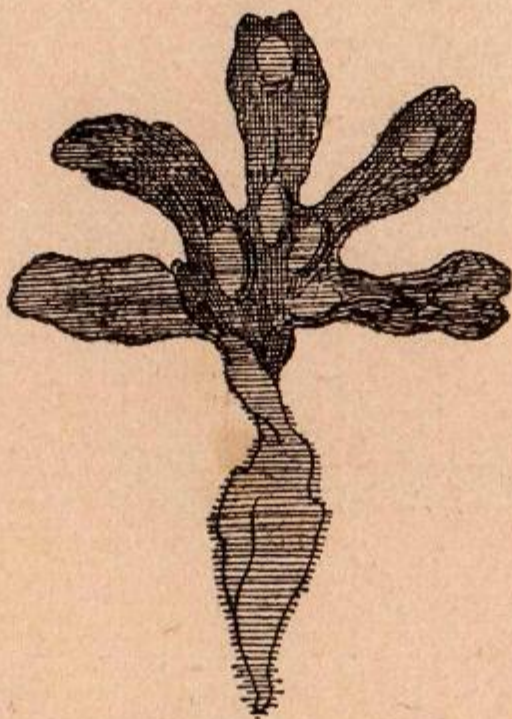
## Número 20

<i>Aspectos morais da guerra europeia</i> , conferência de Henrique Lopes de Mendonça . . . . .	611
<i>Malheiro Dias</i> , Aquilino Ribeiro . . . . .	630
<i>Marinha tropical</i> , Celso Vieira . . . . .	641



## ATLANTIDA

<i>Ideias e Imagens</i> , Alberto de Oliveira . . . . .	648
<i>A Confederação Luso-Brasileira</i> — Entrevista com o Sr. Dr. Bettencourt Rodrigues, J. B. . . . .	659
<i>A Terra</i> , Ivalda . . . . .	674
<i>Contos a uma rapariga loira</i> , Júlio Dantas . . . . .	677
<i>O Arquivo Geral de Simancas</i> , J. M. de Queiroz Vellozo . . . . .	682
<i>Mês literario</i> , Joaquim Manso e Júlio Brandão . . . . .	695
<i>Mês artístico</i> , Aquilino Ribeiro . . . . .	698
<i>Crónica musical</i> , Humberto de Avelar . . . . .	701
<i>Revista da Faculdade de Direito de Lisboa</i> , Redacção . . . . .	704
<i>A nova sede da «Atlantida»</i> — <i>Uma exposição de rendas de D. Maria Augusta Bordalo Pinheiro</i> , Redacção . . . . .	706





# ATLANTIDA Encadernações e Capas

MENSARIO ARTISTICO,  
LITERARIO E SOCIAL  
PARA  
PORTUGAL E BRAZIL

(ESTÃO PUBLICADOS OS VOLUMES I, II, III E IV)

Cada capa . . . . . \$45 Cada encadernação \$65  
Pelo correio . . . . . \$47 Pelo correio . . . . . \$71

CADA VOLUME ENCADERNADO . . . . . 1\$65  
PELO CORREIO . . . . . 1\$71

PEDIDOS Á ADMINISTRAÇÃO:

**Largo Conde Barão, 49 — LISBOA**  
**e Rua Gonçalves Dias, 78 — RIO DE JANEIRO**

NOTA: — A fim de evitar as despesas de cobrança, lembramos a conveniencia de fazer acompanhar os pedidos de capas ou encadernações da respectiva importancia.

## SUMARIO DO NÚMERO 19

<i>Guerra Junqueiro</i> . . . . .	
<i>O verbo cantar</i> . . . . .	Guerra Junqueiro
<i>Guerra Junqueiro</i> . . . . .	João Grave
<i>Londres</i> . . . . .	Teixeira de Pascoaes
<i>Para a história do Brasil</i> . . . . .	Sousa Costa
<i>As relações luso-brasileiras</i> . . . . .	Lúcio dos Santos
<i>Na hora da partida</i> . . . . .	José Augusto de Castro
<i>Alimentação pública. A intensificação das culturas cerealíferas em Portugal</i> . . . . .	Fernando de Vasconcelos
<i>Contos a uma rapariga loira</i> . . . . .	Julio Dantas
<i>Azulejos de Arraiólos</i> . . . . .	Virgilio Correia
<i>Ouvindo Guerra Junqueiro</i> . . . . .	Lopes de Oliveira

### REVISTA DO MÊS

<i>Nilo Peçanha</i> . . . . .	
<i>Portugal na grande guerra</i> . . . . .	
<i>Embaixada espiritual</i> . . . . .	Joaquim Leitão
<i>O mês artístico</i> . . . . .	Aquilino Ribeiro
<i>Homenagem a Rio Branco</i> . . . . .	Augusto Gil

*Desenhos de:* Alberto de Souza, Raul Lino, Santos Silva e João da Silva

## AGENCIA NO SUL DO BRASIL BRAZ LAURIA

Rua Gonçalves Dias, 78 RIO DE JANEIRO

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Um ano (12 números) . . . . . 12\$000  
Semestre . . . . . 7\$000

Número avulso 1\$500



